



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

**ALYNE CRISTIANE SILVA ARAÚJO**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA:  
A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E  
TERRITORIAL DA COMUNIDADE RURAL SANTA ROSA, BOA VISTA/PB**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

ALYNE CRISTIANE SILVA ARAÚJO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA:  
A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E  
TERRITORIAL DA COMUNIDADE RURAL SANTA ROSA, BOA VISTA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Sociologia.

**Orientador:** Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663c Araujo, Alyne Cristiane Silva.

A construção da identidade e do território quilombola: a trajetória do processo de reconhecimento identitário e territorial da comunidade rural Santa Rosa, Boa Vista/PB [manuscrito] / Alyne Cristiane Silva Araujo. - 2022.

124 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."

1. Comunidade quilombola. 2. Política pública. 3. Identidade. I. Título

21. ed. CDD 305.8

**ALYNE CRISTIANE SILVA ARAÚJO**

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA:  
A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO  
E TERRITORIAL DA COMUNIDADE RURAL SANTA ROSA, BOA  
VISTA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia.

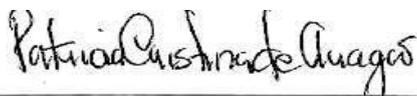
**Área de concentração: Diversidade e Inclusão Social**

Aprovada em: 03/08/2022

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Patrícia Cristiana de Aragão (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Roberta Rosa Portugal (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho aos meus pais, Ângela Cristina e Aluizio (*in memoriam*), pelo constante incentivo na minha educação. E a Comunidade Quilombola de Santa Rosa, Boa Vista/PB. Por buscar ser mais uma CRQ a elevar sua história.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e em segundo lugar a minha mãe e meu pai (in memoriam), que sempre nos orientou na importância da educação e de colocarmos os estudos como objetivo principal em nossas vidas. Ao meu companheiro Wellington Ricardo que sempre foi incentivador, parceiro e paciente nos momentos mais críticos dessa jornada. E principalmente aos meus filhos, João Pedro e João Lucas, que foram o maior estímulo de ser a minha melhor versão, seja como mãe, aluna e futura professora, e principalmente por entender todos os meus momentos de ausência, impaciência e explosões – obrigado por ser vocês os meus maiores incentivadores e por sempre está ao meu lado todos os momentos da minha vida. A minha irmã Ana que por vezes foi meu ponto de apoio em muitos momentos que precisei me ausentar do seio familiar, sendo uma mãe para os meus filhos. A minha prima Cynthia por ter sido a primeira a saber e me incentivar a entrar no curso, além de contribuir com seu conhecimento em muitos momentos ao longo da minha jornada acadêmica.

Agradeço a todos os professores e professoras que contribuíram na minha trajetória acadêmica e pessoal, pois acredito que não tem como sair de um curso de sociologia com o mesmo pensamento de quando entrei. Agradeço em especial à professora Cristiane Nepomuceno que desde o primeiro período me mostrou o caminho do autoconhecimento de mim e do outro ampliando meu olhar para as questões sociais e étnicas e por carinhosamente ter aceitado me orientar na minha monografia de conclusão do curso. A Comunidade Quilombola de Boa Vista, na pessoa de Edilene Monteiro, por ter contribuindo de forma cordial e acolhedora com as informações necessárias para a pesquisa e realização deste projeto.

Agradeço a todos os meus amigos e companheiros de sala, que estiveram comigo durante minha formação. E as minhas amigas Lidiane Mota e Jamilly Chaves que foram minhas grandes aliadas nas atividades ao longo do curso.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

Gratidão a todos.

## RESUMO

Discutir os impactos e garantias que as leis e políticas públicas atuais promovem dentro das comunidades remanescentes de quilombolas é importante para efetivar seu reconhecimento e garantir estratégias de reparação e transformação qualitativa na vida da comunidade. Também torna-se necessário discutir se as políticas públicas desenvolvidas estão sendo pensadas levando em consideração as demandas específicas da população negra, seja no processo de “reaprendizagem” das suas identidades quilombolas, seja promovendo melhores oportunidades de uso das suas terras, ocupação/emprego, melhoria na renda/salários, saúde de qualidade, participação política, acesso a atividades culturais e melhor qualidade de vida. Este trabalho objetiva discutir o alcance prático das políticas públicas dentro da Comunidade Quilombola de Santa Rosa, localizada no município de Boa Vista - Cariri paraibano, após o processo de reconhecimento do território. Também tratar sobre a origem da comunidade, sobre a construção da sua identidade quilombola e apresentar as políticas públicas que foram e estão sendo desenvolvidas dentro da comunidade que contribuiram/contribuem para consolidação desse processo. O trabalho pode ser tipificado como uma pesquisa do tipo Estudo de Caso, de caráter exploratória. Utilizando como suporte uma significativa pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de buscar as fontes para construção dos conceitos e categorias relativas a compreensão do objeto da pesquisa. Com destaque para as contribuições de pesquisadoras/pesquisadores da temática: Ilka Boaventura Leite (2000), Paul E. Little (2002), Kabengele Munanga (1996), Diego Nunes e Vanilda Santos (2021), Cardoso (2002). A pesquisa documental tomou como referência a base legal que garante o direito à terra das comunidades remanescentes quilombolas, dentre estes: a Constituição Federal (1988), resoluções decretos e portarias promulgados nos últimos anos, além dos relatórios e documentos específicos. Os resultados apresentados sobre a história da Comunidade foram obtidos de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes primárias e secundárias. Conhecer a trajetória dessa comunidade auxilia no conhecimento sobre o local de pertença, e ampliação do olhar sobre o que é ser negro nessa realidade social, visto que só passei a me reconhecer como mulher negra após entrar na universidade e através da construção pedagógica acadêmica – o que é de fundamental importância para construção identitária e subjetiva.

**Palavras-Chave:** Território quilombola. Política pública. Identidade. Quilombola.

## ABSTRACT

Discussing the impacts and guarantees that current laws and public policies promote within the remaining quilombola communities is important to effect their recognition and guarantee strategies for repair and qualitative transformation in the life of the community. It is also necessary to discuss whether the public policies developed are being designed taking into account the specific demands of the black population, whether in the process of “relearning” their quilombola identities, or promoting better opportunities for the use of their lands, occupation/employment, improvement in income/wages, quality health, political participation, access to cultural activities and better quality of life. This work aims to discuss the practical scope of public policies within the quilombola community of Santa Rosa, located in the municipality of Boa Vista - cariri, Paraíba, after the process of recognition of the territory. Also deal with the origin of the community, about the construction of its quilombola identity and present the public policies that were and are being developed within the community that contributed/contribute to the consolidation of this process. The work can be typified as a Case Study type research, with an exploratory character. Using as support a significant bibliographical and documental research with the objective to search the sources for the construction of the concepts and categories related to the understanding of the object of the research. with emphasis on the contributions of researchers on the subject: Ilka Boaventura Leite (2000), Paul E. Little (2002), Kabengele Munanga (1996), Diego Nunes and Vanilda Santos (2021), Cardoso (2002). the documentary research took as a reference the legal basis that guarantees the right to land of the remaining quilombola communities, among these: the Federal Constitution (1988), resolutions, decrees and ordinances enacted in recent years, in addition to specific reports and documents. the results presented on the history of the community were obtained in a qualitative way, from the collection of information from primary and secondary sources. knowing the trajectory of this community helps in the knowledge about the place of belonging, and expansion of the look on what it is to be black in this social reality, since i only started to recognize myself as a black woman after entering the university and through the academic pedagogical construction - the which is of fundamental importance for identity and subjective construction.

**Keywords:** Quilombola territory. Public policy. Identity. Quilombola.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa da Paraíba com localização geográfica das CRQs por Municípios.....	50
Figura 2 – CRQ Santa Rosa Espaço Geográfico .....	51

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Certidão de Autodefinição.....	52
Imagem 2 – Cisterna pluvial e Imagem 3 – Cisterna de enxurrada.....	67
Imagem 4 – Canteiro Irrigado e Imagem 5 – Cisterna não Pluvial .....	67
Imagem 6 – Banco de Sementes CRQ Santa Rosa.....	68
Imagem 7 – Banco de sementes .....	69
Imagem 8 , Imagem 9, Imagem 10 e Imagem 11 – Lançamento de Campanha Divisão Justa do Trabalho Doméstico .....	70
Imagem 12 e Imagem 13 – Formação para Lideranças Jovens .....	71
Imagem 14 e Imagem 15 – 1º FRS na CRQ Santa Rosa (Ano: 2019) .....	73
Imagem 16 , Imagem 17 e Imagem 18 – FRS na CRQ Santa Rosa (Ano: 2020).....	73
Imagem 19 e Imagem 20 – (FRS) abril/2022 .....	73
Imagem 21 e Imagem 22 – (FRS) julho/2022 .....	74
Imagem 23 e Imagem 24 – Reflorestando a caatinga (Ano: 2020) .....	74
Imagem 25 e Imagem 26 – Jovem liderança com criação de ovinos e na horta comunitária do quilombo (Ano: 2021) .....	75
Imagem 27 – Moradora do Quilombo Santa Rosa recebendo cesta básica da FBB (Ano: 2021) .....	75
Imagem 28 – Edilene Monteiro em Intercâmbio – Exu/PE.....	77
Imagem 29 – Francicleide; atrás Cisterna de reuso de água.....	77
Imagem 30 e Imagem 31 – Reunião Informativa na CRQ Santa Rosa .....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – CRQs da Paraíba.....	48
---------------------------------	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU	Advocacia Geral da União
ASA	Articulação do Semiárido Paraibano
CECNEQ-PB	Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas
CENTRAC	Centro de Ação Cultural
CEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CROAF	Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar
CRQ	Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)
DF	Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFQ	Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas
ECQ	Estudo do Componente Quilombola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCP	Fundação Cultural Palmares
FRO	Fundo Rotativo de Ovelhas
FRS	Fundo Rotativo Solidário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HEIFER	Novilha Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LT	Linha de Transmissão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MISEREOR	Miseráveis Juntos Globalmente Juntos

MN-CG	Movimento Negro de Campina Grande
MNU	Movimento Negro Unificado
MNU-PB	Movimento Negro Unificado da Paraíba
OIT	Organização Internacional do Trabalho
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PATAC	Coletivo Regional das Organizações de Agricultura Familiar
PBA-Q	Projeto Básico Ambiental Quilombola
PBA-Q	Projeto Básico Ambiental Quilombola
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PP	Políticas Públicas
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>QUILOMBOS E COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ATUALIZANDO O DEBATE.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Termo Quilombo: origem, conceito e concepções.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>A atualização do conceito de Quilombo e Quilombola.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>Territorialidade: o sentido de ser “Terra de Preto”.....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ASPECTOS NORMATIVOS DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>Processo de autodefinição e titulação do território quilombola .....</b>	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA SANTA ROSA: O LUGAR E A TRAJETÓRIA DO SEU PROCESSO DE RECONHECIMENTO QUILOMBOLA.....</b>	<b>46</b>
<b>4.1</b>	<b>A Comunidade Santa Rosa: o lugar.....</b>	<b>50</b>
<b>4.2</b>	<b>Organização Política e Identidade Quilombola .....</b>	<b>53</b>
<b>4.3</b>	<b>Origem histórica da comunidade .....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>“SER QUILOMBOLA” – O ALCANCE PRÁTICO DO RECONHECIMENTO E CONQUISTA DA TERRA PARA A COMUNIDADE SANTA ROSA: EM DISCUSSÃO .....</b>	<b>63</b>
<b>5.1</b>	<b>Atuação do PATAC e Coletivo Regional na CRQ Santa Rosa.....</b>	<b>65</b>
<b>5.2</b>	<b>Parceiros e Projetos Complementares: impactos gerados .....</b>	<b>76</b>
<b>6</b>	<b>PARA CONCLUIR A DISCUSSÃO, ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
	<b>ANEXO A – ENTREVISTA CONCEDIDA POR EDILENE MONTEIRO A CHICO ABELHA VEICULADA PELO YOUTUBE .....</b>	<b>93</b>
	<b>ANEXO B - CHECKLIST – CONCLUSÃO DO PBA-Q.....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

(...)  
*Meu sonho jamais faz silêncio*  
*É a lança brilhante de Zumbi*  
 (...)  
*Meu sonho não faz silêncio*  
*E não é apenas promessa*  
 (...)  
*Ergue Quilombos, aqui, ali*  
*Em cada mente, em cada face*  
*Impávidos como Palmares, impávidos Ilês*  
*Em todos os lugares*

**José Carlos Limeira**

Poema “Meu Sonho não faz silêncio”

IN: Negras intenções, 2003, p. 65-67

As comunidades remanescentes quilombola estão presentes em todas as regiões do Brasil. Surgidos no período colonial em resposta a escravização de africanos/as sequestrados/as de sua terra, os quilombos tornaram-se expressão da luta e resistência negra. As comunidades atuais e seus/suas moradores/as, além de descendentes são também herdeiros/as de um valioso legado, guardiões/ãs de uma diversidade étnica de vasta riqueza cultural e na relação territorial específica com presunção da ancestralidade negra, que se relaciona com opressão e resistência sofrida e marcada historicamente.

Os conceitos sobre quilombolas ou remanescentes de quilombolas se apresentam em resposta para soluções dos problemas estruturais, históricos, culturais e jurídicos dessas populações, se articulam aos conceitos de patrimônio cultural e de bens materiais e imateriais. Assim, os conceitos de quilombola que servem de base para elaboração dos laudos de reconhecimento das comunidades de quilombo apresentam-se conjugados ao de patrimônio histórico e/ou cultura, o que os relaciona diretamente a produção de identidade e territorialidade, situando ainda às questões fundiárias, políticas, educacionais e saúde.

No Brasil esse termo foi citado pela primeira vez em 1740 em uma correspondência entre o rei de Portugal e o Conselho Ultramarino que os definia como “(...) toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”<sup>1</sup>, visão que revela depreciação e a pressão sobre o povo negro. Esse é apenas um dos vários conceitos e significados que iremos nos discutir ao longo deste trabalho, dados aos grupos de escravizados que aqui buscaram através da resistência

---

<sup>1</sup>Algumas das leis provinciais mencionam este mesmo texto. Veja-se Lei Provincial n.º 157 de 9 de agosto de 1848, do Estado do Rio Grande do Sul e o artigo 12 da Lei n.º 236 de agosto de 1847 da Assembleia Provincial do Maranhão (ver Boletim... 1996).

quilombola a garantia de seus direitos e liberdade.

Para agora é importante pensar a condição de vida dessas comunidades após um longo período da história do Brasil em que o apagamento destas era a “diretriz” (inclusive refletindo-se na ausência de dados). Portanto, discutir os impactos e garantias que as leis e políticas públicas atuais promovem dentro das comunidades pertencente aos remanescentes de quilombolas é importante para, efetivamente, após seu reconhecimento, pensarmos se este processo garante reparação e transformação qualitativa.

Nesse sentido, torna-se necessário discutir se as políticas públicas realmente estão sendo pensadas levando em consideração as demandas específicas da população negra, seja no processo de “aprendizagem” das suas identidades, seja promovendo melhores oportunidades de uso das suas terras, ocupação/emprego, melhoria na renda/salários, saúde de qualidade, participação política, acesso a atividades culturais e melhor qualidade de vida. Levando em consideração o processo identitário que se dá na construção da autoconsciência da trajetória histórica da comunidade, fazendo com que as leis realmente possam garantir a redução das desigualdades profundas que marcaram a vida da população negra em nosso país. Que devido ao grande racismo que se arrastou em torno do que significa ser quilombola, faz com que exista ainda hoje resistências em alguns grupos no auto atribuição enquanto quilombolas, um dos requisitos da lei fundamental para garantir o reconhecimento dos remanescentes de quilombolas.

A construção identitária nem sempre acontece de forma rápida mas processual, já que por muito tempo a ideia passada sobre os quilombos é carregada de estigmas negativos, causando uma certa rejeição dos remanescentes de quilombolas em se auto afirmarem quilombolas, a pedagogização dos corpos negros através da colonização do pensamento, os distanciam da verdadeira história sobre seu passado devido o apagamento do seu povo, modos de vida local, cultura e saberes das populações dominadas, isso só foi possível porque:

O colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõem novos. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19).

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso estabeleceu como problema de pesquisa investigar como se deu o processo de reconhecimento da Comunidade Quilombola de Santa Rosa em Boa Vista-PB e conhecer qual o alcance prático das leis após seu reconhecimento. Nesse contexto, para alcançar o objetivo geral de pesquisa, outros objetivos

(específicos) foram estabelecidos, dentre eles: mapear os conceitos mais relevantes sobre quilombo e remanescentes de quilombola; levantar as leis e políticas públicas pertinentes desde a Constituição Brasileira de 1988 para essas comunidades; como se apresenta a prática dessas políticas dentro da comunidade.

Dessa forma, na busca para melhor desenvolvimento da temática e problemática proposta o trabalho foi dividido em quatro capítulos, a saber: no primeiro capítulo está presente as questões conceituais sobre a trajetória histórica sobre quilombo e quilombolas; no segundo foram desenvolvidos as leis e políticas públicas consideradas mais relevantes para as comunidades remanescentes quilombolas (CRQs) e a trajetória do processo de autodefinição e titulação das mesmas; no terceiro capítulo apresento como se deu a trajetória de reconhecimento da comunidade quilombola de Santa Rosa em Boa Vista/PB; finalizando, no quarto capítulo a reflexão e análise do alcance práticos das políticas públicas dentro da comunidade estudada.

Portanto, este trabalho pode ser tipificado como uma pesquisa do tipo estudo de caso, de caráter exploratória, que visa identificar como se deu o processo de reconhecimento da CRQ de Santa Rosa em Boa Vista-PB a fim de observar qual o alcance prático das leis após seu reconhecimento para a construção da identidade quilombola da comunidade. Nesse sentido, os resultados que serão apresentados foram obtidos de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias. Como a ideia geral era compreender, além do alcance do reconhecimento da comunidade como quilombola no grupo, conhecer como se deu o processo de reconhecimento e de qual maneira este reflete em suas motivações, intenções, as necessidades dos que residem na comunidade quilombola estudada, respeitando sua memória.

Para dar sustentação ao trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de buscar as fontes para construção dos conceitos, e categorias relativas à compreensão do objeto da pesquisa. Com destaque para as contribuições de pesquisadoras/pesquisadores da temática: Ilka Boaventura Leite (2000), Paul E. Little (2002), Kabengele Munanga (1996), Diego Nunes e Vanilda Santos (2021), Cardoso (2002).

A pesquisa documental tomou como referência a base legal que garante o direito à terra das comunidades remanescentes quilombolas, dentre estas: a Constituição Federal (1988), resoluções decretos e portarias promulgados nos últimos anos. Além do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) e Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBA-Q) de responsabilidade da empresa NEOENERGIA e executado pela BIODINÂMICA dentro da comunidade no ano 2019, e entrevista feita por Chico Abelha disponibilizada pelo seu canal no Youtube, com o tema “Os Quilombos de Santa Rosa – PB”. Todas essas fontes, serviram como coleta de dados

sobre o objeto de estudo, a Comunidade Quilombola situada no interior da cidade de Boa Vista, como instrumentos de pesquisa documental.

A pesquisa caracteriza-se como Estudo de Caso à medida que trata-se de um estudo minucioso, intensivo e sistemático sobre uma comunidade quilombola situada na zona rural da Paraíba, com o objetivo de verificar como aconteceu o seu processo de reconhecimento. A planificação da pesquisa inclui, em primeiro lugar, o estudo das fontes literárias o levantamento dos dados secundários, a fim de explorar o objeto de estudo. Serão aplicados os seguintes procedimentos no pesquisado/coletado: apreciação/análise dos documentos nacionais e do referencial bibliográfico, relatórios e documentos específicos em posse da CRQ de Santa Rosa, registros em imagens da comunidade, arquivos e registros em mídias digitais (blogs e canal Youtube) na web. O material selecionado/coletado foi estudado de maneira minuciosa, com o intuito de recolher todas as informações necessárias para compreender a história da comunidade estudada.

É importante ressaltar que devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19, não foi possível a realização de entrevistas com as pessoas mais antigas da comunidade como forma de reunir suas narrativas históricas. Desse modo, optamos por utilizar o rico acervo já produzido sobre a comunidade disponibilizado em modo impresso e digital, de modo que o levantamento de dados realizado em fontes secundárias e aqui apresentados, foi suficiente para obter as informações indispensáveis a construção dos objetivos propostos. Confirmando ser um objeto pertinente a ser analisado dentro do campo da Sociologia, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Direitos Humanos, como de outras ciências.

Além do interesse acadêmico e científico, a escolha por esta temática também é de caráter pessoal. Sendo residente da cidade de Boa Vista local onde a comunidade está situada, conhecer a trajetória dessa comunidade auxilia no conhecimento sobre o local de pertença, e ampliação do olhar sobre o que é ser negro nessa realidade social, visto que só passei a me reconhecer como mulher negra após entrar na universidade e através da construção pedagógica acadêmica – o que é de fundamental importância para construção identitária e subjetiva.

## 2 QUILOMBOS E COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ATUALIZANDO O DEBATE

*“Fecham minha boca  
Mas deixam abertos meus olhos  
Maltratam meu corpo  
Minha consciência se purifica  
Eu fujo das mãos  
Do maldito senhor!”*

**“Canto dos Palmares”  
De: Solano Trindade (1961)**

Durante muito tempo pouco ouvíamos as palavras quilombos e quilombolas, mas nas últimas décadas estas palavras passaram a ser ouvidas de modo mais recorrente – principalmente após o período de redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988. E mais recentemente, passamos a ouvir referências às comunidades quilombolas com mais regularidade como resultado das reivindicações e luta por direitos dessas minorias e a implementação de um novo conjunto de leis garantindo a estes os direitos necessários à cidadania da população negra, a exemplo da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Embora saibamos da existência de comunidades quilombolas desde o período colonial e escravocrata no Brasil, existem muitas lacunas em relação a estas comunidades, tanto no que diz respeito à sua história quanto a dados relativos às condições de vida desse coletivo<sup>2</sup>. Este conhecimento da história da resistência quilombola, ancorado em dados atualizados, é fundamental para adoção das políticas de reparação. Só a partir dos dados levantados vai-se propor políticas públicas que garantam equiparação de direitos, justiça econômica, racial, de gênero e socioambiental.

Com base nos dados divulgados no último censo demográfico (2010) e nas atualizações recentes, “estima-se que existem no Brasil 5.972 localidades quilombolas, distribuídas em

---

<sup>2</sup>A pesquisa do IBGE estava programada para o ano de 2020 foi adiada, tanto em decorrência do surto do vírus covid-19, quanto pelos severos cortes orçamentários no órgão responsável. Apenas com a realização do próximo censo, que ainda não tem previsão para acontecer, teremos acesso a dados atualizados. “Dito isso, ressalta-se que a saída mais lógica e segura para a crise pós-pandêmica é, sem dúvidas, a valorização da ciência, assim como a adoção de dados e informações confiáveis sobre a realidade para que tanto os governos municipais e estaduais, mas, sobretudo, a União, possam atuar com maior assertividade na alocação de recursos dos entes federativos, seja na educação, com o Piso Nacional da Educação Básica, na saúde, com o Piso Nacional da Atenção Básica, em obras de infraestrutura na habitação, saneamento, mobilidade urbana e segurança pública” (MARTINS. 2021, online).

1.672 municípios brasileiros” (IBGE 2019)<sup>3</sup>; e algumas só serão identificados quilombolas no próximo censo demográfico (ainda sem data prevista para iniciar<sup>4</sup>); diferente das populações indígenas que já eram contabilizadas muito antes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ser criado<sup>5</sup>. Desse modo, é importante ressaltar que sem dados não há como traçar perfis e diagnosticar os problemas enfrentados nas comunidades quilombolas, tampouco saber onde se concentram a maior parte delas, impossibilitando a implementação e ação de políticas públicas que garantam os direitos fundamentais para toda a população. Apesar desta situação não ser novidade, está mais grave no atual governo, durante séculos o governo brasileiro, por ausência de políticas específicas, apagou a existência das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais.

De acordo com os dados publicados no último censo em 2010, pode-se observar o aumento populacional nas comunidades quilombolas em relação a anos anteriores. O relatório feito pelo IBGE em parceria com outros órgãos públicos e divulgado de forma antecipada para melhor auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas, e nos planos de contingência e enfrentamento do novo covid-19, informa:

Do total de localidades, 404 são territórios oficialmente reconhecidos, 2.308 são denominados agrupamentos quilombolas e o restante, 3.260, identificados como outras localidades quilombolas. Entre os agrupamentos, 709 estão localizados dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados e 1.599 fora dessas terras. (IBGE, 2020, *online*).<sup>6</sup>

Continuando ainda na observação dos dados “parciais” do IBGE, estima-se que mais da metade dessas comunidades quilombolas se encontram no território nordestino, contabilizando 3.171 localidades destas espalhadas por toda região. E dentre elas está a Comunidade Quilombola de Santa Rosa, na cidade de Boa Vista, Paraíba, que também sofreu apagamento

---

<sup>3</sup>IBGE - Notas técnicas - Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 (atualizado em 20/05/2020) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas>.

<sup>4</sup>Estamos no mês de julho de 2022, com as equipes que irão coletar dados em treinamento. Estamos vivenciando um governo de ampla prática negacionista, o que se reflete inclusive na falta de verbas para pesquisas voltadas para levantamento de dados que nos permita formatar o perfil da sociedade brasileira e conhecer suas demandas.

<sup>5</sup> “Os indígenas começaram a ser contabilizados nas estatísticas oficiais do país em 1872, antes mesmo da criação do IBGE. Já a população que se considera quilombola será identificada pela primeira vez no próximo Censo, adiado para 2021” - embora estima-se dessa população seja mais que o dobro que as populações indígenas (IBGE 2020).

<sup>6</sup> IBGE, censo 2022, **Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas**, Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contra-covid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas.html>. Acesso em: 07 fev. 2022.

de sua história. Inclusive no âmbito da história local, a exemplo da obra intitulada Bôa Vista de Sancta Roza, de autoria de Soares (2003) – obra de referência para história local – não se menciona a existência dessa comunidade. Atualmente esta situação vem mudando graças a certificação de autoafirmação/reconhecimento que foi concedida aos moradores do Sítio Santa Rosa como remanescentes de quilombolas dando-lhes visibilidade local.

Sabemos que não apenas nessa localidade, mas em todo o país, inclusive nos espaços governamentais, existem barreiras para autodefinição e emissão de títulos para as comunidades dos remanescentes de quilombos. Isso porque foi construída uma ideologia social pela cor que impossibilitou a mobilidade social de alguns grupos, segundo Ortiz citado por Leite (2000):

ao analisar a ideologia nacional brasileira, conclui que a definição de uma identidade nacional “mestiça” surtiu um efeito homogeneizador, dificultando o discernimento entre as fronteiras e os efeitos “da cor”, a organização política dos “de cor”, chamados negros, tendo como principal consequência a permanência destes nos índices de marginalidade social. (ORTIZ 1988, p. 36-44 apud LEITE 2000, p. 343).

Para o Leite (2000) esse apagamento foi construído como parte de um projeto de gestão político e sistemático de apagamento, exclusão e dominação, criado através de um aparato histórico político e social baseado numa herança de opressão de uma etnia contra outra, unidas a um sistema político onde o Estado não provê nenhuma política pública para garantir o acesso a subsídios materiais para essas populações que aqui foram escravizadas, o que resultou no “assassinato” cultural e intelectual das suas vidas e histórias. Que foram rapidamente substituídas, no início do século XX, após o Brasil abrir suas fronteiras para os imigrantes europeus que aqui chegaram.

Deram-lhe desde sua chegada, terras, créditos, financiamentos e todas as condições para se estabelecerem no país, enquanto as populações negras que aqui residiam desde o século XVI até hoje sofrem para garantir esses direitos. O que para Leite (2008, p.967) “Com o intuito de tornar o País ‘racialmente mais branco’, propiciou condições favoráveis aos imigrantes e com elas, a reprodução das desigualdades instauradas no período escravista, confirmando, assim, as teorias raciais em vigor”

## **2.1 Termo Quilombo: origem, conceito e concepções**

No Brasil de 1559 já se falava sobre quilombo, mas sua primeira menção oficial só acontece após a preocupante intensificação de grupos de negros livres do domínio colonial em

1740, principalmente após as guerras presentes no Nordeste no século XVII. Segundo Alecsandro Ratts, na ocasião o Conselho Ultramarino referiu-se aos quilombos e/ou mocambos como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (RATTS, 2006, p. 119). A partir de então, qualquer grupo de negros fora de domínio passou a considerar um aquilombamento.

Para Diego Nunes e Vanilda Santos (2021), no período colonial a necessidade de eliminar, desinfetar e destruir os agrupamentos de negros aquilombados (baseando-se na forma como se referiam aos quilombos e negros que ali se refugiavam em busca de liberdade) se faz presente em vários documentos publicados pela Revista do Arquivo Público Mineiro de XVIII<sup>7</sup>, através dos relatos sobre o perigo que essas aglomerações causavam a população local, aparecem com frequência nas cartas de Gomes Freire de Andrade com a Majestade:

Principiou a formar-se hum troço de negros, [...] chamão quilombo (negro aquilombado) e há anos se tem aumentado, e nos passados foi dando a ver que para conservar-se [...] era indispensável o castigo na destruição de hum tão prejudicial inimigo crescendo o quilombo para fazerem danno aos brancos daquela e outras Comarcas [Documento 1, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1746, p. 64 v, grifo nosso].

[...]

Depois de haver dado conta [...] do troço de gente [...] E a destruição dos quilombos do Campo Grande recebi do Comandante do dito Corpo, [...] de haver atacado hú pequeno quilombo decento e tantos negros [Documento 2, Rio de Janeiro, 1746, p. 69]. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1998). (NUNES, *et al.*, 2021, p. 125).

Baseando-se nas pesquisas do autor a perseguição e eliminação, sempre fez parte da vida da população negra no Brasil, vistos como inimigo da coroa, passando a preocupar pela forma crescente em que iam se organizando o que causava fortes danos a população branca local, a única punição para esses fora da lei era a destruição dos quilombos. Fazendo-o concluir que na época “quilombo significava aglomerações de negros fugidos, que se aquilombavam, em consonância com a defesa de que se tratava de inimigos a serem combatidos, uma vez que ofereciam iminente risco à sociedade branca, não escrava e civilizada” (NUNES *et al.*, 2021, p. 126).

Originalmente quilombo é uma palavra de matriz africana, falada entre os povos Bantu, para cá trazida no processo de escravização. Etimologicamente, a palavra quilombo vem de

---

<sup>7</sup>Carta, 31 dez. 1798, Câmara Municipal de São Bento do Tamanduá, remetente São Bento do Tamanduá (Vila), Goiás (Capitania), Limites Geográficos, Colônia. Original disponível em: <https://bit.ly/3oC4jSv>. Acesso em: 28 mar. 2022.

dois termos, a saber: “Kilombo” - da língua Quimbundo e “ochilombo” – da língua Umbundo, ambas palavras faladas por povos da família Bantu. E o seu sentido original era: lugar de pouso, acampamento, cabana; aqui no Brasil a palavra ganha outro significado: comunidades formadas de pessoas escravizadas fugidas, lugar de enfrentamento, resistência e luta<sup>8</sup>.

Portanto, trazido para o Brasil por povos africanos de língua Bantu que aqui foram escravizados, o termo africano de “Kilombo” significa “campo de iniciação”. O professor-pesquisador Kabengele Munanga (1996) trata sobre a origem histórica desse termo e discute sobre como foi feita a formação desses grupos. Nos revela que “Kilombo” era a representação de uma sociedade guerreira de formação transcultural por trazer consigo povos de várias culturas, que se desvincularam de suas linhagens após a derrota e dominação de seu povo, sendo incorporado ao grupo passando por um ritual de passagem, como também o território sagrado onde aconteciam esses rituais de iniciação denominado “Jaga”, formavam um grupo de estrutura firme, com uma disciplina militar capaz de derrotar reinos, assim deu-se origem.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, ovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental. (...) A palavra quilombo significava campo de iniciação, no século XIX. (MUNANGA, 1996, p. 60).

Assim, baseado nos estudos de Kabengele Munanga, podemos afirmar que o quilombo africano era o espaço de iniciação e preparação dos guerreiros para a guerra, sem nenhuma distinção de etnia ou raça. Assim, para Munanga a palavra quilombo era uma versão portuguesa do Kilombo africano, já que ambas compõem em sua história conflitos, alianças, migrações que uniram regiões e povos de várias etnias, marcando assim suas similaridades. Podemos observar certa similaridade nas definições de quilombo presente nos estudos de Maria Beatriz Nascimento (1983)<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup>Nos últimos anos foram publicados vários dicionários de termos afro, dentre estes cito: Dicionário Escolar Afro-Brasileiro, escrito por Nei Lopes (Selo Negro, 2015); Dicionário da Escravidão e Liberdade – 50 textos críticos, organizado por Lília M. Schwarcz e Flávio Gomes (Companhia das Letras, 2018) e inúmeras versões digitais.

<sup>9</sup>Maria Beatriz Nascimento, “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”, em Revista Afrodiáspora, n. 6-7, 1983, p. 43.

Kilombo aqui recebe o nome de instituição em si. Seria Kilombo os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade Imbangala. Outro significado estava representado pelo território ou campo de guerra que denominava-se Jaga. Ainda outro significado para Kilombo, dizia respeito ao local, casa sagrada, onde processava-se o ritual de iniciação. O acampamento de escravos fugitivos, assim como quando os Imbangala estavam em comércio negreiro com os portugueses, também era Kilombo. (NASCIMENTO, 1983, p. 43).

Para Maria Beatriz Nascimento essa similaridade pode ser observada na potência do Kilombo africano e o quilombo brasileiro principalmente entre os séculos XVI e XVII, período em que surgiu o Quilombo dos Palmares aqui no Brasil, não apenas na nomenclatura, mas nas formas de organização, no modo transcultural e no formato de liderança. Para Munanga (1996, p. 63), “o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos”.

De modo geral, no Brasil os quilombos adquirem características sociais, políticas e jurídicas específicas, eram resultados de alianças entre negros e indígenas, provenientes de processos de migração forçada, guerras, fugas e reagrupamento de povos fugidos de várias partes do país, o que o tornou símbolo de resistência e luta para os cativos, também foi símbolo por muito tempo de rebeliões, saques e banditismo. Já que devido a exclusão, falta de acesso e invisibilidade, muitos foram forçados a essas práticas para sobreviver.

Portanto, os quilombos brasileiros eram diferentes dos originários em África apenas no que se refere ao uso de espaços para realização de rituais de passagem para se tornarem nobres guerreiros. A formação dos quilombos no Brasil acontecia a partir da fuga de negros/as escravizados/as que fugiam em busca de refúgio para manutenção das suas próprias vidas. Essas fugas se davam de várias formas e em diversas condições: fosse sozinho ou em grupo, fugavam adultos, homens e mulheres, jovens, idosos e crianças, mesmo com poucas chances de permanecerem em liberdade.

Situações como essa sempre estiveram presentes desde o início do período da escravidão até após a abolição, os/as negros/as sempre e a todo momento buscavam sair da condição de escravizados/as. “O quilombo tornava-se uma alternativa viável para ele, uma forma de conseguir não apenas uma intervenção passageira do brutal cotidiano, mas uma liberdade real” (PINSKY, 2009, p. 44).

Sempre que nos deparamos com essa estrutura do quilombo contra a escravização percebemos a dimensão das subjetividades e da força dos/as escravizados/as, de sua

ancestralidade, recusando uma lógica perversa que negava suas identidades, modo de vida, relegando-os a condição de povo sem passado e sem cultura.

Africanos e africanas já chegavam ao Brasil como escravizados/as, vítimas de um processo de captura, prisão, sequestro/exportação que os/as distanciavam de sua cultura, religião, família, crenças, uma tentativa de apagamento do conteúdo das mentes africanas. Para o pesquisador José D'Assunção Barros (2010)<sup>10</sup> esse modelo de implantação da escravidão que tornou gente mercadoria, surtiu efeito danoso:

Com isto, o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como uma realidade única e monolítica, e, com o tempo, foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira. Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a à própria cultura colonial. (BARROS, 2010 apud CUNHA *et al.*, 2017, p. 157).

Escravizados/as desde o século XV ao XIX, os/as africanos/as que aqui chegaram não eram percebidos/as pelos colonizadores como “gente”, não conseguiam ver que eles traziam consigo ancestralidade, cosmovisão e visão de mundo, não os viam descolados da pertença biológica que os concebia como inferior e configurava hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes. Essa forma de pensar o/a africano/a consolidou-se dentro da nossa estrutura social que passou a tratar os corpos negros relegando-os a condição de animais aptos para o trabalho e que não se permitia outra forma de vida, pois eram sem saber, sem história, sem tradição, sem cultura.

Esse modelo de construção social que usou as diferenças genéticas como referência afastou os/as negros/as dos direitos e da vida social igualitária, resultou em exclusão social e distanciamento, deixando o povo negro na “condição” de inferior, criando e mantendo hierarquias raciais e sociais. O que podemos assimilar a definição de Barth: “grupos étnicos, que existem ou persistem ao longo da história como um “tipo organizacional” segundo processos de exclusão e inclusão que permitem definir os limites entre os considerados de dentro e de fora” (BARTH, 2000, p. 31 apud O'DWYER, 2002, p. 2).

O medo que os “senhores” tinha de perder essa mercadoria considerada cara para eles, fazia com que buscassem o Estado para conter as fugas e manter os/as seus/suas escravizados/as nas “rédeas”, aumentando a vigilância e a violência como mecanismo de controle dos mesmos.

---

<sup>10</sup>José D'Assunção Barros, “A ‘construção social da cor’ e a ‘desconstrução da diferença escrava’: reflexões sobre as ideias escravistas no Brasil colonial”, em Revista Opsi, v. 10, n. 1, 2010, p. 44.

O pesquisador Jaime Pinsky revela que “um quilombo era um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações sociais de caráter escravista. Era, pois, um mau exemplo para outros escravos e uma esperança concreta para os fugidos” (PINSKY, 2009, p. 44) – no Brasil o quilombo já inicia com uma visão negativa e depreciativa para a sociedade. Mas, é importante ressaltar que a diversidade étnica que compunha os quilombos, misturava povos de diferentes culturas e saberes, além de ocasionarem variedade cultural e miscigenação biológica, também fez com que estas comunidades se fortalecessem e expandissem a forma econômica e política de sobrevivência desses grupos, dando origem a novas categorias e grupos.

Desse modo, ao longo dos anos os quilombos espalharam-se pelo nosso território, refazendo suas histórias, causando instabilidade no processo escravagista, criando barreiras entre senhor e escravizado, tornando as fugas cada vez mais recorrentes.

Embora a resistência seja sua referência, houve processos de aquilombamento também por ocupações sem guerras, como nos casos de falência e/ou decadência em que os escravizados ocuparam as grandes propriedades, ampliando os movimentos de fugas, apropriações e consolidações como estratégia de defesa frente a ataques externos e apropriações de territórios.

E agora esse modelo de organização social está presente em todas as regiões do Brasil, sendo expressão de resistência negra, vale ressaltar que não se pode analisar uma comunidade quilombola apenas na perspectiva de confronto, resistência e fuga, muitas outras dimensões também precisam ser observadas, como é o caso da Comunidade objeto desse estudo.

## **2.2 A atualização do conceito de Quilombo e Quilombola**

A importância do conceito de Quilombo, segundo Koselleck (1992 apud NUNES; SANTOS, 2021, p. 120), está para além da língua, é mais do que uma expressão, a partir dele é possível explicar uma dada realidade concreta, pois está relacionado ao que se pretende compreender. A trajetória histórica da construção do conceito de quilombo é uma forma de compreender como seu uso como categoria específica reflete a luta por reivindicação de direitos.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a discussão sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombolas – a partir de agora designadas CRQ – ganhou novo impulso nas pesquisas historiográficas e antropológicas muito focada no debate jurídico, uma nova definição de quilombo, desconsiderando a historicidade do conceito.

A ideia era ampliar seu sentido para além das definições dadas no período da escravidão e dos registros historiográficos até meados da década de 1980 que definia o quilombo baseando-

se no Quilombo de Palmares como unidade guerreira, isolada e autossuficiente, sem levar em consideração a pluralidades de agrupamentos quilombolas em nosso país.

Mas, levando em consideração as formas como até então estas comunidades eram tratadas, se explica a necessidade da atualização do termo quilombo no espaço jurídico, fundamental na busca de eliminar leis criadas com o único objetivo de promover o apagamento desses grupos. Por exemplo, segundo Nunes e Santos (2021)<sup>11</sup>, na lei de 1827, em seu art. 5º, no § 6º determinava que o juiz de paz deve “fazer destruir os quilombos, e providenciar que não se formem” – isto baseando-se no significado referente ao termo quilombo em caráter jurídico-legal, que era: “um espaço geográfico fora da lei, devendo, portanto, ser destruído.” Essa narrativa estava presente em todos os momentos que tentou-se definir o que era quilombo na época escravista, os escravos fugidos representavam os “fora da lei” o “inimigo”, eliminando os negros e suas formas de organização.

Para Nascimento (2006, p. 120-121), o que contribuiu para o termo quilombo passa a ser ressignificado, levado em consideração a dimensão do conceito no seu processo histórico, foi o entendimento de quilombo “como sistemas sociais alternativos [e] brecha no sistema escravista.” Dessa forma, para identificar uma CRQ específica deve-se levar em consideração as transformações históricas a que foi submetida a população negra escravizada durante todo o processo de colonização e após sua abolição. Já que ao longo de séculos o termo quilombo na história jurídica brasileira, foi tratada de forma depreciativa e opressiva, um verdadeiro inimigo que deve ser combatido.

Na busca por redimensionar a concepção jurídica sob o termo quilombo e/ou quilombolas só veio a acontecer com as mobilizações do Movimento Negro a partir dos debates da constituinte para proposituras à CF/88. Este reconhecimento só vindo a acontecer após 100 (cem) anos depois da abolição do sistema escravista, permitindo e ampliando concepções identitárias, viabilizando que os/as negros/as fossem (re)conhecendo sua história, sem a visão cristalizada do eurocentrismo, aí inclusa a identidade de remanescente quilombola, aceita e unida a consciência racial. Como no dizer de Cunha (2017): “do sentido de consciência racial, a negritude estendeu sua ação para diversos planos em que a identidade negra é usada como chave para ativar a enunciação da diferença e comunicar mensagens.”

Logo, foi graças as mobilizações intelectuais e dos movimentos sociais da década de 70, que o conceito quilombo passa por um processo de reconstrução repercutindo o que é ser negro

---

<sup>11</sup>Mais informações sobre leis e cartas no período colonial em (NUNES, et al, 2021, p. 129) Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/72690>.

Acesso em: 22 mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v66i1.72690>.

no Brasil. Se no sistema escravista a ideia de “raça negra” foi fortemente utilizada como modelo de dominação, nas lutas atuais se reconhecer como negro é se colocar na história como marcador de libertação do sistema escravista, e processo de luta por igualdade de direitos, afirmando sua identidade ao passo que assume sua diferença. Desde então, de acordo com Arruti,

As diferenças que podiam até então distingui-las da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e os próprios termos “negro” ou “preto” muitas vezes recusados, até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados. (ARRUTI, 1997, p. 23).

Pode-se entender com base no que os estudiosos supracitados afirmam sobre o assunto é que a consciência racial é a chave para alterar o estigma, influenciando de forma positiva na adoção da identidade negra como marcador de diferença e da liberdade. Quilombo passa então a ser associado aos significados de “luta e resistência,” e os quilombolas como comunidades negras, remanescentes dos antigos quilombos, o que para Moura (1981) se apresenta como uma forma histórica de organização política:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativo, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (MOURA, 1987, p. 12-13 apud LEITE, 2000, p. 338).

Para Moura (1987) as formas de resistência é o que assemelha os quilombos do período colonial ao contemporâneo. Foi a organização desses grupos que garantiu sua sobrevivência em seu processo histórico, a capacidade de estruturação fazia com que se reagrupassem e aparecessem em novos espaços, após sua destruição. As habilidades de defesa e na produção econômica, deu-se através da dinâmica desses grupos na relação com outros, os diferenciando dos demais de acordo com o espaço em que habitavam, expostos a uma segregação social, assim o território passa a ser o que define cada grupo e não o oposto.

Ao longo da história os quilombos sofreram modificações, alvos de processos de exclusão, invisibilidade, tensões e disputas que ameaçaram apagar suas histórias, tanto no nível das práticas sociais quanto no simbólico, estes grupos sobreviveram graças às estratégias de sobrevivência desenvolvidas que garantiram, a partir da relação com a terra, a sua manutenção.

A aprovação do Artigo 216 da CF/88, inciso V, § 5º, foi fundamental para recuperação e ressignificação da memória quilombola ao estabelecer que: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos,” como forma de garantir aos reminiscentes dos negros que aqui foram escravizados, sua existência no tempo presente. Com reforço do exposto no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garantindo a condição básica do direito legal de sua própria terra, através da emissão de títulos em seu nome.

Baseando-se nas análises de Nunes e Santos (2021) sobre as narrativas jurídicas a respeito da categoria quilombo, por trás da construção do termo quilombo apresenta-se uma narrativa de apagamento dessas minorias, procurando dar visibilidade apenas em caráter depreciativo, causando verdadeiro pânico populacional e inviabilizando suas formas de organização, ampliando a eliminação da população negra escravizada, afirmam:

(...) a construção da categoria quilombo foi, desde o século XVIII, pejorativa, considerando seus habitantes primeiro como escravos fugidos, criminosos, incivilizados, gentios, assassinos, entre outros. Portanto, o quilombo foi uma categoria espacial e identitária excluída da República e do direito até o século XX. (NUNES; SANTOS, 2021, p. 134).

A ressignificação marcante veria com as regulamentações estabelecidas no Decreto Lei Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003<sup>12</sup>, estes grupos passam a ser definidos como “remanescentes” das comunidades dos quilombos: “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003 - ver Art. 2º).

A legislação foi importante para nomear os grupos e atuou como forma de garantir direitos legais as comunidades quilombolas, a exemplo da adoção de políticas públicas. O reforço veio com as diretrizes estabelecidas pela 169ª da Convenção da Organização

---

<sup>12</sup>O Decreto Lei nº 4.887/2003 é um marco histórico na luta pela garantia/implementação dos direitos das populações descendentes de quilombos: regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Internacional do Trabalho (da qual o Brasil é um dos signatários) que incluiu a autoidentificação como respeito ao princípio de autodeterminação dos povos (LEITE, 2010, cf. p.20).

Em todo caso, a CF/88 foi o documento de grande relevância nesse processo, pela primeira vez assegurava-se aos descendentes de povos de quilombos um conjunto de direitos até então ignorados. Dentre estes direitos, a conquista de fundamental importância para garantir a existência e a sobrevivência das comunidades quilombolas, como o direito à propriedade de suas terras (cf. Artigo 68) e outras conquistas também de grande relevância: o direito à manutenção de sua cultura própria, proteção as manifestações culturais afro-brasileiras, consideradas patrimônio cultural brasileiro (cf. Artigos 215 e 216).

Entretanto, passados 34 anos do direito à propriedade de terra assegurado, apenas uma pequena parcela das comunidades remanescentes quilombolas conseguiram efetivar esse direito. Até 2018 apenas cerca de 9% das comunidades quilombolas viviam em áreas tituladas<sup>13</sup>. Esta situação deixa bem nítido o processo de desatenção que esses coletivos vêm sofrendo ao longo dos séculos. Esse processo de descaso promoveu violenta invisibilidade, excluindo, expropriando e negando os direitos, a condição de vida digna, através do apagamento sistemático da história desses grupos se caracteriza sua invisibilidade.

Consideramos, por fim, o conceito de “remanescente de quilombo” elaborado pelo grupo de pesquisa sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (1994). Na busca por sanar as questões conceituais sobre a ideia estática dos remanescentes, como grupos isolados e homogêneos, o referido grupo de pesquisa afirma ser um termo utilizado.

(...) para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Contemporaneamente. Portanto o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994, p. 1- 2).

---

<sup>13</sup>O acesso a informações atualizadas ainda não tem data prevista para acontecer, só vão ser identificadas na próxima pesquisa censitária do IBGE.

Dessa forma são essas características distintas dos demais grupos que podemos caracterizar como diferencial dos remanescentes de quilombolas, especialmente suas práticas de resistência<sup>14</sup> como forma de manutenção da vida e do vínculo com seu território.

Os quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos que incluíram as fugas de escravos para terras livres e geralmente isoladas. Mas a liberdade foi conquistada também por meio de heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado e pela permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades. Registram-se também casos de compra de terras tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. O que caracterizava o quilombo era a resistência e a conquista da autonomia. A formação dos quilombos representou o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre. (PENTEADO, 2022, *online*).

Questões como essa gerou distintos grupos que atuavam de acordo com a sua formação e a preservação do seu território, promovendo alterações ao longo do tempo, a depender das forças externas que atuavam sobre os mesmos, incluindo os modelos econômicos vigente de cada época. Outro aspecto relevante foram as alianças entre povos distintos, estas contribuíram bastante no processo de miscigenação o que resultou em novos grupos étnico-raciais, também invisibilizados ao longo do tempo.

E é sobre a necessidade de trazer o quilombo ao debate social e jurídico, como forma de reivindicar o que na época resultou no reconhecimento da dívida da nação brasileira para com os povos afro-brasileiros que aqui foram escravizados, garantindo após a finalização da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/DF, a conquista do seu território através da auto atribuição. Este fato retirando-o desse sentido estático que está prestes a desaparecer, mais pertencente a um processo histórico, o que para Leite (2000, p. 342), evidenciou “seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade.”

Assim, compreender como o conceito de quilombo e remanescentes de quilombolas é de fundamental importância para explicar de forma concreta uma dada realidade, e como eles se relacionam com o seu território, é o que veremos a seguir.

---

<sup>14</sup>É importante ressaltar que as relações de enfrentamento entre escravizadores/as e escravizados/as também aconteciam sem o aspecto coercitivo. Muitas vezes concessões por parte dos senhores podiam acontecer apenas para evitar rebeliões dos/as escravizados/as em razão do medo, cediam de forma consensual, possibilitando assim aos escravizados/as a manutenção de suas tradições, crenças e cultura.

### 2.3 Territorialidade: o sentido de ser “Terra de Preto”

Em um país estruturado a partir do latifúndio a terra é sinônimo de poder. No Brasil, desde o período colonial e ao longo do seu processo de formação, muitas lutas foram travadas, e continuam sendo travadas nos dias atuais, pelo acesso à terra. No caso do direito dos/as escravizados/as a implementação da Lei de terras em 1850 tornou essa questão muito mais complexa, distanciando/as desde a sua chegada, do acesso a esse bem. Razão pela qual a busca pela conquista do território passa a ser um bem tão almejado por esses povos quanto a liberdade.

Raptados/as do seu lugar de origem, distantes e sem nenhuma chance de retorno, excluídos/as e sem direito de expressar suas subjetividades, a terra representava para os/as escravizados/as, além da garantia das condições de sobrevivência, o reconhecimento de suas particularidades, o direito a diferença e a manutenção das suas tradições e história ancestral.

De acordo com o antropólogo Paul E. Little, territorialidade pode ser definida como resultado do “(...) esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu ‘território’ ou “homeland” (2002, p. 3). Para o estudioso, essa forma coletiva de vida e do uso da terra historicamente construído pelos quilombolas faz com que esse espaço, seja a prova da garantia a terra e a sua “pátria”. Passando também pelas formas particulares que cada grupo significou seu território, como nos dizer de Paul E. Little (2002): “terras de preto”, “terras de santo” ou de “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas”.

Desse modo, as formas coletivas de organização, através dos saberes ambientais e ideologias historicamente transmitidas, construíram suas identidades, nas quais expressam a manutenção com o passado e modo de preservar a união do grupo pelas novas gerações dentro deste território.

Assim, a terra quilombola, ao se converter em território, assume múltiplas expressões socioculturais, seja em decorrência do vínculo afetivo com o território, a historicidade e o uso e defesa do mesmo. O território do quilombo passou a ser um refúgio e o lugar de pertença a um grupo, sentir-se acolhido, ser livre para exercer sua cultura e ter um lugar para chamar de seu. Lá, para além das diferenças que podiam existir entre os/as moradores/as que muitos vinham de diferentes etnias africanas (além de outros grupos), podia-se observar uma semelhança entre eles/as em suas reivindicações e lutas: terra e liberdade.

Para Alfredo Wagner de Almeida (2002) foi justamente as interrelações e extra relações territoriais entre os quilombolas que garantiu a produção material desses grupos, suas estratégias de sobrevivência e vínculos, na medida em que a dinâmica de defesa do território

era o elemento unificador do grupo. Afirma:

(...) Ao contrário do que imaginaram os defensores do “isolamento” como fator de garantia do território, foram as transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas. Assim como se enganaram aqueles que viam no quilombo uma unidade racial homogênea, pois foram as suas inter-relações com outros grupos que possibilitaram sua reprodução social e econômica. (ALMEIDA, 2002, p. 49).

De tal modo, essas inter-relações baseadas na necessidade de defender seus direitos, impulsionaram as lutas travadas ao longo dos processos de conquistas e resistências, consolidando as alianças, marcando sua resistência. No decorrer do tempo este cenário foi mudando, passando a sofrer ataques pelas forças políticas e sociais que iam estabelecendo pressões sobre eles, gerando novas circunstâncias e movimentos.

Os constantes processos de miscigenação biológica e sincretismo cultural criaram novas categorias étnicas e raciais, que formaram parte importante de novos movimentos tais como a Cabanagem (Di Paolo 1990) e os movimentos milenaristas (Wright 1992). (...) Os quilombos que surgiram a partir da fuga das plantations e engenhos representam outros casos de etnogênese cuja consolidação como grupo social se deu com o estabelecimento de territórios autônomos no interior da Colônia e a posterior defesa desses territórios frente a ataques externos, sendo a República de Palmares. (LITTLE, 2002, p. 5).

O que Paul Little (2002) quer nos dizer é que através da etnogênese<sup>15</sup> dessas novas categorias, repercutiu em formas distintas dos grupos se mobilizarem, resistirem e permanecerem dentro dos territórios. É nesse contexto de miscigenação pertencente ao processo migratório realizado no passado, que a história de cada grupo gera suas especificidades dentro da memória coletiva, que nem sempre parte do seu local de origem, mais explica a que circunstâncias estavam expostos.

Isso se expressa no cenário vivido até os dias de hoje, essas mobilizações resultam do processo de consciência ancestral da necessidade de defesa dos direitos territoriais entre os

---

<sup>15</sup> Etnogênese ou etnogénesis é um termo oriundo do grego *ethnos* (que significa "grupo de pessoas" ou "nação") e *genesis* (que significa "origem, nascimento"). É um conceito de base [antropológica](#) que refere-se ao processo de “emergência de novas identidades [étnicas](#) ou de ressurgimento de etnias já reconhecidas, pelo qual um grupo humano começa a ver-se a si próprio ou a ser visto pelos outros como um grupo étnico distinto”. O dicionário Aulete define o termo como o "aparecimento de uma nova identidade étnica" (cf. [www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br)). O termo também remete a compreensão de que grupos determinados são culturalmente diferenciados, muitas vezes resultando de “(...) processos de transformação social pelos quais passa determinado grupo humano, não apenas politicamente, mas também em termos de definição de identidade, seleção e incorporação criativas de elementos auxiliares. Fontes várias, disponíveis na Web.

indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Esta consciência é indispensável para preservação ambiental do seu território, da vida local e na garantia econômica, face aos constantes ataques externos dos brutais impactos gerados pelo agronegócio, a mineração, a exportação e exploração, causa do desmatamento que vai avançando cada dia mais pra dentro dos seus territórios, gerando um processo violento de invisibilidade e vulnerabilidade na seguridade dos seus direitos. E essas invasões as terras quilombolas “(..) foram acompanhadas por novas tecnologias industriais de produção, transporte e comunicação, que alteraram as relações ecológicas de forma inédita, devido à sua intensidade e poder de destruição ambiental” (LITTLE, 2002, p.12).

A falta de segurança jurídica é o que abre espaço para o aumento da violência contra as comunidades tradicionais e ouvi-las passa a ser o papel essencial para uma reflexão dentro da sociedade sob suas realidades face a mídia comercial monopolizada, que elimina outras visões sobre o desenvolvimento sustentável desses grupos. Segundo Foucault (1999, apud LEITE, 2010),

a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber novos significados. Daí por que, para falar em violência é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas. (LEITE, 2010, p. 18).

Assim, para o autor a violência é algo que parte ao sentido que a ela é atribuído, e que só através do resgate oral é que torna possível uma melhor compreensão através da contextualização dos fatos e na relação simbólica e identitária com seu território. Esses processos de expansão marcaram a historicidade do território dos povos tradicionais, principalmente no que se refere as mobilizações e na utilização dos seus recursos naturais.

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território. (LITTLE, 2002, p. 11).

Dessa forma, o território é parte inseparável da identidade, sendo construído dentro da memória coletiva, tornando-se fundamental no estabelecimento de forças para mobilização, por estar presente na história ancestral repassada dentro do seio familiar, e na preservação do seu território. Segundo Arruti (1998, apud LITTLE 2002, p. 12) “sua memória tornou-se tão

importante quanto os documentos escritos que antes, no confronto com representantes dos poderes públicos, tinham o total privilégio”.

### 3 COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ASPECTOS NORMATIVOS DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

A escravização da população negra no Brasil durou cerca de 350 anos impulsionado por uma diáspora forçada que cá trouxe milhões de pessoas, uma gigantesca massa populacional. Alocadas e realocadas dentro do território brasileiro, estas pessoas tornaram-se fundamentais para fazer acontecer os interesses da economia local (diferenciados por região) mediante a “vontade” do mercado externo. Esta estrutura produtiva inicial foi responsável por modelar as bases econômicas da sociedade brasileira, acabou sendo a principal causa das contradições e conflitos que até hoje estruturam a sociedade brasileira expressos nos embates e enfrentamentos entre a elite branca e a população negra (preta e parda) e os pobres brancos.

Esses/as negros/as que aqui foram escravizados/as em todo momento se mobilizaram para se libertarem das amarras da opressão, torturas e da condição desumana a que eram obrigadas a viver, recorrendo assim a várias estratégias de resistência seja nas insurreições urbanas, guerrilhas e aquilombamentos. Os/as escravizados/as encontravam nesses mecanismos formas de se libertar da dominação e exploração a que eram submetidos. Segundo Moura (1972, apud CALHEIROS *et al.*, 2010, p. 136):

(...) a luta do africano aconteceu em diferentes conjunturas e estratégias variadas: não apenas as fugas e as insurreições, mas também o trabalho pouco produtivo, o suicídio, os incêndios em canaviais, e até mesmo a malandragem na relação com os senhores podem ser observados como mecanismos de guerrilha contra o sistema escravocrata.

Muitos desses processos ocasionavam na formação de assentamentos e alianças, temos exemplos: várias revoltas, rebeliões e levantes, motins, fugas, movimentos abolicionistas, acontecendo desde o início da colonização no século XVI ao século XIX.

Essas articulações ao longo da história viabilizou a formação dos mais diversos tipos de campo de luta, resistência e enfrentamento, dos aquilombamentos aos movimentos abolicionistas, da imprensa negra (Jornal O Quilombo), o Teatro Experimental do Negro 1944 – 1961, a Frente Negra Brasileira nos anos 30 do século XX aos congressos, manifestos e grupos de movimentos sociais diversos que se mantem em ação até os dias atuais. Dentro desse contexto, no final da década de 70, surge o Movimento Negro Unificado (MNU) que se colocava em campo reivindicando direitos e combatendo uma serie de práticas cerceadoras de direitos, especialmente o combate à discriminação racial. Já em seu primeiro Congresso Nacional na Bahia, instituíram o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, data do

assassinato de Zumbi. Essas mobilizações da população negra com o auxílio das reformulações intelectuais promoveram pressões por políticas compensatórias, por exemplo, em prol das CRQs.

Portanto, todas as mobilizações e movimentos contribuíram para (re)construir a história do povo negro através dos pensamentos, ações, teorias, lutas, protestos, produção acadêmica e literária feita pelos/as próprios/as negros/as, com o reforço de registros e documentos estatais e através dos relatórios de peritos da área antropológica. A partir do momento que o negro passar a ouvir sua história sem o viés eurocêntrico, racista do colonizador, pode-se ampliar as reivindicações na forma da lei para essas populações esquecidas. Confirmando “(...) que as identidades são situacionais, relacionais, operativas e dependem do contexto em que os sujeitos estão inseridos estando constantemente em mudança por serem politizadas” (HALL, 2003; CUNHA, 1989 apud COSTA, 2010, *online*).

Ainda hoje os Movimentos Sociais resistem, burlando um sistema que não mudou mais se reconfigurou tornando tão perverso e tirano quanto no passado. Hoje com uma economia focada no desmatamento e monocultura do agronegócio e a mineração exploratória de exportação, a ocupação e exploração do território quilombola, continua gerando morte, exclusão e invisibilidade da população quilombola, negra, indígena, ribeirinha da garantia de seus direitos fundamentais.

Um relevante fato, marco histórico que irá abalizar a Constituição Brasileira de 1988, foi o aniversário de 100 anos da “abolição da escravidão” no Brasil. Foi, graças as articulações entre MNU, ONGs e das Pastorais Católicas do Negro e da Terra que mudanças significativas foram conquistadas, a exemplo do reconhecimento do direito a terra pelas comunidades remanescentes de quilombos. Essa conquista das CRQs só foi possível pelas discussões e lutas que produziram reflexões e críticas que repercutiram na construção de um sentido identitário, político e cultural dessas comunidades. Segundo Cardoso (2002):

A análise histórica do significado político de quilombo da experiência coletiva de organização dos quilombos como sistema alternativo ao regime escravocrata, constitui-se como um símbolo principal na trajetória do Movimento Negro. Para o Movimento, se antes o quilombo serviu como resistência ao processo de escravização do povo negro-africano, nos anos 70, a ideia do quilombo volta como um símbolo de resistência e de maneira mais ampla, como reação ao neocolonialismo cultural, através da reafirmação da herança africana e da busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural. (CARDOSO, 2002, p. 57-58).

Para o Cardoso (2002), esse processo de significação do quilombo não se apartou da simbologia de resistência como meio alternativo de burlar o sistema escravista, mais se amplia,

a resignificação da resistência passa a ter organização política, contra a cultura hegemônica, que só foi possível através das mobilizações e fortalecimento dos movimentos sociais.

Assim, como resultado de uma trajetória histórica de resistência e luta ao se assumirem remanescente de quilombolas, as comunidades se colocam em uma posição de sujeito, com identidade marcada pela transitoriedade de inclusão e exclusão, assumindo a existência de um poder que atua através de agentes políticos exercendo relações de forças entre atores comunitários e externos. A Ideologia interpela os indivíduos como sujeito” (ALTHUSSER, 1996 [1970], p. 131). Logo, compreendemos que a posição de sujeito é sempre uma posição ideológica.

Como dito anteriormente, esse movimento reverberou na Constituição Federal de 1988 na garantia, na forma da lei, ao direito que assegura à terra às comunidades quilombolas através de sua titulação<sup>16</sup>. Que também, além do direito a terra, passou a reconhecer e proteger os direitos sociais, culturais, econômicos e políticos das CRQs, especificamente através dos dispositivos constitucionais, Artigos 215 e 216 e o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que tratam desses direitos.

É interessante ressaltar que somente 15 anos depois da CF/88 surgiram políticas públicas capazes de evoluir na consolidação desse direito. Atendendo ao Artigo 68, ADCT através do Decreto Federal nº 4.887/2003, se estabeleceu através o processo de regulamentação fundiária. O processo passaria a ser executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela execução e produção através do Relatórios Técnico de Identificação e Delimitação (RTIDs) estabelecendo o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas CRQs, após da solicitação da Certidão garantindo não só seu reconhecimento cultural, como o direito inviolável à terra que pertencia a seus antepassados.

A princípio o efeito dessas leis foram inviabilizados por falta de decretos aplicativos que as colocassem em prática, outros motivos foram os impedimentos e oposições colocadas por várias forças políticas que unidos aos interesses dos grandes latifundiários, grileiros, mineradoras, entre outros, dificultando a garantia na aplicação das políticas públicas dentro destas comunidades. Só após a finalização do julgamento da Ação Direta de

---

<sup>16</sup> Constituição Federal de 1988 – Artigo 68 ADCT ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS ART. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos. Mas, é importante ressaltar que isso não se deu forma imediata, somente sete anos após foi que houve a primeira titulação de terra, por exemplo, o quilombo Boa Vista só obteve a propriedade definitiva de seu território em novembro de 1995.

Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/DF - 2003<sup>17</sup>, que julgava inconstitucional o Decreto Presidencial nº 4.887/2003<sup>18</sup>, regulador do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)<sup>19</sup>, que concedeu o direito de propriedade coletiva “aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos”, fez com que, a autodefinição quilombola se tornasse uma expressão aplicada a realidade concreta, esbarrando-se em transformação de direitos, visando “a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural” das comunidades. O Decreto, assim, serviu de base para outros diplomas legais que instituem políticas para as comunidades quilombolas.

Outro órgão que auxiliou na ampliação das políticas públicas foi Fundação Cultural Palmares (FCP), uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, criada com o objetivo de (...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (cf. artigo 1º). O órgão tornou-se responsável pela emissão das certidões das comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Mediante autodeclaração seguindo as exigências solicitadas atendendo a Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007, políticas de agricultura familiar foram lançadas a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF em 1996.

Em 2004, a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, consolidou-se as políticas de auxílio governamental com o Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado com a finalidade de coordenar as ações governamentais, que incluem articulações transversais, setoriais e interinstitucionais voltadas para os remanescentes de quilombos, garantindo acesso a recursos mínimos de infraestrutura na educação (Bolsa Família), acesso à terra, inclusão produtiva entre outros, assegurando a subsistência dessas comunidades. Essa atenção governamental fez com que as comunidades quilombolas passassem a lutar não apenas pela titulação de suas terras, mas também por políticas públicas que garantissem direitos como saúde, educação diferenciada baseada na historicidade de seus antepassados e garantias econômicas baseadas em seus contextos materiais de subsistência.

---

<sup>17</sup>A movimentação completa dos atos processuais, incluindo o julgamento, encontra-se disponível em: <https://bit.ly/3ozGWZP>. Acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>18</sup>“Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. Disponível em: <https://bit.ly/3jChlvN>. Acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>19</sup>“Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os títulos respectivos”.

Outro relevante reforço para tirar da invisibilidade as CRQs veio com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu o ensino obrigatório, da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos oficiais e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, efetivada pelo Ministério da Saúde, que segundo secretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ronaldo Barros (2016)<sup>20</sup>

Essas políticas têm sido essenciais para que o Brasil corrija as distorções ainda existentes. Não se trata de implementar mais políticas, não se trata de ter um Brasil para os negros, mas ter um Brasil para todos. Portanto, as políticas afirmativas vêm no sentido de melhorar nosso país. (GOVERNO FEDERAL, 2016, *online*).

Estas políticas associadas iniciavam uma nova proposta de perceber e contar a história da população negra do Brasil. Chamadas de políticas de ação afirmativas, foram pensadas com a finalidade de equiparar direitos e combater as desigualdades estruturais. Mesmo assim dessa luta não se apartou a correlação de forças da relação de poder: “Quem tem o privilégio de classificar, detém o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados” (CUNHA *et al.*, 2017, p. 163).

Todavia, as políticas públicas federais geradas não diminuíram o abismo social. As questões de base, de responsabilidade dos governos estaduais, ainda continuam aguardando atenção – a exemplo das políticas educacionais, que continuam iguais, não possibilitando a inclusão da população quilombola por ausência de matriz curricular específica, currículo plural com conteúdo emancipatório e direcionada para as demandas de formação do público das comunidades quilombolas, sem abranger suas particularidades.

Para entender como se dá o alcance prático das Políticas Públicas (PP) é necessária uma classificação do que seria a mesma, e embora ela fazer parte do nosso dia a dia, o seu conceito não se encontra no campo jurídico, que pouco dedica-se a conceituá-la, mais na área do conhecimento acadêmico que preocupou-se em analisar as produções governamentais do Estado em seu exercício de poder e suas instituições. Assim PP, segundo Celina Souza (2007, p. 69 apud SILVA, 2015, p. 26), é “o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando

---

<sup>20</sup> Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial [Brasil] Seppir compartilha experiência brasileira em Seminário Internacional sobre Ações Afirmativas para os Afrodescendentes. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_seppir/noticias/2016/02-fevereiro/seppir-compartilha-experiencia-brasileira-em-seminario-internacional-sobre-acoes-afirmativas-para-os-afrodescendentes](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/02-fevereiro/seppir-compartilha-experiencia-brasileira-em-seminario-internacional-sobre-acoes-afirmativas-para-os-afrodescendentes) Acesso em: 14 abril 2022.

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” Pois, como no dizer de Souza, as PP é a ação na prática e/ou o ato de analisar, podendo atuar também como mecanismo de mudança de forma dependente ou independente. Que para Marques (2013, p. 10 apud SILVA, 2015, p. 26), “tratam do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo”. Portanto, o conjunto de produções governamentais praticadas pela ação do Estado e suas autoridades.

Por fim, pode-se entender, com base no que os estudiosos anteriormente citados afirmam sobre o assunto, que as PP seriam o conjunto de ações governamentais que podem atuar de forma dependente ou não, levando em consideração o conjunto de interesses dos agentes envolvidos em sua criação ou mudanças.

Assim, elas passam a ser um campo de disputa que podem atuar como mecanismo equiparador das desigualdades sociais, econômicas e políticas para promoção de um bem comum para as CRQs. “Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção” (LEITE, 2000, p. 333).

Em linhas gerais afirmar: não está sendo fácil colocar em prática as leis que garantem direitos as minorias em nosso país, principalmente se levarmos em consideração que há quase dois anos que o governo federal, na pessoa do presidente Jair Messias Bolsonaro, não titula uma terra quilombola, fazendo cumprir as promessas de campanha eleitoral em 2018: “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”.

Biko Rodrigues, articulador nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) aponta as conseqüências desse cenário “A lentidão coloca as comunidades quilombolas numa situação de extrema vulnerabilidade, uma vez que a maioria do território de uma comunidade não está sob domínio dela, mas de terceiros, muitas vezes fazendeiros.” E enfatiza os riscos: ‘A não execução dessa política coloca a comunidade em vulnerabilidade alimentar, jurídica, política, e ameaçando até de morte nossos companheiros e companheiras’. (FAUSTINO *et al.*, 2021, *online*).

Assim, analisar as PP esbarra na observação de elementos como os agentes envolvidos no processo da criação das PP, os debates que envolvem essa temática e as disputas de interesses desde seu processo de criação a sua implementação, bem como quem serão os autores e/ou grupos que iram se beneficiar com a sua criação.

### **3.1 Processo de autodefinição e titulação do território quilombola**

Os caminhos que estão destinados para a titulação das terras quilombolas possui várias entranhas e armadilhas jurídicas, que vão dificultando a aplicação da lei, Segundo Dimenstein:

Tão frágil como o papel e, quase sempre, com seus direitos assegurados apenas no papel. Assim se resume a cidadania no Brasil, onde, apesar de todos os avanços, a regra é a exclusão social, a incapacidade de oferecer um mínimo de igualdade de oportunidades às pessoas. Essa é a raiz da violência que vemos por todos os lados e que nos faz sentir como reféns. (DIMENSTEIN, 2003, p. 3).

De acordo com os últimos dados analisados até o dia 16 de novembro de 2021<sup>21</sup>, somam apenas 192 os territórios quilombolas titulados em nosso país. Desse total, 147 titulações foram feitas por governos estaduais, 40 pelo governo federal, 4 pela junção dos governos de estados e federal e apenas uma feita por um governo municipal. Se levarmos em consideração que há 1.779 de territórios em processos de regularização pelo Incra, esse montante corresponde a uma quantidade mínima, sem contar com os que estão nos órgãos estatais, caminhando a passos lentos. Apenas 16% das terras quilombolas com o processo aberto pelo Incra receberam o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado, documento que identifica os limites e a extensão do território quilombola, documento que garante a prioridade nas políticas públicas para as CRQs – o que nos faz crer que ela exista apenas no papel.

Como já foi dito anteriormente, o processo que garante a titularidade do território quilombola está disposto nos Artigos 215 e 216 da CF de 1988 e no Artigo 68 (ADCT) que tratam desses direitos à luz da Instrução Normativa nº 57/2009, que tem como objetivo estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos de responsabilidade do Incra, após a emissão da Certidão de Autodefinição pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>22</sup>. Processo esse que sofreu várias interferências do poder executivo ao editar diversas normas que ocasionou em “uma verdadeira via crucis” (BANAL, 2013).

Sendo assim vamos conhecer as etapas e trâmites que envolvem o processo de titulação, essa saga que mais dificulta do que garante o acesso as terras quilombolas, através de uma legislação perversa para o reconhecimento. As informações relatadas a seguir resultam da

---

<sup>21</sup> Dados disponibilizados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Link de acesso em: [Governo Bolsonaro caminha para 2º ano sem titular Terras Quilombolas \(cpisp.org.br\)](http://Governo%20Bolsonaro%20caminha%20para%202o%20ano%20sem%20titular%20Terras%20Quilombolas%20(cpisp.org.br)) Acesso em: 06 abril 2022.

<sup>22</sup> Visite o site da Comissão Pró-Índio de São Paulo para conhecer os textos das leis e acompanhar o andamento dos processos: [www.cpisp.org.br](http://www.cpisp.org.br). Acesso em: 19/04/2022.

pesquisa documental realizada na web, na página da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)<sup>23</sup>.

Tudo começa com a “**Abertura do Processo**”.

O processo pode ser aberto por qualquer interessado de entidades ou associações representativas de quilombos ou pelo próprio INCRA, ficando responsável pela superintendência do INCRA nos Estados. Em seguida é a “Certidão”, de responsabilidade da FCP. É iniciado o processo de titulação através da certidão emitida pela FCP, procedimento definido pela Portaria FCP Nº 98/2007<sup>24</sup>, nele contém a ata da assembleia onde a comunidade aprova seu reconhecimento como CRQ e um relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade). A FCP poderá realizar visita a comunidade para esclarecer possíveis dúvidas, sem prazo definido para emissão da certidão. Nesse sentido, a Portaria da FCP, pelas regras e exigências, dificultou ainda mais o processo na elaboração do documento para a certificação das comunidades na entidade.

Na sequência vem o “**Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)**”<sup>25</sup>. Este relatório tem por objetivo identificar o território quilombola e a situação fundiária daquela terra. É de responsabilidade das superintendências regionais do INCRA e conta com a participação da comunidade no processo de elaboração do estudo. Este documento é composto por: relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento da eventual sobreposição a unidade de conservação a áreas de segurança nacional, faixa de fronteiras; terras indígenas terreno da marinha; terras públicas federais e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada.

Após o desenvolvimento do RTID vem a “**Análise pelo Comitê de decisão Regional**” que, ele será submetido ao Comitê de Decisão Regional do Incra, órgão composto pela Superintendência Regional, pelos chefes de divisão e o chefe da Procuradoria Regional. Após essa análise do RTID o Comitê pode: aprovar o relatório e libera-lo para publicação; reprová-lo por considerar que ele não seguiu os critérios exigidos pela norma do Incra, nesse caso o comitê pode exigir revisões e/ou complementações. Após suas alterações é analisado novamente pelo comitê. O Comitê Regional pode decidir pelo “Arquivamento” da área em

---

<sup>23</sup> Dados disponibilizados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Link de acesso em:

<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/caminho-da-titulacao-2/> Acesso em: 19/04/2022.

<sup>24</sup> Dados da Portaria nº 98/2007 disponível no site: <https://www.palmares.gov.br/?p=2372> da Fundação Cultural Palmares. Acesso em: 26 abril 2022.

<sup>25</sup> Dados coletados e disponibilizados no site: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=538](https://www.palmares.gov.br/?page_id=538) da Fundação Cultural Palmares. Acesso em: 12 julho 2022.

questão, por não ser reconhecida como terra quilombola. Nesse caso o Incra notifica a comunidade interessada e a FCP e publicada no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Unidade Federativa. Podendo a comunidade recorrer da decisão do arquivamento mediante justificativa.

Tem ainda a “**Consulta a Órgãos e Entidades**” feita no mesmo período o RTID deve ser encaminhado aos órgãos públicos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN); Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e seu correspondente na Administração Estadual; Serviço Florestal Brasileiro (SFB), isso porque o território quilombola pode incidir em áreas administradas por alguns desses órgãos. Os órgãos têm o prazo de trinta dias para se manifestarem, caso isso não ocorra é entendido que está tudo certo, mas caso se manifeste o Incra tem trinta dias para tomar as medidas cabíveis.

Em relação a “**Publicidade e Contestações**”, os interessados terão o prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes. O resumo será publicado por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e da Unidade Federativa, acompanhado de memorial descritivo e material da área estudada, um resumo é anexado a sede do município, com o prazo de noventa dias para apresentar as contestações. Se ela não for aceita é possível um recurso único no prazo de trinta dias a contar da notificação. Que será analisado pelo Conselho Diretor do Incra em Brasília, se for aceito é publicado no Diário Oficial.

Em sequência vem a “**Análise de situação fundiária das áreas pleiteadas**”. Caso o território quilombola incidir em unidade de conservação, o Incra e o Instituto Chico Mendes deverão trabalhar juntos para garantir os direitos quilombolas e se houver sobreposição com áreas de segurança nacional e faixa de fronteira, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional será ouvida. No caso de sobreposição com terras indígenas, o Incra consultará a Funai. A Fundação Palmares e a SPU serão ouvidas em todos os casos. Se o Incra e os demais órgãos envolvidos discordarem do mérito da titulação, o processo será encaminhado para Casa Civil, que coordenará na busca de solução para o caso. Mais caso o Incra e órgãos envolvidos discordar sobre a legalidade e validade jurídica da titulação, o processo será encaminhado para Advocacia Geral da União (AGU) que coordenará a busca da solução para o caso.

Encerra-se o processo de identificação do território quilombola com a publicação de “**portaria do presidente do Incra**” reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola. Esta portaria deverá ser emitida e publicada no DOU e da unidade federativa onde se localiza a área no prazo de 30 (trinta) dias após receber o processo.

Entretanto, diferentes situações demarcatórias podem acontecer, requerendo diferentes caminhos, a saber: primeiro, se o território incidir em terra devolutas do estado, o processo será encaminhado para órgão competente da instância estadual, para que proceda a titulação; segundo, se o território incidir em terras particulares, o Incra deve proceder a desapropriação das terras a fim de garantir a mesma seja titulada em nome dos quilombolas. Esse processo se inicia com assinatura do decreto de desapropriação pelo presidente da república.

Após deve ser ajuizada uma ação de desapropriação e o proprietário particular será indenizado pelo estado que ficará responsável por transferi-la para CRQ; terceiro, no caso dos títulos incidentes em terras quilombolas serem considerados ilegítimos ou viciados, conhecidos como grilagem. O Incra faz o levantamento da cadeia dominial da área reivindicada, devendo constar no RTID, caso verificado que o título é falso o Incra cancela o título e só após disso ele poderá titular em nome dos quilombolas; quarto, no caso da identificação de posseiros nas terras quilombolas o Incra deverá providenciar sua retirada da área pagando indenização pelas suas benfeitorias, podendo promover o reassentamento daquelas famílias de agricultor que preencha os requisitos da legislação agrária; quinto, caso o território ou parte dele incida em terrenos de marinha o processo deverá ser encaminhado à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a quem caberá a responsabilidade de emitir o título.

Dando continuidade ao processo, a “**Demarcação**” da terra reconhecida será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis rurais aprovada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento à Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001. O Incra realizara a demarcação física dos limites do território quilombola, por meio de picadas e colocação de marcos, seus limites serão identificados em campo.

E enfim a tão sonhada “**Titulação**”. O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas. Significando que essa terra não poderá ser vendida, dividida, loteada, arrendada ou penhorada.

Mas, isso sem antes passar pelas “Disposições gerais” a Superintendência Regional do INCRA que promoverá, em formulários específicos, o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos. É assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, bem como o acompanhamento dos processos de regularização em trâmite na Superintendência Regional do INCRA, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

O INCRA, através da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), manterá o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares informados do andamento dos processos de regularização das terras de remanescentes de quilombos. E só se encerra com o registro do título no serviço registral da Comarca de localização do território.

Ao observar os vários entraves que se apresentam em todo o percurso de titulação, coloca os quilombolas em permanente estado de incertezas, já que as brechas dentro das próprias leis vão dificultando o direito que está posto. Virando uma jogatina de poder que buscam apenas seus próprios interesses, para Leite (2010):

O percurso é incerto, é definido não somente pela legislação, mas pelo jogo de forças e poderes há muito solidamente institucionalizados. Não há nenhuma garantia de que os atuais procedimentos administrativos consigam transpor as armadilhas instituídas pela máquina cartorial em seus tramites “regulares”. (LEITE, 2010, p. 31).

Alguns Estados contam com sua legislação própria para as CRQs, No caso da Paraíba essas comunidades são contempladas com leis específicas para promoção de igualdade e cidadania, fazendo com que esses grupos tenham prioridades nas políticas públicas do Estado. Dentre estas leis estaduais temos: a) a Lei n.º 7.502/2003 (que com base o artigo 68 das ADIs) estabelece o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos na Paraíba visando identifica, demarcar e fazer levantamentos sobre a comunidade. No seu Artigo 2º determina que os programas sociais de geração de renda e de qualificação profissional desenvolvidos pelo Estado deverão dar prioridade ao público alvo dessas comunidades; b) a criação a nível Estadual do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), Lei nº 8.993 de 15 de dezembro de 2009, que autoriza a criação que atua diretamente na formulação de políticas, na produção de conferências, estudos e debates e

nas parcerias que visem a promoção de políticas públicas para população negra e tradicionais, direcionando para um melhor engajamento na vida social e política do Estado; c) e, por meio do Decreto nº 33.370 de 09 de outubro de 2012, a criação da Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) com intuito de atuar de forma democrática na implementação do Programa Brasil Quilombola na Paraíba com a finalidade de: I – Propor, articular, coordenar, monitorar e avaliar as políticas e ações a que se refere o artigo 1º, por meio da atuação compartilhada entre Secretarias e Órgãos do Governo do Estado, com ações para a população quilombola; II – Coordenar e elaborar diagnósticos de âmbito estadual para subsidiar as ações das secretarias e órgãos da Administração Pública Estadual com atuação nas comunidades remanescentes quilombolas (cf. Artigo 2º).

Sabemos que os entraves em toda trajetória da CF/88 vêm dificultando o acesso aos direitos legais para as minorias, mas ter leis estaduais voltadas para as garantias de políticas públicas já é um ganho para as comunidades que necessitam desses direitos para garantir uma vida digna e com perspectivas de mudanças sociais.

#### **4 COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA SANTA ROSA: O LUGAR E A TRAJETÓRIA DO SEU PROCESSO DE RECONHECIMENTO QUILOMBOLA**

A atualização teórica relativa à condição de ser comunidade remanescente quilombola realizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1990, representou significativo avanço na compreensão sobre as mesmas e sobre as questões quilombolas: contribuiu para alterar a visão estagnada no processo histórico ou compreensão meramente guiada pelas definições jurídico-formal passando a ser percebidas como lugar de luta e garantia de direitos territoriais. Em reforço as garantias fundamentais conquistadas com a Constituição Brasileira de 1988, instituído em seu Artigo 68, que se concretizou após o Decreto Nº 4.887/2003, que em seu Artigo 2º afirma:

Considera-se remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnico-raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada a opressão histórica sofrida. (BRASIL, Decreto Nº 4.887/2003 – Disponível na web)<sup>26</sup>.

Mas, é importante ressaltar que as conquistas estabelecidas pela Constituição de 1988 ocorreram em resposta a luta das comunidades organizadas, conscientes de seus direitos. Após a criação do MNU em 1978, que nasce rompendo com as ideias eurocêntricas e racistas, passa a ser semente dando frutos nas organizações quilombolas da Paraíba, começando assim em 1981 com a criação do Movimento Negro Unificado da Paraíba (MNU-PB) logo em seguida em 1982 a Pastoral Afro-Brasileira da Paraíba com os Agentes da Pastoral dos Negros, auxiliando na formação de jovens e líderes comunitários na busca por combater o racismo em vários municípios paraibanos, e na reivindicação de uma educação mais justa, essas mobilizações não se deu sem percalços, mas após a CF/88 que passa a criminalizar o racismo, e reconhecer juridicamente as CRQs, que paulatinamente foi acontecendo a valorização e conhecimento da história do povo negro em nosso país” (FLORES, 2014).

Esse contexto possibilitou a abordagem de temas quilombolas em jornais paraibanos, trazendo as reivindicações por direitos. Foi também em decorrência da ação dos movimentos sociais que surgiram parcerias, fazendo com que a história do povo negro em nosso estado virasse pauta de estudo.

---

<sup>26</sup> Dados coletados em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso em: 07 abril 2022.

Ganho de fundamental importância na construção desse tecido histórico dos povos quilombolas na Paraíba, foi o surgimento da Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes (AACADE) em 1996. Esta entidade passou a atuar em conjunto com a Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas (CECNEQ/PB) desde 2004. Esta parceria permitiu identificar, articular, organizar, integrar as comunidades quilombolas e a assentamentos nas políticas públicas do estado. Além disso, estas entidades disponibilizam na web todas as informações e dados levantados a cerca dessas comunidades, facilitando o acesso a suas histórias.<sup>27</sup>

No caso do Estado da Paraíba, as comunidades quilombolas, por muitos anos tidas como comunidades rurais, passam a reivindicar seu lugar de pertença. Com intuito de colocar em prática o direito legal e matéria de titulação de suas terras, “assim em 2004 a primeira CRQ é certificada pela FCP, em 2005 mais seis receberam o certificado, em 2006 aumenta para quatorze comunidades com certificado, em 2007 apenas 1, em 2008 foi 3, 2009 foram 4, em 2010 foi 2, em 2011 mais duas, 2012 não teve nenhuma certificação, já em 2013 apenas uma, 2014 e 2015 novamente não teve certificado emitido, em 2016 e 2017 teve apenas uma em cada ano, 2018 foram duas, 2019 uma, 2020 mais uma e 2021 foram três”<sup>28</sup>. Ainda não há dados oficiais que identifique emissão de certificados neste ano de 2022.

Hoje, segundo a FCP<sup>29</sup>, a Paraíba possui um total de 44 (quarenta e quatro) CRQs certificada, dessas 29 (vinte e nove) tem seu número de processo no Incra, entre elas 5 (cinco) Comunidades com RTID, 4 (quatro) estão com Decreto no DOU e apenas 2 (duas) com Portaria no DOU, as 15 (quinze) demais possui apenas o certificado. No quadro 1 veremos a identificação de cada CRQs da Paraíba, por município em ordem alfabética, com nome de cada comunidades e suas respectivas situações fundiárias.

**Quadro 1 – CRQs da Paraíba**

Nº	Município	Comunidade	Situação fundiária
1	Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	Certificada/RTID
2	Areia	Senhor do Bom Fim	Certificada/Decreto no DOU

<sup>27</sup> Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/aacade.html>. Acesso em: 13 julho 2022.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-30-06-2022.pdf> Acesso: 18 julho 2022.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pb-30062022.pdf>. Acesso: 18 julho 2022.

3		Mundo Novo	Certificada/RTID
4	Boa Vista/PB	Santa Rosa	Certificada
5	Cacimbas	Serra Feia	Certificada
6		Aracati e chã I E II	Certificada
7	Cajazeirinhas	Umburaninhas	Certificada
8		Vinhas	Certificada
9	Camalaú	Roça Velha/Rua Preta	Certificada
10	Catolé do Rocha	Lagoa Rasa	Certificada
11		Jatobá/Currallinho	Certificada
12		São Pedro dos Miguéis	Certificada
13	Conde (Paraíba)	Guruji	Certificada
14		Ipiranga	Certificada
15		Mituaçu	Certificada
16	Coremas	Mãe D'água	Certificada
17		Santa Tereza	Certificada
18		Barreiras	Certificada
19	Diamante (Paraíba)	Vaca Morta	Certificada/RTID
20		Barra de Oitis	Certificada
21	Dona Inês	Cruz da Menina	Certificada
22	Gurinhém	Matão	Certificada/Decreto no Dou
23	Ingá (Paraíba)	Pedra D'água	Certificada/Decreto no Dou
24	João Pessoa	Paratibe	Certificada/RTID
25	Livramento (Paraíba)	Sussuarana/Vila Teimosa/Areia de Verão	Certificada
26	Manaíra	Fonseca	Certificada
27	Picuí	Serra do Abreu	Certificada
28	Pombal (Paraíba)	Comunidade dos Daniel	Certificada
29		Os Barbosa	Certificada
30		Rufino	Certificada
31	Riachão do Bacamarte	Grilo	Certificada/Decreto no DOU
32	Santa Luzia (Paraíba)	Serra do Talhado Urbano	Certificada/Portaria no DOU
33		Serra do Talhado Rural	Certificada/Portaria no DOU
34	São Bento (Paraíba)	Contendas	Certificada



populações, mais com a contribuições de ONGs em conjunto com a FCP na Paraíba, pouco a pouco esses grupos vem saindo do mapa da invisibilidade. E é sobre como a CRQ Santa Rosa saiu dessa invisibilidade para ser protagonista da sua própria história, que vou abordar no tópico a seguir.

#### 4.1 A Comunidade Santa Rosa: o lugar

A Comunidade Remanescente Quilombola Santa Rosa localiza-se na zona rural a 5 km de Boa Vista, no Agreste paraibano, atualmente ocupando uma área de aproximadamente 149 hectares e perímetro de 8,15 km. De acordo com dados retirados no (ECQ, 2019)<sup>32</sup> na Comunidade Santa Rosa vivem 40 famílias, o acesso a comunidade se dá por meio de estradas vicinais, não pavimentadas, a partir do município de Boa Vista, distancia em torno de 5,35 quilômetros da sede do município.

**Figura 2 – CRQ Santa Rosa Espaço Geográfico**



Fonte: Estudo Componente Quilombola (2019, p. 19-20)

De acordo com as informações consultadas no Estudo do Componente Quilombola (ECQ) produzido em julho de 2019 e em entrevista gravada com Edilene Monteiro Fernandes liderança da comunidade, recentemente concedida ao youtuber Chico Abelha, para seu canal no Youtube *Cultura e Personalidades do Sertão Nordestino*<sup>33</sup>, iremos apresentar a história da Comunidade em estudo. Não foi feito uso do RTID porque a Comunidade não possui. A opção

<sup>32</sup> Dados com acesso restrito em : <https://we.tl/t-lrIT1q6njO> Acesso em: 25 julho 2022

<sup>33</sup> ABELHA, Chico. Youtube. **OS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA – PB**. Publicado em 16 abril 2022, com duração de 47:34. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbCNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s> Acesso em: 19 abril 2022.

por usar dados secundários como fonte se deu em decorrência da dificuldade de acesso a comunidade devido a Pandemia da Covid-19.

De acordo com as fontes utilizadas, a CRQ Santa Rosa foi uma das 44 (quarenta e quatro) certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2018 – emissão do certificado em dezembro de 2018 – sendo o processo partido do critério de autodefinição atestada pela própria comunidade. Mas, a identificação foi legalmente garantida, mas ainda hoje a Comunidade não possui o território demarcado pelo INCRA.

### Imagem 1 – Certidão de Autodefinição



Fonte: Edilene Monteiro

Baseado em informação colhida pelo ECQ (2019), produzido com auxílio dos habitantes da comunidade, visando uma possível demarcação do território tradicional, foi realizada uma medição do território. Com auxílio do software “Gaia GPS”, instalado em dispositivos móvel, o território tradicionalmente ocupado pelos comunitários de Santa Rosa foi delimitado. A medição foi elaborada com a finalidade de identificar os limites territoriais para instalação da Linha de Transmissão 500 kv (LT) Santa Luzia II – Campina Grande III, e os possíveis impactos ambientais relacionado a sua instalação, ficou então o território medindo aproximadamente 3.000 hectares, com perímetro de 27,3 km.

Foi assim que a CRQ de Santa Rosa que existe a mais de 320 anos, só reconhecida em 2018 após a comprovação da sua descendência de escravizados/as e a autodefinição, sentiu-se motivada a entender as características e traços quilombolas e estimulada a recuperar e conhecer sua própria história. De tal modo, o processo que culminou na “Certificação” se deu através de um trabalho coletivo no qual a própria comunidade buscando com os/as moradores/as mais antigos/as resgatar sua própria história. Segundo Edilene Monteiro (2022)<sup>34</sup>, em entrevista concedida ao youtuber Chico Abelha:

*O quilombo ele para a gente poder conseguir a certificação né que é um processo muito difícil, foi necessário a gente pegar o relato dos mais velhos da comunidade, né e saber um pouco mais da onde a gente veio, como começou esse trabalho, trabalho coletivo de ir em buscar e realmente do nosso antepassado começou lá em 2013, né com um grupo de mulheres, aonde uma organização, é falava né que a gente tinha uns traços quilombola, e como é que vocês, porque vocês não busca saber um pouco da história de vocês e a gente realmente a gente sempre perde uma cultura tão importante que é você sentar com os mais velhos e saber um pouco da nossa história (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In: <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

A declaração de Edilene Monteiro confirma o que nos revela Ilka Boaventura Leite (2010): é através da dimensão simbólica que os negros se organizam de forma coletiva para compartilhar histórias e trajetórias comuns, definindo suas identidades como grupos, consolidando sua existência do mesmo modo que impõem seu reconhecimento ao passo que dialoga com as instituições. E o processo de recuperação da própria história contribui para retirá-los da invisibilidade que sempre sofreram, principalmente no espaço jurídico. Mas, só a autodefinição, como critério primordial para a certificação, não é suficiente. A afirmação da sua condição de quilombola precisa ser comprovada, segundo Edilene Monteiro (2022):

*(...) e de lá a gente pra luta da certificação, para porque não é só dizer que é quilombola e você receber uma certificação. É através do relato dos mais velhos. Então nesse tempo em 2017, em abril 2017 eu peguei o relato de Barramina que era Antônio Belo, conhecido como Barramina, a onde no mês de setembro de 2017 ele morreu com 99 anos né, peguei o relato de Josefa Esteves de Mello que é Dona Zefa e Zé Preto né seu Zé preto que morreu agora o ano passado, aí eu creio que no mês de junho com 99 anos.*

---

<sup>34</sup> Liderança atual da CRQ Santa Rosa, responsável por gerir a Associação, atuando como canal de comunicação entre a comunidade e as organizações, gestores públicos e privados. Uma das mulheres que mobilizou a comunidade no intuito de resgatar a cultura e identidade local e garantir melhores condições de vida, responsável por mobilizar a organização da associação local, que auxiliou no reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo.

[...]

*É dessa comunidade, nascerão e se criarão aqui, né e através deles, né também de Marinês também, teve o relato de Marinês e de alguns que através deles foi que a gente conseguimos a titulação que foi que a gente recebeu a certificação do Nova Palmares, dia Dezenove de dezembro de 2019, né e eles contavam que uns vieram do Sertão ninguém se sabe se foi de Taperoá o Santa Luzia e a outra parte vieram de Alagoa Grande, e eles fala que os pais o bisavô né, o tataravô deles foram escravizados e através desse relato uma grande amiga da gente da universidades Cibele Leal, ela veio fazer o, fazer a gravação né e aí ela transcreveu pro livro, e aí foi que a gente conseguimos para gente mandar para Nova Palmares e fumus reconhecido. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In: <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbCNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

Portanto, para concretizar a obtenção do certificado quilombola algumas parcerias se fizeram necessárias, a exemplo da parceria da Associação Quilombola de Santa Rosa com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE)<sup>35</sup>. Atividades promovidas por esta organização gerou efeitos positivos com relação a afirmação identitária dos moradores enquanto quilombolas. Mesmo sendo recente foi o fator que se mostrou produtivo, gerando o aumento do envolvimento dos quilombolas com as questões que envolvem a comunidade.

Foi através do PROCASE, em conjunto com o coletivo regional a Associação de Apoio das Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e da Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), que a documentação que deu subsídio a certificação da comunidade junto a FCP foi organizada.

Mesmo assim, o processo de autorreconhecimento não aconteceu sem percalços, ainda há dentro da comunidade moradores/as que negam sua ancestralidade e resistem em assumir seu pertencimento étnico, processo esses que pode ser justificado pela histórica de preconceito e discriminação que a população negra sofre até hoje no Brasil.

## 4.2 Organização Política e Identidade Quilombola

Politicamente a comunidade começou a se organizar movidos pelo sentimento de insatisfação de algumas porque as perspectivas que tinham eram poucas. A união de 12

---

<sup>35</sup>PROCASE, organização que se originou da parceria entre governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Dentre suas ações o PROCASE estão o incentivo ao fortalecimento de atividades produtivas da agricultura familiar e realizações de eventos e cursos de capacitação e formação, voltados sobretudo, a grupo de mulheres, jovens e comunidades quilombolas, público prioritário dos projetos.

mulheres deu origem ao grupo “As quilombolas de Santa Rosa”. O grupo fundado em 2013 deu início as reuniões, que aconteciam nas residências dos moradores, com muita dificuldade devido à falta de meios de comunicação, transporte e local específico para os encontros. Edilene Monteiro Fernandes, liderança da CRQ Santa Rosa, em depoimento durante o encontro “Semiárido Paraibano e suas Negritudes”, realizado nos dias 29 e 30 de outubro de 2019, pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA)<sup>36</sup> relatou:

*A minha comunidade era conhecida na cidade como a ‘comunidade dos negros’, tudo que se precisava de serviços pesados, trabalho em casa de família, as pessoas falavam ‘ah, chama os negros de Santa Rosa’, acho que porque somos negros, achavam que servíamos para o trabalho pesado e que, pela necessidade, íamos nos sujeitar a tudo. (ASA PARAÍBA, 2019, online).*

Baseando-se nas falas da líder da CRQ Santa Rosa as poucas perspectivas para as mulheres e homens negros que remetem a um passado histórico das funções exercidas pelos escravizados ainda está presente no imaginário social, sobretudo principalmente pelo estigma que minimiza a figura dos indivíduos negros dentro das camadas sociais em nosso país.

Após contato com o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Pedro Bonifácio, que sugeriu a criação de uma associação de mulheres, surge a semente de estímulo que faltava, indicou a princípio poderiam se dedicar a fazer bolos para comercialização, surgiram alguns contratempos que fizeram com que a ideia de criar uma associação para essa finalidade fosse abandonada pelas interessadas, fazendo com que o número de associadas caísse de 45 para 12<sup>37</sup>, por opiniões opostas.

Juntamente ao PROCASE em 2016, algumas delas participaram de uma reunião em Campina Grande e lá conheceram Elvira técnica da organização, a qual relataram seus anseios sobre os quilombolas Santa Rosa e sobre a dificuldade em criar uma associação. Diante disto Elvira convidou-as para participar de reuniões com o propósito de debater projetos para a comunidade.

Ainda em 2016, com auxílio do PROCASE, a comunidade conseguiu financiamento para construir uma cozinha industrial, o projeto foi rejeitado pelo grupo de mulheres por se considerarem desmobilizadas para um projeto desse porte. Pensou-se então na realização de um

---

<sup>36</sup> Dados coletados na página do Facebook da ASA Paraíba, Disponíveis em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1106047242934104&id=306856726186497](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1106047242934104&id=306856726186497) Acesso em: 08 abril 2022

<sup>37</sup> Segundo a liderança local, Edilene Monteiro Fernandes, na época os membros da Associação eram apenas mulheres, condição só alterada em abril de 2017 quando passou-se a permitir a participação dos homens.

projeto com ovinos, onde cada associado receberia uma ovelha, mas o projeto também não se concretizou. Como alternativa foram perfurados três poços artesianos (mais cata-vento, bomba, caixa d'água) na Comunidade com objetivo de irrigar por gotejamento os campos comunitários de produção de palma (as mudas de palma para o cultivo também foram distribuídas). Os cata-ventos foram instalados em territórios particulares, mas o projeto previa que 10 famílias por poços fossem contempladas.

Daí em diante essa relação da CRQ Santa Rosa com o PROCASE foi se fortalecendo. Em 2017 a comunidade participou do III Intercambio Quilombola, com a temática: “Identidade Quilombola: cultura e beleza como forma de resistência”, o encontro, apoiado pelo PROCASE, realizado com o propósito de reunir as comunidades quilombolas da Paraíba despertou ainda mais os/as moradores/as. De acordo com Edilene (2022), *“foi feito esse intercambio, aonde acordou a comunidade, porque a gente tinha um grupo de 23 mulheres. E aí foi que acordou e o povo do quilombo viu, a importância que é uma coletividade, e aí a gente de 23 surgiu pra 56 sócios”*. Ações como esta conseguiram despertar nos/as moradores/as a mobilização política, o respeito e a valorização pela cultura quilombola e pela ancestralidade negra na comunidade.

Ao longo dos anos essa parceria se mostrou profícua, fazendo com que o interesse dos/as moradores/as pelas demandas da comunidade fosse aumentando cada vez mais, tornando possível o encaminhamento das demandas da comunidade, principalmente as econômicas, promovendo de forma positiva uma maior afirmação identitária da comunidade enquanto quilombola.

Outra parceria que auxiliou nesse desenvolvimento identitário foi com o Coletivo Regional das Organizações de Agricultura Familiar (PATAC). Dessa parceria saiu o financiamento para a construção de 22 (vinte e duas) cisternas na comunidade. Através da PATAC tiveram acesso ao “Programa Sementes do Semiárido”, que é desenvolvido pela Articulação do Semiárido (ASA) como forma de resgate do patrimônio genético e garantir a soberania alimentar e nutricional das populações do semiárido criando o Banco de Sementes Crioulas. O banco de sementes da CRQ Santa Rosa leva o nome do guardião da memória da comunidade “Barramina” e já se encontra ativo para o uso dos moradores da comunidade.

Os moradores reconhecem a importância de uma associação dentro da comunidade, não só pelos projetos conquistados através dela, mais principalmente pela nova forma de serem vistos e representados dentro da cidade, na diminuição do preconceito, já que as frequentes experiências de discriminação foi um dos motivos que impulsionou os moradores para sua criação em 2015, sendo legalizada em 2017. Segundo Mario morador da comunidade

[...] *“hoje somos tratados com outros olhos”*, se referindo ao fato de serem bem recebidos nos espaços públicos da cidade.

[...] apresenta relato semelhante acerca da discriminação que sofriam ao chegar na cidade. Se recorda que era comum as pessoas se referirem à eles como *“os negros de Santa Rosa”* e que ao chegarem na cidade as pessoas comentavam: *“lá vem os negros de Santa Rosa”*, chegando a ouvir que comentavam sobre o desejo de construir uma barreira para que não acessassem a zona urbana do município. (Mario – cf. In: Relatório da NEOENERGIA/BIODINÂMICA, 2019a, p. 50).

Parcerias como a da AACADE, CECNEQ, PROCASE e PATAC foram fundamentais para as mobilizações junto as comunidades negras e quilombolas, para uma melhor articulação, promovendo a construção identitária, além de garantir benefícios como políticas públicas voltadas para essas comunidades e garantia dos seus direitos, pois, como no dizer de Edilene: *“A gente quer o território porque é um direito nosso. Estamos buscando o que é da gente”* (NEOENERGIA/BIODINÂMICA, 2019a, p. 51).

A economia local dos antepassados e até os dias atuais gira em torno da agricultura familiar, já que ainda hoje é a roça e a criação de animais as principais fontes de renda dentro da comunidade. Antigamente as plantações era nas vazantes dos barreiros e açudes, que ficava um pouco distante de suas casas, hoje com o auxílio dos projetos recentemente implantados na comunidade facilitou o acesso a água próximo as suas residências através do uso de cisternas, barreiros, poços, etc.

Outra prática que tem destaque na comunidade por demandar menos esforço, espaço e cuidado é a ovinocultura, seguida da caprinocultura sendo bastante estimulada após a atuação do Fundo Rotativo de Ovelhas (FRO) projeto do PATAC dentro da comunidade, há também criação de porcos e galinhas destinadas ao consumo e a venda. Também tem pessoas que trabalham de forma assalariada em granjas, mineradoras e funcionários públicos o que não impede de manter seus roçados e criações no interior do quilombo, alguns do quilombo são beneficiários do Bolsa Família, outros aposentados o que acrescenta na renda familiar.

As questões culturais dentro da comunidade é outro ponto forte a ser considerado, como resgate histórico na contemporaneidade está a fabricação de utensílios de cerâmica, prática utilizada pelas antigas louceiras Maria Gorda, Margarida, Marina de Jaime e Maria de Chica, que além da produção para uso doméstico, também era fonte de renda já que as mesmas comercializavam na cidade. Eram as mesmas, responsáveis por extrair e fabricar a argila que retiravam de um barreiro próximo a cidade, já que seus maridos passavam longos períodos fora trabalhando na construção de açudes e/ou em fazenda de terceiros.

Outra prática comum era o uso de ervas medicinais já que atendimento médico e serviço de saúde era de difícil acesso e pouco utilizado pelos moradores, dentro da comunidade tinha serviços tradicionais como benzedadeiras, parteiras, curandeiras e rezadeiras, presente nos relatos dos moradores no ECQ. Conhecimentos em propriedades terapêuticas de plantas e animais, em preparos de lambedor, chás, infusões, banhas de animais, era cultura conhecida e compartilhada entre as famílias quilombolas que mesmo não utilizando tanto desses recursos hoje em dia, é comum encontrar nos quintais na maioria das casas o cultivo de plantas para uso medicinal, natural da vegetação local.

Sobre a pertença, vivência e prática da religiosidade dos mais antigos não há relatos dentro das fontes pesquisadas, mas hoje dentro do quilombo há moradores que se autodeclaram católicos, espíritas e evangélicos (NEOENERGIA/BIODINÂMICA, 2019a, p. 55). A primeira igreja dentro da comunidade começou a ser construída entre os anos de 2017/2018, após um padre começar a celebrar missas e frequentar a comunidade, e com ajuda dos moradores através de bingos arrecadaram o suficiente para sua construção, a padroeira da comunidade é Santa Rosa escolhida ainda em 2016, anteriormente era celebrado apenas os festejos juninos quando faziam fogueira e festas.

Os mais antigos costumavam se reunir durante a semana embaixo das árvores em frente à casa de Josefa, alguns traziam instrumentos musicais e tocavam, hoje é o futebol e a vaquejada uma das fontes de lazer e sociabilidade dentro da comunidade, a mesma possui um parque de vaquejada e duas quadras de futebol, onde os jovens brincam, tem os que gostam de futebol se reunindo com frequência para jogar, e os adeptos da vaquejada, alguns se dedicam a este esporte como profissão participando de bolões e vaquejadas da região. Todo esse conjunto de práticas, saberes e fazeres compartilhados dentro da comunidade, são para Leite (2010):

As experiências que levam em conta esta dinamicidade da cultura estão demonstrando que os grupos humanos têm melhor desempenho e produtividade quando não precisam abrir mão do seu passado, quando agregam ao presente todo o cabedal de saberes que foram construídos pelas gerações que os precedeu. (LEITE, 2010, p. 26).

A valorização da cultura dos antepassados dentro da comunidade foi de fundamental importância para garantir a manutenção e existência, como forma de construir e reproduzir saberes tradicionais, refazendo espaços, dando significados e valores a partir da integração com o seu meio, construindo assim suas identidades, e é o que vamos ver no próximo tópico.

### 4.3 Origem histórica da comunidade

A origem histórica da Comunidade Remanescente Quilombola Santa Rosa foi recuperada a partir de depoimentos colhidos entre os/as moradores/as, registrados em audiovisual e textos (acadêmicos e relatórios, em especial e mais completo, o Estudo do Componente Quilombola – ECQ<sup>38</sup>. Outros dados relevantes foram obtidos no banco de dados disponíveis na página “Quilombos da Paraíba” organizado pela AACADE, a entrevista com a líder Edilene Monteiro Fernandes recentemente disponibilizada pelo canal de Chico abelha no Youtube (16 de abril de 2022) e o do livro “Bôa Vista de Sancta Roza: De Fazenda à Municipalidade (1966-1997)”, escrito por Francisco de Assis Ouriques Soares (2003)<sup>39</sup>.

De acordo com o material pesquisado, o início da história começa com a fundação da Fazenda de Santa Rosa, datada da segunda metade do século XVII. Foi a Fazenda “Sancta Roza” o local onde o capitão-mor Teodósio de Oliveira Lêdo, seus familiares e serviçais instalaram-se. Com o intuito de criar gado, o sertanista foi um dos responsáveis pelo povoamento do interior da “Capitania da Parayba” no período colonial. Para concretizar seus objetivos e dominar a região, Teodósio de Oliveira Lêdo capturava indígenas, os escravizava para trabalharem em suas fazendas, a poder de fogo e machado. Segundo Soares (2003), a medida que foram abrindo as matas, foram acontecendo os povoamentos:

Tendo ao certo, o auxílio dos nativos nos trabalhos amenos de que dependia a criação, eles foram abrindo as portas ‘(...) portas do desconhecido à penetração dos aventureiros’, (ALMEIDA, 19..: 7) possibilitando o conseqüente surgimento de novas fazendas, como também o aumento da população e dos rebanhos. A crescente população invasora teria sofrido a reprovação dos nativos, tanto que não tardou a dar origem a insurreições. (SOARES, 2003, p. 29).

Narra Soares (2003) que os indígenas foram de grande auxílio para o capitão mor, seu trabalho contribuiu para desbravar o território paraibano, para as construções de suas casas (a casa grande de pau a pique), os currais, os cercados, os cuidados com o gado e na cultura de subsistência. Mas, pouco se fala sobre a escravidão negra, não o faz de forma que possamos en

---

<sup>38</sup> O Estudo do Componente Quilombola é o processo elaborado no âmbito do licenciamento ambiental da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Santa Luzia II–Campina Grande III, no Estado da Paraíba. Face as diretrizes legais nacionais e internacionais, que preconizam o uso sustentável dos recursos naturais. Seu objetivo é disseminar o conhecimento sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) cujo território foi interceptado pela referida LT-CRQ Santa Rosa, em Boa Vista–PB para sociedade em geral.

<sup>39</sup> Como anteriormente mencionado, a situação distinta em nosso país causada pelo Covid 19, tornou inviável a formulação de entrevistas colhidas diretamente com os/as quilombolas.

tender a presença negra no trabalho escravo. Existe apenas uma pequena passagem sobre a mão de obra escrava, quando o mesmo narra sobre a construção da capela, mas não diz se estes escravos eram indígenas ou negros:

A capela foi construída em duas etapas. Na primeira de 1819 à 1838 – as paredes foram levantadas a base de pedra e cal – com a existência de apenas um corredor lateral – com utilização de mão-de-obra mista. Trabalhadores e escravos, portanto, desdobraram-se na tarefa morosa de edificação do santuário. (SOARES, 2003, p. 79).

Através da Fazenda Santa Rosa deu-se origem ao desenvolvimento econômico e o povoamento local, viabilizando que outras fazendas fossem fundadas no Vale de Santa Rosa, local que corresponde a cidade de Boa Vista. Em seu livro Soares fala sobre o trabalho escravo, confirma a existência dessa população como parte da história do lugar desde sua origem, principalmente por ser a mão-de-obra mais utilizada no período. Essa mão-de-obra foi principalmente direcionada ao trabalho pecuário, sendo o mais desenvolvido nessa região, principalmente pela pomposa criação pertencente a descendência dos Oliveira Lêdo, citada por Soares (2003):

Nos anos que se sucederam à fundação da fazenda Santa Rosa, foi tão grande o esforço empreendido pelos seus proprietários e descendentes que não tardou a se transforma num dos maiores e mais importantes núcleos pecuários da província, no século XVIII. Adriana de Oliveira Lêdo chegou a reunir quatorze grandes fazendas (ALMEIDA, 1962: 44) e, segundo a tradição, cerca de treze mil réis, constituindo-se, portanto, na maior criadora dos Cariris. (SOARES, 2003, p. 61-62).

E foi após associar o conteúdo relatado de Soares com os relatos dos moradores mais velhos da CRQ de Santa Rosa, sobre o início da formação dessa comunidade que constatamos ser a Fazenda Santa Rosa o mesmo lugar de origem da Comunidade Santa Rosa. Em entrevista concedida a Cibele Jovem Leal (2017), Zé Preto, neto do casal fundador da comunidade Santa Rosa, seu Monteiro Véio e Maria, falou sobre seu avô e o tipo de mão-de-obra praticada na Fazenda:

*“O meu avô foi escravo. Ele era natural do brejo, de um lugar chamado São Tomé. Aí ele veio tomar conta de uma fazenda aqui, de uma velha que tinha lá por Geraldo, uma senhora de engenho. Aí deram uma terrinha a ele aqui em Santa Rosa e formou família, aí ficou todo mundo aqui. Tudo é família aqui”.* (Zé Preto – cf. in: QUILOMBOS DA PARAIBA, 2018)<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida a Cibele Jovem Leal em 10 abril 2017, publicado no blog Quilombos da Paraíba. Disponível em: <https://quilombosdaparaiba.blogspot.com/search?q=santa+rosa>. Acesso em: 28 abril 2022.

Assim, podemos entender que a história da comunidade começa com a doação de terra feita ao casal fundador, prática muito comum dentro da historiografia durante o período de escravidão, movidos por interesses próprios davam permissão do uso e cultivo da terra. O que para Almeida (2008) foi o que deu origem a chamada “as terras de preto”:

Tal denominação compreende aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. (...) Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente. (ALMEIDA, 2008, p. 146-147).

Para o Almeida (2008), a doação de terras a escravizados/as foi uma prática bastante comum também aqui na Paraíba. Com a doação da terra vinha junto o trabalho prestado a família, nas fazendas e o cultivo dos recursos naturais para abastecer seus senhores e garantir seu meio de subsistência e da sua família. Embora não exima a forma de trabalho escravo, pois baseado ainda nos relatos de seu Zé Preto sobre seu avô, o mesmo não tinha liberdade pra nada, tendo que fazer tudo que lhe mandavam:

*Ele mesmo e a família falava que ele era um vaqueiro escravo. Ele falava que trabalhava muito e era obrigado a fazer tudo o que o patrão mandava fazer. Não tinha liberdade de nada, só faziam o que os patrões quisessem. A minha vó era filha de caboclo brabo, foi criada no mato, mas levaram para São Tomé e lá se casaram (...) Nasci e me criei aqui, mesmo indo para fora trabalhar sempre voltava, sou filho natural daqui (...) Moravam quatro famílias. Tinha quatro casinhas (...) A família negra aqui de Santa Rosa era da minha parte, dos Monteiros. A família preta que tinha aqui, pertencem à família Monteiro. (Zé Preto – cf. in: QUILOMBOS DA PARAIBA, 2018).*

A narrativa histórica da comunidade quilombola Santa Rosa, reconstruída pelos mais velhos tem origem com a chegada de um casal a localidade em finais do século XIX, aproximadamente, cujos atuais moradores da comunidade quilombola são seus descendentes. Os/as moradores/as são unânimes ao afirmarem que a comunidade se originou a partir da união desse casal ancestral, Monteiro Véio e Maria. Fruto dessa união nasceram sete filhos, são eles: Manoel Monteiro, Barbara, Joaquim Alves Monteiro, Clara, Josefa, Antônio Monteiro e Francisca Alves Monteiro. Foi com o casamento dos/as filhos/as de Monteiro Véio e Maria que se deu origem ao processo de povoamento da comunidade Santa Rosa, ampliando de forma considerável o número de residentes que ocuparam e consolidaram o território.

Hoje nenhum dos/as descendentes diretos/as de Monteiro Véio e Maria se encontram vivos/as. O último deles, seu José Severino Monteiro - conhecido como Zé Preto, faleceu

recentemente (2021). S. Zé Preto, era filho de *Clara*, com seus irmãos todos nascidos e criados em Santa Rosa. Seu pai, não era originário da comunidade, teria vindo de Pombal para trabalhar como vaqueiro nessa região, que ao conhecer Clara se casaram e permaneceram com sua família em Santa Rosa.

O mesmo aconteceu com os outros filhos de Monteiro Véio, com exceção de *Josefa*, *Francisca e Antônio* que não se casaram. *Manoel Monteiro*, um dos personagens centrais no processo de formação da comunidade, sendo ainda muito lembrado pelos atuais moradores, casou-se com Josefa Gomes de Farias, natural de Livramento passando a residir na comunidade após o casamento. Desse enlace nasceu dez filhos, dentre ele está sua filha Damiana que casou-se com seu tio *Joaquim Alves Monteiro* (irmão de seu pai), com qual teve cinco filhos. *Barbara* se casou com Joaquim Belo, natural da região do Brejo e que também passou a residir em Santa Rosa depois de casado. Desta união nasceu Antônio Belo, mais conhecido entre os moradores por Barramina, e que desempenhou um papel fundamental como guardião da memória no importante processo do levantamento histórico de formação do grupo com o objetivo de fundamentar suas reivindicações de reconhecimento frente ao Estado. Barramina nasceu em 1918 e faleceu em 2017, ano em que se deu o processo de reconhecimento da comunidade, mas a tempo de deixar seu relato:

*Mamãe nasceu aqui em Santa Rosa, numa casa velha que tinha ali na beira da estrada. Papai era do Brejo. Eram primos um do outro, num sabe? Eu nasci em Lagoa Seca, de Lagoa Seca para Baixo, num lugar chamado de Mineiro, Mineiro de Lagoa Seca como é conhecido. Eu vim pra cá com quatro anos. Meu pai morava aqui, aí foi para Lagoa Seca e depois voltamos. (Barramina – cf. In: Relatório da NEOENERGIA/BIODINÂMICA, 2019a, p. 25).*

Outra moradora que contribuiu com o resgate histórico da CRQ Santa Rosa foi dona Josefa Estevão de Melo, confirmando os outros relatos sobre a primeira geração que formou a comunidade ter sido da família Monteiro. A mesma reside na comunidade desde 1932, quando casou com seu primo, neto de Monteiro Véio, Norberto Alves Monteiro (filho da irmã de sua mãe). Relata dona Josefa que ao chegar na comunidade só existiam duas casas: uma da família Monteiro e outra dos Aranha,

*A primeira geração de Santa Rosa foi a família Monteiro (...) Uma pessoa contou que os Monteiros tiveram relação com a escravidão. Sobre a família tudo morena, tudo aquilo outro, entre marido e mulher, tudo de uma relação só, tudo de um jeito só, para não se espalhar. (Josefa Estevão de Melo – cf. In: QUILOMBOS DA PARAIBA, 2018).*

De acordo com Ilka Boaventura Leite (2000), os casamentos entre si, foi uma das formas de organização social por partes dos quilombolas, uma forma de garantir a continuidade de seu povo, para manter a organização, gestão, identificação e reciprocidade entre o grupo.

Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo. (LEITE, 2000, p. 345).

É importante salientar que esse vínculo está presente nas formas de organização social de vários grupos, mas em se tratando da população negra ela atua como forma de resistência, levando em consideração as leis e políticas realizadas no processo eugênico<sup>41</sup> no Brasil. Assim, sua cultura e formas de organização estão presentes mais em suas memórias do que em livros tornou-se símbolo de luta.

Como já demonstrado por vasta literatura acadêmica, a ocupação e o uso dos recursos naturais deste território, ou seja, o trabalho desempenhado pelos descendentes de escravos nestas terras, cria um profundo vínculo entre eles e este espaço, independente se esta base territorial esteja dentro ou fora de domínios privados. **Nestes casos, o que cria o vínculo e o sentimento de pertencimento à uma determinada extensão de terra não é o título de propriedade, mas a apropriação deste espaço por meio do trabalho ao longo de várias gerações.** (NEOENERGIA/BIODINAMICA, 2019a, p. 27 - grifo nosso).

Assim a ocupação histórica desse território por parte da família monteiro através do casal fundador, foi o que pode garantir através dos relatos dos mais antigos da comunidade, a sua presença ancestral, passando a fazer parte de forma legal através do reconhecimento enquanto remanescente de quilombolas pela Fundação cultural Palmares, colocando de vez eles na narrativa histórica da cidade de Boa Vista/PB.

---

<sup>41</sup> Consultar sobre o tema em: STEPAN, Nancy Leys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. In: **A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 2005. p. 224-224.

## 5 “SER QUILOMBOLA” – O ALCANCE PRÁTICO DO RECONHECIMENTO E CONQUISTA DA TERRA PARA A COMUNIDADE SANTA ROSA: EM DISCUSSÃO

Neste tópico iremos discutir o alcance prático das políticas públicas dentro da Comunidade Quilombola de Santa Rosa em Boa Vista após seu reconhecimento, apresentar quais políticas públicas foram e estão sendo desenvolvidas dentro da comunidade<sup>42</sup>, questão central desse estudo.

A comunidade que está localizada em Boa Vista/PB foi oficialmente reconhecida em 19 de dezembro de 2018, processo realizado pela Fundação Cultural Palmares após longo processo de reconstrução histórica e reconhecimento de sua identidade quilombola. Antes desse processo, a comunidade não tinha acesso a nenhum benefício em termos de políticas públicas. As atividades de subsistência giravam em torno do trabalho alugado e familiar, os homens como vaqueiro, prestando serviços na agricultura e na criação de gado, dividindo-se entre os períodos de seca e de chuva; as mulheres nos serviços domésticos, e dentro dos roçados familiares e/ou de terceiros.

Nos períodos de seca a força de trabalho dividia-se em torno de cavar cacimbas em leito dos rios com lata, brocar, construir estrada entre outras tarefas. Paralelo ao trabalho na agricultura, as famílias possuíam criação – em sua maioria de caprino e ovinos, mas também criando jumentos, cavalos, porcos, galinhas e algumas poucas cabeça de gado. Ainda como forma de gerar uma renda extra da família, alguns fabricavam carvão, fabricação de louças e panelas de barro e plantavam algodão para vender em Boa Vista.

Inicialmente, apesar do reconhecimento de pertença quilombola, os benefícios garantidos por lei as comunidades quilombolas não vieram, a exemplo de determinadas formas de atenção especial: educação/escola diferenciada, atenção básica a saúde, subsídios agrícola e pecuário e uma serie de políticas centradas no combate à desigualdade e a discriminação, que garantam igualdade, dignidade, vida cidadã.

A comunidade ainda vive sobre a “estado” da falta, muito ainda precisa ser feito. Não conta transporte público com destino a sede do município, não há dentro da comunidade Unidade Básica de Saúde (UBS) – o atendimento médico é prestado aos moradores dentro da escola de Santa Rosa uma vez ao mês, com a presença de um médico/a e um enfermeiro/a. Não há serviços de coleta de lixo, os/as moradores/as queimam ou transportam para a cidade. Via

---

<sup>42</sup> Fontes utilizadas para produção deste tópico: Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBA-Q), sites do PATAC, PROCASE e entrevistas disponibilizadas nas redes sociais, especificamente no Youtube.

de regra, recorrem aos serviços prestados pelas repartições públicas como farmácia popular e exames, e na ausência de medicação recorrem a utilização de remédios caseiros, com ervas medicinais e banhas de animais nativos.

Desde 1996 possui fornecimento de energia elétrica de forma ampla, antes contavam apenas com o auxílio de lamparinas. O fornecimento de água acontece por meio de carros pipas, disponibilizados pela prefeitura a cada quatro meses, já para a escola local o fornecimento é feito pelo exército duas vezes ao mês em cisternas não-pluviais.

Atualmente na comunidade possui serviços como internet, telefonia celular através das operadoras Tim/Oi/Vivo e Claro, tvs com antena parabólica.

Foi a partir do ano de 2016 que as mudanças começaram a acontecer dentro da comunidade. Este foi o ano do contato com Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE<sup>43</sup> a partir do qual algumas ações foram desenvolvidas, a saber: o primeiro projeto perfurou três poços artesianos (em terras particulares Josemar, Anchieta e Maria do Socorro) e junto os beneficiários receberam cata-vento/bomba de água/caixa d'água e mudas de palma para o cultivo. Embora não ter abrangido toda comunidade, a perspectiva do projeto era garantir acesso ao poço para outras famílias com a finalidade de irrigar os campos comunitários de palma. Revela Edilene Monteiro sobre a importância do PROCASE:

O PROCASE é uma organização aonde é tem, eles têm uma parceria com algumas organizações lá fora e ajuda e trabalha ajudando o agricultor, com projeto com intercâmbio com capacitações porque aqui a gente tem três poços no gotejamento que foi através do PROCASE através do projeto FIDA né e não só isso, eu acho que o PROCASE mesmo antes do projeto, o mais importante foi, foi ele nos mostrar que a gente tinha a capacidade de seguir em frente sem ninguém ter que nos usar. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).

Em 2017 a Prefeitura Municipal de Boa Vista promoveu a 1ª Conferencia do Quilombo, logo após realizou o primeiro intercambio com o intuito de conhecer outro quilombo em São João do Tigre. Após esse intercambio em 2017 o PROCASE organiza em parceria com a

---

<sup>43</sup> O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase) é a organização da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Organismo das Nações Unidas (ONU), perpassam desde eventos ou cursos de capacitação e formação de mulheres, jovens e quilombolas ao fortalecimento de atividades produtivas, com a disponibilização de recursos financeiros destinados ao apoio e fomento a novos ou já consolidados empreendimentos rurais, agrícolas e não agrícolas, beneficiando 56 municípios do semiárido paraibano.

prefeitura de Boa Vista o III Intercambio Quilombola, agora na CRQ Santa Rosa, com a temática: “Identidade Quilombola: cultura e beleza como forma de resistência”. O objetivo do evento era reunir as comunidades quilombolas da Paraíba apoiadas pelo PROCASE e as apoiadas por outras organizações<sup>44</sup>. Ocorreram discussões e debates sobre ancestralidade, preconceito, racismo, a valorização do cabelo afro e a identidade quilombola, aumentando a identificação dos moradores com suas raízes, o que fez aumentar o número de associados.

Outra parceria relevante se deu com a Organização Não-Governamental PATAC que atua no semiárido paraibano promovendo grandes transformações. E a Comunidade quilombola de Santa Rosa também acabou sendo beneficiada com os programas e projetos sobre os quais falaremos a seguir.

### **5.1 Atuação do PATAC e Coletivo Regional na CRQ Santa Rosa**

O Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC) é uma ONG que atua há 52 anos, dentro do semiárido paraibano buscando meios que viabilizem a agricultura familiar e a agroecologia, fundado pelo Holandês conhecido por Irmão Urbano, que através de tecnologias simples promovia para os mais necessitados autonomia e geração de renda, possibilitando uma melhor convivência com o semiárido, em seu legado deixou tecnologias como; a máquina de tela, o reuso de água, técnicas de cuidado com o solo, e seguridade alimentar com o armazenamento das sementes crioulas, com o estímulo das hortas familiares.

Ele atua em parceria com o Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar (CROAF) que “é uma articulação de agricultores/as e de organizações sociais formais e informais, em especial de aproximadamente 50 associações comunitárias e alguns sindicatos de trabalhadores rurais de 11 (onze) municípios do Cariri, Seridó e Curimataú.”<sup>45</sup> Seu objetivo é:

analisar, elaborar, propor e negociar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar do Cariri, Curimataú e do Seridó. Vem sendo também um espaço importante de gestão e planejamento de ações de desenvolvimento comunitário e regional, numa perspectiva de fortalecer a agricultura familiar agroecológica. (PATAC, *web*).

---

<sup>44</sup> Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), Félix Oliveira Estética Afro, Associação Comunitária Quilombola de Santa Rosa de Boa Vista-PB e Prefeitura Municipal de Boa Vista.

<sup>45</sup> Dados coletados no site: <http://patacparaiba.blogspot.com/p/coletivo-regional-de-educacao.html> Acesso em: 16 julho 2022.

Hoje essa ONG atua com vários parceiros nacionais: Articulação do Semiárido (ASA) Brasil, Agricultura Familiar e Agroecologia (ASPTA), Centro de Ação Cultural (CENTRAC), e internacionais: Novilha Internacional (HEIFER) e Miseráveis Juntos Globalmente Juntos (MISEREOR).

No ano de 2018 aconteceu a primeira reunião da associação para formação da diretoria. Neste mesmo ano se iniciou a parceria com o CROAF, assessorado pelo PATAC. Esta parceria vem fazendo grandes ganhos para a comunidade, a exemplo do Programa Cisternas nas Escolas – graças a cisterna construída dentro da escola foi possibilitado o pleno funcionamento da mesma. Com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), foram construídas 23 (vinte e três) cisternas na comunidade, com o objetivo de garantir e facilitar o acesso a água de qualidade, diminuindo a distância a esse bem.

**Imagem 2** – Cisterna pluvial e **Imagem 3** – Cisterna de enxurrada



Fonte: ECQ

**Imagem 4** – Canteiro Irrigado e **Imagem 5** – Cisterna não Pluvial



Fonte: ECQ

Em janeiro de 2019, através do PATAC, a Comunidade teve acesso ao “Programa Sementes do Semiárido”, um projeto desenvolvido pela Articulação do Semiárido (ASA) que

desde 2015 já construiu 859 Bancos de Sementes<sup>46</sup>. Através da parceria com o “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido”, estas instituições promovem ações que reforçam a cultura do estoque com as sementes crioulas, na busca de fortalecer e apoiar o patrimônio genético e práticas de organização comunitária, garantindo a segurança alimentar e a diversidade das espécies do semiárido.

Na CRQ Santa Rosa o banco de sementes criado recebeu o nome do guardião da memória da comunidade: “Barramina.” E através desse mesmo projeto receberam 12 (doze) implementações da 2ª água, com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) buscando promover segurança alimentar. Em entrevista Edilene relata essa importância dentro da comunidade:

*[...] Mas quando chega lá em 2019 a gente é apoiado através do PATAC e do coletivo regional com o banco de sementes, um banco de semente crioula aonde se, se juntou um grupo de 20 pessoas para dar início a capacitação e tudo mais, e conseguimos um apoio que foi feito o banco de semente, conseguimos mil reais de cimente da paixão, semente crioula que são cimentos sem agrotóxico e alguns e alguns dessas pessoas foram beneficiadas com alguns projeto do PI+2 né, que é cisterna de produção, cisterna-enxurrada, cisterna calçadão e barreiro trincheira, né porque é tão é tão é tão difícil assim a gente falar porque em 2018 a gente não tinha cisterna dentro da comunidade.*

*[...]*

*de qualidade e um reservatório que é que nem eu falo é a troca de um pote pelo uma cisterna de 16.000 litros. Né e daí um ano seguinte a gente conseguimos o banco de sementes, e algumas famílias dessas né conseguimos um projeto que era beneficiado que ele, cada um recebia R\$ 1500 para investir na agricultura familiar aonde deu um salto importantíssimo dentro da comunidade. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

**Imagem 6 – Banco de Sementes CRQ Santa Rosa**



Fonte: Autoria própria

<sup>46</sup> Dados disponíveis e coletados no site: [https://www.asabrazil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#categoria\\_img](https://www.asabrazil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido#categoria_img). Acesso em: 13 de julho de 2022.

**Imagem 7 – Banco de sementes**

Fonte: Edilene Monteiro

Baseado nas informações do site da ASA<sup>47</sup>, que atua em parceria com o PATAC, para cada programa realizado dentro de uma comunidade, antes são realizadas capacitações com as famílias como o intuito de promover uma melhor compreensão para convivência no semiárido. São cursos de formação que ensinam de técnicas de manejo ao gerenciamento de novos recursos e as ações políticas que podem ser gerenciadas pela própria comunidade. A ASA foi quem promoveu os programas P1MC, P1+2, Cisternas nas Escolas, Sementes do Semiárido. O poder público municipal também atuou no processo de levantamentos de informações e só foi possível porque a comunidade já possuía uma articulação política e organizada através da Associação do Quilombo.

Após a conquista da sede do Banco de Sementes - BS, o espaço também passou a ser utilizado para formação diversas, por exemplo, no dia 19 de fevereiro de 2019 houve o lançamento da “Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”<sup>48</sup>, momento de partilha e valorização dos direitos da mulher, como vemos nas imagens a seguir.

---

<sup>47</sup> Dados retirados no site: <https://www.asabrasil.org.br/> Acesso em: 15 julho 2022.

<sup>48</sup> Fonte de dados: <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/2485471641481533> Acesso em: 15 julho 2022.

**Imagem 8, Imagem 9, Imagem 10 e Imagem 11 – Lançamento de Campanha Divisão Justa do Trabalho Doméstico**



Fonte: Facebook PATAC<sup>49</sup>

Além dos programas já citados acima, outros foram desenvolvidos dentro da comunidade ainda no ano de 2019 - desses alguns que já foram concluídos e outros ainda estão em pleno andamento dentro da comunidade, prova que as políticas públicas, quando postas em prática, levando em consideração as especificidades de cada grupo, promovem mudanças.

Assim, ao longo do de 2019 o PATAC e parceiros/as realizaram várias ações dentro da comunidade, que podem ser compreendidos como ganhos pós-reconhecimento da pertença de remanescente quilombola, a saber: ganhos com o recebimento de tecnologias, cursos de formação, implementações de projeto e programas. Segundo Edilene Monteiro (2022), “foi muito importante essa chegada das tecnologias de acesso a água, o que mudou a nossa realidade” (PATAC; BENEVIDES 2022, nº 6).

Ainda no ano de 2019 (27 do mês de março), com intuito de valorizar a liderança jovem camponesa dentro das comunidades Santa Rosa e Malhadinha, o PATAC em parceria com o Coletivo Regional realizou uma formação, com o objetivo de informar as ações da Comissão

<sup>49</sup> Fontes das fotografias: site <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/2485471641481533>. Consulta em: 16 julho 2022.

de Juventude na busca de fomentar a troca de experiências e conhecimentos entre os mesmos, e descobrir possíveis lideranças, e os jovens da CRQ Santa Rosa se destacaram, momento em que deixou definido nome de possíveis jovens para fazer parte dessa comissão.

### **Imagem 12 e Imagem 13 – Formação para Lideranças Jovens**



Fonte: <http://patacparaiba.blogspot.com/2019/03/>

No mês de maio de 2019, com intuito de fortalecer os projetos já iniciados na comunidade e envolver as lideranças em torno da preparação da 8ª Festa Estadual das Sementes da Paixão, o PATAC e o CROAF proporcionaram um dia de formação na casa de eventos Celebrar em Soledade/PB, para lideranças agricultoras do território do Cariri, Seridó e Curimataú. Os quilombolas de Santa Rosa se fizeram presente. Com intuito de fortalecer os projetos já iniciados na comunidade e envolver as lideranças em torno da preparação da 8ª Festa Estadual das Sementes da Paixão, o PATAC e o CROAF proporcionaram um dia de formação na casa de eventos Celebrar em Soledade/PB, para lideranças agricultoras do território do Cariri, Seridó e Curimataú. Os quilombolas de Santa Rosa se fizeram presente.

No mês de agosto/2019 a comunidade pode celebrar dentro do quilombo o 8º Seminário “Agosto para Igualdade Racial”, de iniciativa do Movimento Negro de Campina Grande (MN-CG). O evento contou com palestras, lançamento de cordel com tema “Vidas Negras importam ou não?”, palestra com o tema “Vidas negras Importam” proferida pelo prof. Nazito Pereira, da Rede Estadual de Ensino da Paraíba. Também aconteceram apresentações culturais: cantorias, falas de líderes locais e encerrou com arrasta pé. Esses eventos contribuem para a promoção da construção identitária da comunidade. Do mesmo modo, ajudam na compreensão da luta contra o racismo e no combate à discriminação e a desigualdade racial.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Dados coletados em: <http://patacparaiba.blogspot.com/2019/08/comunidade-santa-rosa-celebra-agosto.html> acesso em 16 julho 2022.

Em relação aos projetos que continuam em desenvolvimento na CRQ Santa Rosa. Um dos projetos que teve início em 2019 e que continua em atuação no quilombo até os dias atuais foi o “Fundo Rotativo Solidário (FRS) de Animais”. O FRS é um projeto do Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, assessorado pelo PATAC e o Misereor. Com a finalidade de valorizar as experiências com animais no processo de transição da agricultura familiar na realidade do semiárido, buscando apontar e investigar a influência das políticas públicas direcionadas para criação de animais. O projeto é focado na juventude local e objetiva desenvolver estratégias de manutenção econômica, evitando a migração. A primeira ação aconteceu em 3 (três) de setembro de 2019, e esse ano já teve duas trocas, a última foi no dia 10 (dez) de julho deste ano (2022).

Mais uma vez o fato de a comunidade ter uma associação onde os jovens atuam positivamente, se articulando de forma identitária, política e econômica no quilombo, possibilitou o benefício desse programa servindo de estímulo para esse grupo. O projeto funciona da seguinte forma: a associação escolhe alguns jovens da comunidade, cada um recebe duas ovelhas que vão ficar nos cuidados do jovem e da família, após esses animais darem cria, seus filhotes vão ser repassados para os próximos jovens que ainda não foram contemplados. Esse sistema de rodízio garante a reciprocidade além de gerar renda e engajamento dos jovens na comunidade.

A primeira ação aconteceu em 03 de setembro de 2019 e 15 jovens foram contemplados com os animais; a segunda foi no dia 18 de outubro de 2020 e mais 15 jovens foram contemplados; no ano de 2021 não houve repasse devido os impactos com a pandemia por Covid-19.

Para manter o isolamento social das famílias, desenvolveu-se ações para cada família atuar de forma particular em suas propriedades. No período da Pandemia do Covid-19 o projeto desenvolvido pelo PATAC voltou-se para o incentivo do reflorestamento da caatinga<sup>51</sup>. O intuito de ampliar a segurança alimentar das famílias e dos animais adquiridos pelo FRS. Felizmente, agora em 2022 o projeto FRS voltou a acontecer. Já houve dois repasses de animais um em abril e o último agora em 10 de julho de 2022

---

<sup>51</sup> Fontes de dados: <http://patacparaiba.blogspot.com/2020/04/> acesso em: 17 julho 2022

**Imagem 14 e Imagem 15 – 1º FRS na CRQ Santa Rosa (Ano: 2019)**

Fonte: Simone Benevides e Alex Barbosa

**Imagem 16, Imagem 17 e Imagem 18 – FRS na CRQ Santa Rosa (Ano: 2020)**

Fonte: A comunidade<sup>52</sup>

**Imagem 19 e Imagem 20 – (FRS) abril/2022**

Fonte: Edilene Monteiro

---

<sup>52</sup> Dados retirados do site: <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/3853826904645993>. Acesso em: 17 julho 2022.

**Imagem 21 e Imagem 22 – (FRS) julho/2022**



Fonte: Edilene Monteiro

Ainda nos períodos de 2020 e 2021, mesmo com a pandemia da covid-19, o PATAC e o Coletivo Regional mantiveram o contato com os/as moradores/as de forma *online*. Atuaram mantendo os/as moradores/as informados/as através de lives, repassando conteúdos e informações, orientações e buscando informações de como estavam desenvolvendo as técnicas para manutenção dos projetos.

Outra ação fruto da parceria do PATAC, Coletivo Regional e da Fundação Banco do Brasil (FBB), houve entrega de cestas básicas (nos dias 16 de julho e 03 de dezembro de 2021). Ação de amparo, uma tentativa de diminuir a situação de vulnerabilidade social, os alimentos compostos na cesta básica foram adquiridos das famílias agricultoras do semiárido paraibano, apoio e incentivo à agricultura familiar.

**Imagem 23 e Imagem 24 – Reflorestando a caatinga (Ano: 2020)**



Fonte: Facebook PATAC<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/3337847879577234>. Acesso em: 17 julho 2022.

**Imagem 25 e Imagem 26** – Jovem liderança com criação de ovinos e na horta comunitária do quilombo (Ano: 2021)



Fonte: Facebook Florestando o Semiárido<sup>54</sup>

**Imagem 27** – Moradora do Quilombo Santa Rosa recebendo cesta básica da FBB (Ano: 2021)



Fonte: Facebook PATAC<sup>55</sup>

No dia 28 de abril de 2021, o PATAC que atuando em conjunto com o Coletivo Regional das Organizações de Agricultura Familiar, lançou um novo projeto: “Florestando o Semiárido”<sup>56</sup> – agora com patrocínio da Petrobras. O projeto abrange 12 (doze) municípios do Estado da Paraíba, sendo o município de Boa Vista um dos contemplados pelo projeto que tem duração de dois anos. O projeto já está em desenvolvimento na CRQ Santa Rosa, promovendo ações de assessoria com cursos, capacitações, formações, visitas de intercâmbios e sistematizações de experiências, o que vem fazendo consideráveis mudanças e fortalecimento das práticas de sobrevivência dentro da CRQ Santa Rosa.

Como parte das ações, no dia 4 de fevereiro de 2022 o PATAC, com “Florestando o Semiárido”, promoveu o intercâmbio entre famílias agricultoras em Exú-PE. Estas ações constituem momento de ampliar o conhecimento por meio da troca de saberes associado ao

<sup>54</sup> Fonte: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=383189826690631&id=102119021464381](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=383189826690631&id=102119021464381).

Acesso em: 17 julho 2022.

<sup>55</sup> Fontes: [https://www.facebook.com/ongpatac/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/ongpatac/?ref=page_internal). Acesso em: 17 julho 2022.

<sup>56</sup> Dados retirado do site: <https://www.florestandoosemiario.org/o-projeto> Acesso em: 15 julho 2022.

saber técnico, possibilitando melhores condições de vida para as famílias agricultoras e no melhor manejo com o solo. Na ocasião do intercâmbio Edilene relata o que aprendeu:

*Muito importante para todas e todos que vieram em busca de conhecimento, vou levar para o quilombo informações importantes e uma diversidade de mudas para fortalecer os quintais produtivos das famílias. Isso gera autonomia e sobrevivência para nosso território. (PATAAC, 2022, web)<sup>57</sup>.*

O projeto Florestando o Semiárido promoveu na comunidade o sistema de tratamento do reuso de água, que através das tecnologias de reaproveitamento do uso de água do banho e louça, unida a uma tecnologia que diminui os impactos sem colocar em risco o solo, atendendo a uma melhor condição de saúde e higiene sanitária. Possibilitando a manutenção das fruteiras, plantas medicinais, as forrageiras garantindo o cultivo da agricultura familiar na região do semiárido. Em 12 de fevereiro de 2022 a agricultora Francicleide<sup>58</sup>, do quilombo Santa Rosa, relata com alegria seus benefícios com o sistema de reuso:

*Eu arrumei os pés de planta, coqueiro, umbu, romã, pitomba, pimenta, goiaba, tamarindo e limão. Estou muito feliz com meu reuso. Se eu soubesse que era tão bom, tinha feito a mais tempo. Agradeço a Deus e a vocês do Patac por esse conhecimento. (FLORESTANDO O SEMIÁRIDO, 2022, Facebook).*

Na entrevista concedida ao Youtube, Edilene também relata como se dá esse sistema dentro da comunidade.

*[...] E na minha casa foi feito o reuso de água, uma tecnologia muito importa né, que é onde a água do banho do, do da pia de tudo vai tudo vai tudo pra um reservatório, o reservatório que a gente guarda aquela água, liga uma bomba joga prum, reservatório e desse reservatório através de um gotejamento eu joga tudo para minha palma. Então assim, você entra ao redor da minha casa você vai no meu quintal você vai ver várias pé de pranta num tamanho já muito grande através do reuso de água. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbCNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

<sup>57</sup> Dados em: <http://patacparaiba.blogspot.com/2022/02/florestando-o-semiarido-realiza.html> Acesso em: 17 julho de 2022.

<sup>58</sup> Dados em: <https://www.facebook.com/102119021464381/photos/a.255490052793943/487486342927645/> Acesso em: 17 julho 2022.

**Imagem 28** – Edilene Monteiro em Intercâmbio – Exu/PE



Fonte: PATAC

**Imagem 29** – Francicleide; atrás Cisterna de reuso de água



Fonte: Facebook do Florestando o Semiárido

Ressaltar que até a data de hoje (dia 17 de julho de 2022) estes são os projetos e programas implementados dentro da comunidade, a partir da atuação do PATAC e outros/as parceiros/as.

## **5.2 Parceiros e Projetos Complementares: impactos gerados**

Outras parcerias e projetos chegaram a Comunidade a partir da sua condição de remanescente quilombola, dentre estes o empreendimento que gerou e fortaleceu a Comunidade

com grandes mudanças foi a chegada da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Santa Luzia II – Campina Grande III e o Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBA-Q) viabilizado pelo Estudo do Componente Quilombola (ECQ).<sup>59</sup>

Com o reconhecimento auferido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a CRQ Santa Rosa passou a poder ser beneficiada por políticas públicas e projetos desenvolvidos por OGNs e empresas diversas, considerando o estabelecido nos instrumentos normativos legais, nacionais e internacionais, tais como a Constituição Federal Brasileira (cf. Artigo 68) e da 169ª Convenção da Organização Internacional do trabalho (OIT). Esta base normativa estabelece que a consulta livre e prévia a essas minorias é indispensável antes de ser tomada qualquer decisão sobre empreendimentos que possam de alguma forma afetar seus bens, direitos e modos de vida. Esta base legal coloca-os como protagonistas das decisões sobre questões que envolvem sua existência física, território e cultural. Atuam como equalizadora e reparadora desses distintos grupos. No caso da comunidade, a reunião para consulta ocorreu no dia 3 (três) de maio de 2019, na igreja da comunidade (cf. Imagem 9).

Assim um dos ganhos de fundamental importância, além dos projetos que foram/são desenvolvidos, foi a elaboração do Estudo do Componente Quilombola (ECQ) – usado como fonte base de referência nesta monografia. Este instrumento representou um ganho valioso a medida que permitiu a Comunidade sistematizar sua memória/história viabilizando o processo do seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo.

---

<sup>59</sup> O Estudo do Componente Quilombola (ECQ) faz parte do Plano Básico Ambiental (PBA) - documento que contém ações e programas para mitigar impactos ambientais de obras em processo de licenciamento ambiental, sendo condição para emissão de licença de instalação de um empreendimento. Quando se trata de uma comunidade tradicional, onde podem ocorrer impactos que provoquem danos a comunidade. Neste caso, o PBAQ é um conjunto de programas pensados para a reparação dos impactos causados à comunidade remanescente de quilombo pelo desastre e levantados pelo Estudo do Componente Quilombola (ECQ). Disponível em: <https://www.asperqd.org.br/2021/01/28/o-que-e-e-como-surgiu-o-plano-basico-ambiental-quilombola-pbaq-do-degredo/>

### Imagem 30 e Imagem 31 – Reunião Informativa na CRQ Santa Rosa



Fonte: Estudo Componente Quilombola (ECQ)

Assim, a instalação da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Santa Luzia II – Campina Grande III tornou necessário o estudo dos impactos ambientais. Portanto, o ECQ é “(...) um instrumento de pesquisa necessário para o processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil, que é afetado direta ou indiretamente [pela instalação de alguma tecnologia que possa provocar danos], nele deve conter informação histórica da formação social daquele grupo, bem como seus modos de vida, localização, cultura, economia, formação políticas e informações específicas do território, bioma, vegetação construído juntamente com a comunidade” (cf. Relatório ECQ)

*[...] E eles vieram conversar porque ia passar uma linha e através dessa linha vai gerar Impacto e até nisso aí a gente tinha aquele, aquele pouco de receio e a gente dizia que a linha ela não ia passar né mas ela sugeriu fazer um estudo componente aonde vieram vários equipes para dentro Quilombo e mostrar um pouquinho é através do, do Estudo Componente ele vai levantava algumas questões e foi muito importante esse estudo componente, porque muito se dizia né, oxe a comunidade quilombola mais num tem uma Senzala como é que é quilombo só porque é negro, não, ser quilombola não é ser só negro.[...] né é necessário você ser descendente, então nisso aí a gente fez a árvore genealógica da comunidade né, a gente tem a árvore genealógica do começo até a minha geração. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

Assim, após levantados dos impactos identificados no ECQ, que a LT iria interferir na comunidade, gerou um projeto para a comunidade: Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBA-Q). O projeto é composto por oficinas, com a finalidade de esclarecer as medidas do

processo de licenciamento ambiental, identificando os atores sociais que dele fazem parte, com intuito de decidir quais medidas compensatórias seriam mais relevantes para aquela dada realidade, de forma a relacionar as questões ambientais. Para efetivar o projeto foi constituída uma comissão local para fiscalizar, acompanhar, consultar durante o processo de execução, o cumprimento das metas acordadas coletivamente.

Essas ações podem ser confirmadas mediante documento “CHECKLIST – Conclusão do PBA-Q, CRQ Santa Rosa” (em anexo).

De forma sucinta, os programas realizados pela Neoenergia por meio da implementação da LT tiveram como diretriz o Projeto Básico Ambiental Quilombola (PBA-Q), todas as ações comprometidas com a reparação dos impactos ambientais gerados pelo empreendimento.

O primeiro programa foi elaborado com a finalidade de sanar as incertezas, desconfianças e expectativas que foram criadas dentro da comunidade. Buscou-se manter um sistema de informações através do Programa de Comunicação Social Quilombola (PCS-Q) com o objetivo de manter de forma transparente e acessível para a comunidade o acompanhamento de todo processo da instalação da LT, além de disponibilizar informações, tirar dúvidas, encaminhar sugestões, reclamações e também fazer denúncias. Promovendo a participação dos moradores e o conhecimento sobre as tomadas de decisões, além do repasse de informações sobre os outros programas. O PCS-Q que serviu como um canal direto com a ouvidoria da LT colocou nos locais mais movimentados da comunidade cartazes, folders, material informativo, com intuito de manter a comunidade informada de todo processo do empreendimento. Podem-se destacar alguns pontos (cf. NEOENERGIA/BIODINÂMICA, 2019b, p. 5;16-36):

- Criar e manter um canal de comunicação direta e gratuita entre o empreendedor e os quilombolas da CRQ de Santa Rosa, por exemplo, um canal de Ouvidoria.
- Criar e manter um canal de comunicação direta e gratuita entre o empreendedor e os quilombolas da CRQ de Santa Rosa, por exemplo, um canal de Ouvidoria.
- Manter informada a população local da CRQ sobre as etapas do empreendimento e as precauções a serem tomadas na faixa de servidão durante a implantação e operação da LT.
- Produzir materiais impressos informativos distintos para as diferentes fases do empreendimento (implantação e operação).
- Colaborar para que os quilombolas possam concorrer às vagas das obras do empreendimento, através de auxílio na elaboração e retirada de seus currículos com os presidentes de suas respectivas associações quilombolas.
- Divulgar as características da comunidade quilombola, enfocando sua origem, modo de vida e direitos, dando destaque para os cuidados que devem ser tomados no contato e na

relação com a mesma nas escolas, com colaboradores do empreendimento e comunidades do entorno.

Outra ação foi a execução do Programa de Educação e Gestão Ambiental Quilombola (PEGA-Q) que objetiva disseminar a importância da conservação e manejo dos recursos naturais, auxiliando a comunidade em como gerir esses recursos, através de oficinas, capacitação em educação ambiental, apoiar na coleta seletiva e na melhor maneira de descarte dos resíduos, oferecendo recursos necessários. No período houve a Parceria com poder público para a instalação de coletores. Algumas metas traçadas (algumas já concluídas).

- Realizar Oficinas sobre gestão e reaproveitamento de resíduos.
- Fornecer equipamentos para o correto armazenamento dos resíduos e realização de parcerias com o Poder Público para a implementação da coleta nos territórios.
- Instalação de uma horta comunitária na escola do território da CRQ, com fornecimento de tela, sementes, ferramentas e capacitação.
- Oficina para captação de recursos e elaboração de projetos na CRQ.

Esse contato com o programa ampliou a forma como os/as moradores/as veem o meio ambiente e como o resgate de práticas já antigas podem fortalecer a cultura ainda hoje, essa assistência de forma orientada através das capacitações e oficinas amplia o olhar dos/as moradores/as e fortalece suas identidades. Edilene confirma esta visão em sua fala na entrevista a Chico Abelha no Youtube:

*Mas também a gente teve algumas capacitações, como o trabalho a questão do cuidado com o meio ambiente, tivemos também a capacitação de plantas medicinais, aonde é o resgate da comunidade aonde se trabalhar, se tinha a rezadeira Dona Didica dentro da comunidade e é uma coisa que eu disse é a questão do resgate que a gente nascemos e foi criado, que é nem porque a gente não tinha condição também, mas a gente foi criada se organizarem em tomar ou um xarope ou um chá, vou fazer um uma garrafada tudo das plantas medicinais do Quilombo. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

Esse projeto serviu como um Norte na implementação do próximo projeto, o “Programa de Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável”. Esse programa objetiva garantir o aperfeiçoamento e manutenção das práticas econômicas tradicionalmente praticada na comunidade e de interesse de seus moradores como aspecto de melhor uso dos recursos naturais de seu território. A partir deste, todos os projetos de mitigação ou compensação em relação aos

impactos foram propostos levantados pela comunidade e analisada pela equipe técnica após oficina específica para elaboração do PBA-Q.

Foram realizadas oficinas e reuniões, com intuito de promover uma troca de saberes e cursos profissionalizantes, o primeiro voltado para o resgate cultural da comunidade (confeção de panelas de barro) e o segundo como construção e fortalecimento identitário, para um melhor cuidado de si (cabelereiro).

Também foram desenvolvidas ações voltadas para a assistência veterinária e agrônoma. Mediante oficina com assistências técnicas de profissionais da área, apesar do vasto conhecimento dos moradores em relação aos cuidados com caprino e ovinos, o curso trouxe novas técnicas sanitárias, reprodutivas e alimentares - devido as próprias condições do solo que dificulta a vida saudável dessas espécies por mais tempo. E para um melhor desempenho dessas atividades e pela própria necessidade da comunidade foi ofertado 10 caminhões pipa:

*[...] através do, da Neoenergia conseguindo o resgatar da panela de barro. fumos lá pras louceiras pra Serra do Talhado quilombo sabe talhado rural e lá a dona Gilvaneide, Dona Avani, Dona Marinalva e as 10 mais lá a gente fizemos um curso, e foi quatro integrado aqui do Quilombo eu, Rosilene; Maria do Socorro e Érica. Fumo passar três dias lá para aprender um pouco do resgate da panela de barro. [...] e aqui os demais possa ter oportunidade de viver o que a gente viveu né porque era moldando as peças e a lágrima caindo porque pra gente, é dignidade. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

Nesse relato de Edilene o sentimento de valorização da cultura do quilombo, o resgate de uma prática antiga pode gerar significados e símbolos que remonta ao passado, o programa passa a incorporar de forma produtiva resgatando os saberes locais, direcionando como geração de renda e desenvolvimento sustentável. Infelizmente esse curso não atingiu a todos da comunidade, diferente dos demais que foram citados nesse programa.

Outro projeto elaborado dentro do PBA-Q foi o Programa de Valorização da Cultura Quilombola. Esse programa (e todos os outros) foi ofertado dentro da comunidade em um período de dez meses, período que corresponde ao tempo de execução da LT dentro da comunidade. Esse projeto tinha como objetivo a organização das mulheres da comunidade em busca de melhores condições de vida. Ressaltar que este foi um dos programas escolhido pelos moradores. Sobre a organização das mulheres da Comunidade contou Edilene Monteiro:

*E nesse em 2013 juntou um grupo de 45 mulheres e começamos se organizar fazendo reunião, mas só que através de uma organização que já queria montar uma diretoria, e para mim e pras meninas aquilo ali não era importante, importante é que a gente tivesse o direito de se reunir, né ficou 12 mulheres e essas doze mulheres fizeram a diferença. E aí a gente partimos é em começar a se reunir, por que a gente vem numa cultura muito forte, né uma cultura de querendo ou não de machismo e aonde a gente se dentro de uma comunidade a mulher nasceu, dizem né, que a mulher nasceu para tá com a barriga no fogão, né e os homens no roçado. Então até aí o grupo era o grupo as quilombolas de Santa Rosa, né e começamos a se reunir, naquele tempo era uma dificuldade muito grande por não ter telefone, não ter um transporte e começam a se reunir, não tinha um ponto específico pra se reunir, se reunia na casa de uma de outra e assim a gente fazia nossas reuniões. (Entrevista de Edilene Monteiro Fernandes – cf. In <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbCNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>).*

A aquisição da sede para a associação da CRQ Santa Rosa possibilitou que as reuniões e ações acontecessem em um espaço com capacidade de atender um maior número de pessoas, diferente dos encontros nas residências dos moradores. Este espaço, além de concretizar a conquista de um bem físico para a comunidade, “passa a ser um lugar simbólico possibilitando uma cultura participativa, democrática e republicana fortalecendo ainda mais a memória coletiva que são fundamentais para a conformação das relações de pertencimento a um tronco histórico comum” (PBA-Q 2019b, p. 33).

No período foram ofertadas três oficinas direcionadas para o fortalecimento da cultura quilombolas, a saber: uma para elaboração da cartilha com a história dos modos de vida do quilombo Santa Rosa e do catálogo de plantas para uso medicinal com plantas da vegetação local; uma oficina realizada a partir de rodas de conversas sobre a identidade quilombola possibilitando uma melhor compreensão sobre o processo identitário, estimulando o pensamento crítico, além de orientar em como obter um melhor desempenho nos espaços públicos que fazem parte; outra oficina orientando sobre como gerir e organizar pequenos eventos e dar publicidade das atividades culturais organizadas na comunidade.

Em síntese, algumas das metas traçadas e concluídas foram:

- Sede da Associação Quilombola de Santa Rosa.
- Promoção oficinas e palestras sobre identidade quilombola.
- Promoção capacitação em prestação de contas e em rotinas de administração de uma associação, aos dirigentes da associação quilombola e lideranças comunitárias interessadas.
- Intercâmbio e troca de experiências bem-sucedidas entre associações quilombolas, por meio de eventos ou encontros.

- Fortalecimento da interlocução política entre comunidades remanescentes de quilombos, por meio de sua participação em redes regionais e nacionais voltadas à temática quilombola.

A Comunidade Quilombola de Santa Rosa obteve ganhos consideráveis para o coletivo após o processo de reconhecimento do território como quilombola. O alcance prático das políticas públicas e das ações oriundas de projetos desenvolvidos por OGNs e empresas privadas dentro Comunidade chegaram em decorrência da pertença quilombola. E muitas das ações desenvolvidas vem contribuindo para o fortalecimento e a construção da sua identidade quilombola. É certo que muito ainda precisa ser feito, até porque séculos de ausência, descaso e desrespeito institucional não serão sanados com algumas poucas ações.

Quando se possibilita a prática da escuta, uma nova história ganha espaço dentro da cultura nacional, regional e local, o fato de a comunidade ter primeiro parado para escutar os mais velhos, e conhecer sua verdadeira história, o verdadeiro significado pela exclusão e invisibilidade até então desconhecida, produziu ganhos. A recuperação da memória coletiva foi possibilitada pela união desse grupo e, por conseguinte, o reconhecimento de um povo, que por intermédio das leis estabelecidas consegue hoje o aparato legal das políticas públicas.

Procurar pelos documentos, neste caso, é distanciar-se do direito dos herdeiros - direito que só pode ser retirado de dentro da linguagem do grupo, pois ele não está registrado em nenhum papel. O registro oral não é suficiente para se chegar ao senso de direito requerido por esses sujeitos, que, aliás, somente passam a sujeitos se ouvidos. (LEITE, 2010, p. 22)

É através da escuta oral desses povos que se pode construir a verdadeira história do povo negro no Brasil, tendo em vista que a eles foram negados o direito de viver longe da dimensão escravista, o direito ao território, direitos a políticas públicas reparadoras da sua condição de escravizado (LEITE, 2010).

Se apenas olharmos para os documentos produzidos legalmente vamos ver séculos de apagamento. A Comunidade Quilombola de Santa Rosa também teve sua história apagada da biografia local, os livros não contaram sua história graças à o apagamento proveniente da limpeza social institucionalizada em todas as dimensões social brasileira. Mas, como no dizer de Edilene Monteiro, felizmente para essa comunidade isso acabou:

*“Eu sempre digo eu sou a neta e bisneta da negra que não puderam matar.”*

Edilene Monteiro (2022)

## 6 PARA CONCLUIR A DISCUSSÃO, ALGUMAS REFLEXÕES

*Daqui de onde estou,  
Ouço os primeiros ruídos.  
Abafados, subterrâneos,  
Como os sussurros cuidadosos,  
Por meus avós também ouvidos.  
Da nova gente que surge,  
Com a coragem da herança,  
Legadas por Zumbi  
(...)  
E das falas virão os gritos,  
Não de dor, mas de vitória,  
Como são vitoriosos os sussurros,  
De nossa gente agora,  
Pois estão acordados,  
Para dizer,  
Com a força de Ganga Zumba  
E a altivez de X:  
Que somos!  
Faremos!  
Bem alto!  
Como as torres de Palmares.*

**José Carlos Limeira**  
Poema “Zumbi...dos”  
In: *O Arco-íris negro*, 1971, p. 64.

A pesquisa feita para construção dessa monografia permitiu perceber como mais de 100 (anos) após a “abolição” a população negra continue na condição de invisibilizada e excluída dos benefícios oriundos das políticas públicas que garantem vida digna, cidadã. Conhecer a história e a trajetória de luta da Comunidade Quilombola de Santa Rosa, saber da grande capacidade de mobilização do grupo em busca de reparação e recuperação de personagens e das suas biografias, da memória dos seus antepassados, nos ajuda a entender que é sim possível recontar a história desse país de modo valorativo, colocando o povo negro no seu lugar de direito: protagonista, autoral.

Também foi possível compreender como o processo de construção das identidades não é tarefa fácil, requer investimento, parcerias e políticas públicas eficazes. No caso das Comunidades Remanescentes Quilombolas, a organização e as mobilizações dos movimentos sociais culminaram na inclusão desses povos na letra da lei, possibilitando assim garantias legais de políticas públicas voltadas na reparação de anos de exclusão e vulnerabilidade. Isto representou um ganho enorme, seja nas garantias de direitos, seja em promoção de uma melhor qualidade de vida. Mas, o que se pode observar é que embora enormes ganhos dentro do espaço jurídico tenham acontecido, esses povos ainda se encontram muito distantes das garantias na execução das leis.

As discussões aqui desenvolvidas demonstraram que esse espaço jurídico que garantiu o bem fundamental as CRQs, a terra, ainda reflete uma estrutura elitista, principalmente no que diz respeito a divisão e mitigação das políticas públicas, a medida que a sua execução depende de uma correlação de forças desiguais: o poder de nomeação versus o conjunto de interesses dos agentes envolvidos. Desse modo, a garantia do território quilombola, gera conflitos, relações de disputa que permitem que interesses outros (grandes latifundiários, agronegócio, pecuaristas) encontrem as brechas nas leis para beneficiarem a si próprios e aos mesmos grupos e mantendo a perversa estrutura excludente.

Ao estudar a CRQ Santa Rosa seu passado de exclusão, se apresenta como ponto a ser pensando, mesmo fazendo parte do quadro de moradores da cidade de Boa Vista, essa comunidade só passou a pleitear de um maior número de benefícios em políticas públicas, após sua certificação enquanto comunidade quilombola agora em 2018. Antes disso só contavam com o serviço de saúde e educação dedicado as comunidades da zona rural. Assim, percebemos a importância do reconhecimento institucional porque este promoveu o alcance prático a projetos e programas até então impensáveis. Sim, em termos de garantias, benefícios realizados, de fato atingindo o maior número de moradores/as da comunidade só ocorreram em resposta da sua certificação. Que até hoje continuam através da luta diária em garantir serviços de infraestrutura básica, seja na realização de tecnologias agrícolas, transporte, estradas, saúde, saneamento básico, educação específica para sua comunidade, e a mais importante a posse definitiva do seu território.

Afirmar, que identificar como se deu o alcance prático dessas políticas públicas dentro da comunidade, requer tempo, já que a comunidade vem sendo beneficiada há pouco mais de 3 (três) anos. Este curto espaço de tempo de vivência com os benefícios gerados após sua certificação, com certeza ainda está processo de maturação de resultados. Considerando inclusive, que durante o cenário pandêmico, pouco se fez em relação ao ritmo inicial. Foi um tempo de muitas incertezas no campo social, econômico e principalmente no direcionamento da aplicabilidade das políticas públicas para as minorias do nosso país, essencialmente os indígenas e quilombolas. Mas, afirmar que este se apresenta como rico campo a ser estudado, analisado do ponto de vista da Sociologia, Direito, História, Geografia e até das ciências naturais, devidos os saberes tradicionais, que contribuindo fortemente com a diminuição dos impactos naturais.

De forma pessoal dizer que esse trabalho contribuiu para consolidar meu sentido de pertencimento, enquanto mulher negra e boa-vistense. Ajudou-me a entender que retirar a história da população negra da invisibilidade depende, além das ações governamentais e da

política pública adequada, da força dos movimentos sociais, das pesquisas acadêmicas e da vontade individual. O fato de não encontrar a história dessa comunidade no acervo municipal que guarda a memória da minha cidade, me impulsionou a investigar e enegrecer a história de Boa Vista, por saber da importância desse resgate histórico para as futuras gerações de boavistenses.

Desejo que o resultado desse trabalho possa servir de incentivo, guia para outros que despertem para a importância de conhecer a própria história.

## REFERÊNCIAS

ABA. DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS. Boletim Informativo NUER (1):1-3. Termo Remanescente de Quilombo. Instituto Socioambiental, Cod: 03D00024. Rio de Janeiro, 17/18 outubro 1994

ABELHA, Chico. Youtube, **OS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA – PB**. Edilene Monteiro Fernandes, liderança da comunidade Quilombola de Santa Rosa, Boa Vista/PB. Publicado em 16 abril 2022, com duração de 47:34. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbCNcgqOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s> Acesso em: 19 abril 2022

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”**, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: pgsca–ufam, 2008. Coleção “Tradição e ordenamento jurídico”, vol. 2 projeto nova cartografia social da Amazônia 192 p. 142-158

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bento de. Quilombos: identidade étnica e territorialidade / Eliane Cantarino O’Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia, **Os Quilombos e as Novas Etnias** p. 43-81.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas, dans *MANA*. vol. 3, Nº 2, Rio de Janeiro: PPGAS, 1997. DOI: [10.1590/S0104-93131997000200001](https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001)

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado [1970]. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

ASA PARAÍBA. **“Semiárido Paraibano e suas Negritudes”** realizado nos dias 29 e 30 de outubro de 2019, Marcas do Racismo, pela Articulação do Semiárido Paraibano, Campina Grande. 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo> e em [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1106047242934104&id=306856726186497](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1106047242934104&id=306856726186497) Acesso em: 08 abr. 2022.

BANAL, Alberto. Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro/Alberto Banal, Maria Ester Pereira Fortes (organizadores) – **A Via crucis** das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. João Pessoa Imprell Gráfica e Editora, 2013. 312 p

BANAL, Alberto. **MAPA 2021/ABRIL**: MAPA 2021/ABRIL. Quilombos da Paraíba. Paraíba, 2021. Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/mapas.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BARROS, José D’Assunção. **“A ‘construção social da cor’ e a ‘desconstrução da diferença escrava’**: reflexões sobre as idéias escravistas no Brasil colonial”, em *Revista ophis*, v. 10, n. 1, 2010, p. 44.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 07 abril 2022

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder**: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.

CARDOSO, M. O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998. 3. MOVIMENTO NEGRO: QUILOMBO, RESISTÊNCIA E IDENTIDADE. Belo Horizonte: Mazza, 2002, p. 55- 86.

COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Quilombolas no Brasil**. CPI-SP. São Paulo, 2022. Disponível em: Quilombolas no Brasil | Comissão Pró-Índio de São Paulo ([cpisp.org.br](http://cpisp.org.br)). Acesso em: 30 mar. 2022.

COSTA. Marcilene Silva da, **Construção de identidade quilombola na Amazônia brasileira**: por uma leitura interdisciplinar da diversidade, L'Ordinaire des Amériques [Online], 214| 2010, posto *online* no dia 11 julho 2014, consultado o 26 julho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/orda/630>; DOI: <https://doi.org/10.4000/orda.630>

CUNHA, Felipe Gibson; ALBANO, Sebastião Guilherme. **Identidades quilombolas**: políticas, dispositivos e etnogêneses. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, POLÍTICA Y SOCIEDAD. 10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864 (México 2017/1): 153-184.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. v 3ª: e.20ª. Editora Ática 2003. p. 184.

FAUSTINO, Rafael *et al.* **Governo Bolsonaro caminha para segundo ano consecutivo sem titular Terras Quilombolas**. Comissão Pro-Índio de São Paulo. São Paulo. SÃO PAULO, 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/governo-bolsonaro-caminha-para-segundo-ano-consecutivo-sem-titular-terras-quilombolas/>. Acesso em: 31 março 2022.

FLORES, Elio Charles. **Diversidade Paraíba**: Indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos, Elio Chaves Flores...[*et al.*]; coordenador Neroaldo Pontes de Azevedo.—João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2014. ISBN 978-85-7951-228-5, p. 144.

FLORESTANDO O SEMIÁRIDO, **JUVENTUDE/FRS com a criação de ovinos e horta comunitária**. Imagens 25/26. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, 26 ago. 2021. Facebook: Florestando O Semiárido. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, 2021. Disponível em: [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=383189826690631&id=102119021464381](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=383189826690631&id=102119021464381). Acesso em: 17 jul. 2022.

FLORESTANDO O SEMIÁRIDO. **SISTEMA DE REUSO(SR)**. SR/CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, Facebook: Florestando o Semiárido. Francicleide, do Quilombo Santa Rosa, de Boa

Vista-PB, em 12 fevereiro 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/102119021464381/photos/a.255490052793943/487486342927645/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Portaria n. 98, de 25 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**: Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (crqs) publicada no DOU de 30/06/2022. Palmares Fundação Cultural. 2022. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 18 jul. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Seppir compartilha experiência brasileira em Seminário Internacional sobre Ações Afirmativas para os Afrodescendentes**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ronaldo Barros, em 18 fevereiro 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias\\_seppir/noticias/2016/02-fevereiro/seppir-compartilha-experiencia-brasileira-em-seminario-internacional-sobre-acoes-afirmativas-para-os-afrodescendentes](https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/02-fevereiro/seppir-compartilha-experiencia-brasileira-em-seminario-internacional-sobre-acoes-afirmativas-para-os-afrodescendentes) Acesso em: 14 abril 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais, dans Sovik, Liv (org.). Tradução Resende, Adelaine *et al.* Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

IBGE - **Notas técnicas** - Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19 (atualizado em 20/05/2020) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas>. Acesso em 07/02/2022.

IBGE, censo, **Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas**, Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contracovid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas.html> Acesso, 07/02/2022.

LEITE, Ilka Boaventura. **“Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”**. *Etnográfica*, vol. IV (2), p. 333-354, 2000. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf).

LEITE, Ilka Boaventura. **Projeto Político Quilombola: Desafios Conquistas e Empasses Atuais**, Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 965-977, setembro-dezembro/2008. p 965-977.

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades Insurgentes: Conflitos E Criminalização Dos Quilombos**, Cf. NUER - Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas –UFSC - PROJETO DOSSIÊ DOS CONFLITOS. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos Vol. 01, nº. 02. UEA Edições, p.18- 41, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB. 2002.

MARTINS, Lucas. **Sem orçamento, sem censo e sem festa nos 85 anos do IBGE**. Casa Fluminense. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/sem-orcamento-sem-censo-e-sem-festa-nos-85-anos-do-ibge> Acesso em: 9 fev. 2022. Às 15:39 hs.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Povo Negro Revista USP São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 95/96.

NASCIMENTO, Maria Beatriz, “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”, em Revista Afrodiáspora, n. 6-7, 1983.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985). In: RATTZ, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NEOENERGIA/BIODINÂMICA. **Linha de Transmissão 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III**: Estudo do Componente Quilombola das CRQs Serra do Talhado e Santa Rosa. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://we.tl/t-lrIT1q6njO> Acesso em: 25 julho 2022.

NEOENERGIA/BIODINÂMICA. **Linha de Transmissão 500kV Santa Luzia II – Campina Grande III**: Projeto Básico Ambiental Quilombola – PBA-Q. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível: <https://we.tl/t-lrIT1q6njO> Acesso em: 25 julho 2022.

NUNES, Diego; SANTOS, Vanilda Honória dos. Por uma história do conceito jurídico de quilombo no Brasil entre os séculos XVIII e XX. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 66, n. 1, p. 117-148, jan./abr. 2021. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/72690>. Acesso em: 30 abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v66i1.72690>. Acesso em: 22 mar. 2022

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 293p. (introdução. p. 13-42)

OLIVEIRA, Luiz Fernande de. CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Artigos • Educação em revista. Belo Horizonte, v.26 (1) • p.15-40 abril 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002> Acesso em: 22 março 2022.

OS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA – PB. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (47:34 min). Publicado pelo canal Chico Abelha. BOA VISTA/PB: Cultura e Personalidades do Sertão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6GfltDHvwc&list=PLWugCyhRXOvIEDyGbcNcggOEZDLZz0js8&index=12&t=1823s>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Certificação Quilombola, Comunidades Certificadas. Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) publicada no dia 30/06/2022. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551) Acesso em: 18 julho 2022.

PATAC, @ongpatac · Organização não governamental (ONG). **Fundo Rotativo Solidário (FRS) 1º repasse. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB**, 3 set. 2019. Facebook: Simone Benevides

e Alex Barbosa. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/2814253285270032>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PATAC, @ongpatac · Organização não governamental (ONG). **Lançamento da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB**, 25 fev. 2019. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ongpatac>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PATAC, @ongpatac · Organização não governamental (ONG). **PROTGONISMO JUVENIL/FRS. CRQ Santa Rosa - Boa Vista**, 19 out. 2020. Facebook: PATAC. CRQ Santa Rosa - Boa Vista, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ongpatac/posts/3853826904645993>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PATAC. **Comunidades de Boa Vista realizam formação para lideranças jovens.** PATAC 50 anos Resistência e Vida no Semiárido. Boa Vista/PB, 2019. Disponível em: <http://patacparaiba.blogspot.com/2019/03/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PATAC. **Famílias aproveitam chuvas para realizar reflorestamento na Caatinga durante período de isolamento social.** PATAC. CRQ Santa Rosa - Boa Vista/PB, 2020. Disponível em: <http://patacparaiba.blogspot.com/2020/04/>. Acesso em: 17 jul. 2022

PATAC. **Florestando o Semiárido realiza intercâmbio entre famílias agricultoras, Exu – PE, na propriedade de Vilmar e Maria Silvanete Lermen.** Edilene Monteiro, da comunidade quilombola Santa Rosa de Boa Vista-PB. 4 fevereiro 2022, Disponível em: <http://patacparaiba.blogspot.com/2022/02/florestando-o-semiarido-realiza.html> Acesso em: 17 julho 2022.

PATAC; BENEVIDES, Simone (Sistematização). **Quilombo Santa Rosa... - Florestando o Semiárido.** In: Boletim... João Pessoa, Patac, Projeto Gráfico: Daqui de Fora Comunicações/Tiragem 1000. Ano 2022, nº 6.

PENTEADO, Carlos. **Quilombolas no Brasil.** Comissão Pro-Índio de São Paulo. São Paulo 20 jan. 2022 Disponível em: [Quilombolas no Brasil | Comissão Pró-Índio de São Paulo \(cpisp.org.br\)](http://cpisp.org.br) Acesso em 30 mar. 2022.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009. Coleção Repensando a história. Disponível In: [https://www.academia.edu/42775202/A\\_Escravidao\\_no\\_Brasil\\_Oficial\\_Jaime\\_Pinsky](https://www.academia.edu/42775202/A_Escravidao_no_Brasil_Oficial_Jaime_Pinsky).

QUILOMBOS DA PARAÍBA. **A comunidade negra de Santa Rosa na espera da certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares.** Nas trilhas da luta pelo reconhecimento étnico quilombola da Comunidade Rural Santa Rosa em Boa Vista-PB: Um pouco do histórico da comunidade, através de relatos dos moradores e moradoras mais antigos. Cibelle Jovem Leal, Paraíba 12 dezembro 2018. Disponível em: <https://quilombosdaparaiba.blogspot.com/search?q=santa+rosa> Acesso em 28 abril 2022.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.117-125.

SILVA, Allyne Andrade e. **Direito, Desenvolvimento E Políticas Públicas: Uma análise jurídica do Programa Brasil Quilombola**. USP. Faculdade de Direito, Dissertação de mestrado, São Paulo, 2015.

SOARES, Francisco de Assis Ouriques. **Bôa Vista de Sancta Roza: De fazenda a municipalidade 1666-1997**. Campina Grande PB: Epgraf, p. 500. 2003.

## **ANEXO A – ENTREVISTA CONCEDIDA POR EDILENE MONTEIRO A CHICO ABELHA VEICULADA PELO YOUTUBE**

**Entrevista concedida por Edilene Monteiro a Chico Abelha, publicada dia 16/04/2022, em seu Canal do Youtube: OS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA - PB**

**Duração de 47:33 minutos**

**Edilene Monteiro:**

E começamos em busca de conhecimento a ocupar os nossos espaços aonde muito tempo a gente não ocupava né, aonde é muito tempo a gente só era conhecido como os negros de Santa Rosa.

Olá meu nome é Edilene Monteiro Fernandes sou aqui do Quilombo Santa Rosa do Município de Boa Vista e sou liderança da comunidade, da comunidade Santa Rosa. Pronto a gente somos uma comunidade quilombola é reconhecida recentemente, que foi dia 19 de dezembro 2019 mais que a comunidades existe a mais de 320 anos, né samos descendentes de pessoas que foram escravizada, né sou da família Monteiro da Família Monteiro né, nasci e me criei aqui na comunidade e hoje estou à frente de um trabalho né coletivo aqui na comunidade.

**(Chico Abelha) seus pais como era o nome deles?**

**Edilene Monteiro:** é o nome é Maria do Socorro Alves Monteiro.

**(Chico Abelha) Certo e você tem quantos irmãos?**

**Edilene Monteiro:** Eu tenho seis irmãos

**(Chico Abelha) todos moram aqui?**

**Edilene Monteiro:** todos moram, é não aliás mora quatro aqui, uma em Campina e outro no Rio de Janeiro.

**(Chico Abelha) sim!**

O quilombo ele para a gente poder conseguir a certificação né que é um processo muito difícil, foi necessário a gente pegar o relato dos mais velhos da comunidade, né e saber um pouco mais da onde a gente veio, como começou esse trabalho, trabalho coletivo de ir em buscar e realmente do nosso antepassado começou lá em 2013, né com um grupo de mulheres, aonde uma organização, é falava né que a gente tinha uns traços quilombola, e como é que vocês, porque vocês não busca saber um pouco da história de vocês e a gente realmente a gente sempre perde uma cultura tão importante que é, você sentar com os mais velhos e saber um pouco da nossa história. E nesse em 2013 juntou um grupo de 45 mulheres e começamos se organizar fazendo reunião, mas só que através de uma organização que já queria montar uma diretoria, e para mim e pras meninas aquilo ali não era importante, importante é que a gente tivesse o direito de se reunir, né ficou 12 mulheres e essas doze mulheres fizeram a diferença. E aí a gente partimos é em começar a se reunir, por que a gente vem numa cultura muito forte, né uma cultura de querendo ou não de machismo e aonde a gente se dentro de uma comunidade a mulher nasceu, dizem né, que a mulher nasceu para tá com a barriga no fogão, né e os homens no roçado. Então até aí o grupo era o grupo as quilombolas de Santa Rosa, né e começamos a se

reunir, naquele tempo era uma dificuldade muito grande por não ter telefone, não ter um transporte e começam a se reunir, não tinha um ponto específico pra se reunir, se reunia na casa de uma de outra e assim a gente fazia nossas reuniões. E quando a gente chega em 2016, tivemos uma grande parceria, né com o PROCASE, aonde chegou através de Elvira a gente começamos a se organizar mais, né e vimos a importância que era a coletividade, né e se abraçamos, e essas 12 mulheres começam a participar de reunião não só aqui como no município, como fora e começamos a ir em busca de conhecimento, ocupar os nossos espaços aonde muito tempo a gente não ocupava né, a onde muito tempo a gente só era conhecido como os negros de Santa Rosa.

Então eu digo aí se é os negros de Santa Rosa, os negros tem que começar a ocupar os seus espaços.

**(Chico Abelha) oficializar essa negritude né. Que está no seu sangue na sua história.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente... exatamente isso mesmo né, aí começamos lá em 2017, 2016 fui o primeiro intercâmbio apoiado pelo PROCASE, intercâmbio de comunidade quilombola. O primeiro foi em Santa Luzia, o segundo foi em São João do Tigre, que foi o primeiro que eu fui, e lá a gente em todo intercâmbio, os quilombolas se reúne e decido que no próximo ano vai ter um intercâmbio naquela comunidade, e foi decidido que em 2017 dia, dia, dia três de dezembro e teria o intercâmbio dentro do quilombo Santa Rosa. Né dentro de Santa Rosa e a gente foi feito esse intercâmbio aonde, aonde acordou a comunidade porque a gente tinha um grupo de 23 mulheres, e aí foi que acordou e a gente teve, o povo do quilombo viu a importância do que é uma coletividade. E aí a gente 23 surgiu para 56 sócio né, E aí era as quilombolas de Santa Rosa, a gente quebra e bota os quilombolas para dar oportunidade a homens e a Juventude.

**(Chico Abelha) Pra ficar todo mundo igual.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente pra ficar tudo igual, ali nesse, nesse decorrer de 2013 até 2017 na medida que a gente ia fazendo as reuniões dentro da comunidade, dentro das casas dos moradores da comunidade os homens começaram a ver que aquilo ali poderia mudar, e começamos a se chegar um se chegar outro e foi fluido.

**(Chico Abelha) a coisa foi fluindo...**

**Edilene Monteiro:** E hoje temos uma boa parceria de homens que faz parte da do da associação, como também a juventude como também nesse decorrer a gente foi fazendo trabalho desde 2016 com as crianças do Quilombo hoje eu tô contando aqui com as crianças do Quilombo Santa Rosa, o Riacho do Açude que é descendência daqui e a cidade a gente tá com 62 crianças quilombolas né.

**(Chico Abelha) Muito bem, é uma espécie de associação? É uma associação!**

**Edilene Monteiro:** É assim o grupo, o grupo quilombola ele, ele aí eu sou a 43 comunidades que foi reconhecida federalmente pelo Nova Palmares.

**(Chico Abelha) Tem uma em Nova Palmeira né isso?**

**Edilene Monteiro:** Tem sim, e de lá a gente pra luta da certificação, para porque não é só dizer que é quilombola e você receber uma certificação. É através do relato dos mais velhos. Então nesse tempo em 2017, em abril 2017 eu peguei o relato de Barramina que era Antônio Belo, conhecido como Barramina, a onde no mês de setembro de 2017 ele morreu com 99 anos, né peguei o relato de Josefa Esteves de Mello, que é Dona Zefa e Zé Preto né seu Zé preto que morreu agora o ano passado, aí eu creio que no mês de junho com 99 anos.

**(Chico Abelha) Essas pessoas é dessa comunidade?**

**Edilene Monteiro:** É dessa comunidade, nascerão e se criarão aqui, né e através deles, né também de Marinês também, teve o relato de Marinês e de alguns que através deles foi que a gente conseguimos a titulação que foi que a gente recebeu a certificação do Nova Palmares, dia Dezenove de dezembro de 2019, né e eles contavam que uns vieram do Sertão ninguém se sabe se foi de Taperoá o Santa Luzia e a outra parte vieram de Alagoa Grande, e eles fala que os pais o bisavô né, o tataravô deles foram escravizados e através desse relato uma grande amiga da gente da universidades Cibele Leal, ela veio fazer o fazer a gravação né e aí ela transcreveu pro livro, e aí foi que a gente conseguimos para gente mandar para Nova Palmares e fumus reconhecido.

**(Chico Abelha) Nova Palmares é uma ONG??**

**Edilene Monteiro:** É uma organização que dá o apoio.

**(Chico Abelha) E isso é aonde? Brasília é?**

**Edilene Monteiro:** Brasília que dá o apoio as comunidades remanescentes de quilombos. E afro-brasileiras.

**(Chico Abelha) Vocês precisaram de muita documentação par poder consegui a certificação?**

**Edilene Monteiro:** Não pra gente conseguir precisando muito dos relatos né, da nossa comunidade.

**(Chico Abelha) Livros contando histórias, Imagens!**

**Edilene Monteiro:** Exatamente aonde fala que ele foi Teodósio de Oliveira Ledo ele descendente né, teve seu solar aqui no território quilombola, aonde a comunidade existe a mais de 320 anos.

**(Chico Abelha) Começou aqui a história de Teodósio? É que ele era um português desbravador.**

**Edilene Monteiro:** Começou aqui é exatamente ele veio de fora se localizou aqui né, e daqui ele saiu desbravando até a província né Campina Grande e demais.

**(Chico Abelha) É quantos quilombolas mais de outras gerações, antes de vocês existe ainda vivo hoje? Dos mais antigos, dos seus avôs vamos dizer.**

**Edilene Monteiro:** Pronto dos mais antigos a gente tem três, duas mais pessoas mais velha dentro da comunidade que é Dona Zefa e dona Marinês, mas tem as outras gerações né, Jaime, Antônio Velho, Zezito

**(Chico Abelha) tudo isso sabe contar a história de quilombo?**

**Edilene Monteiro:** Conta a história um pouco, um pouco né, porque os nossos relatos mais, foi através de Barramina e Zé Preto e Dona Zefa.

**(Chico Abelha) A questão da cultura dos Quilombolas vocês veem conduzindo ela, tocando ela, alimentando ela, para não ficar pra trás?**

**Edilene Monteiro:** Eu acho assim que em todo local a gente se temos a sua cultura né, cada região tem a sua cultura, a nossa cultura que ela é bem forte eu acho que em todo nordeste a questão da agricultura familiar é onde eu sou presidente hoje aqui no município e levanto mesmo a bandeira da Agricultura Familiar e sempre Digo segurança alimentar é muito importante, a gente se trabalhar e a gente temos e tinha a cultura de guardar semente de plantar de colher e sempre guardar mais aí vai, vai o mais velho da comunidade vai morrendo, muita das vezes a gente vai perdendo o interesse e a questão da grande seca né que tivemos aí sete anos para trás de muita seca, então a gente se perdemos um pouco a cultura né. Mas quando chega lá em 2019 a gente é apoiado através do PATAC e do coletivo regional com o banco de sementes, um banco de semente crioula aonde se, se juntou um grupo de 20 pessoas para dar início a capacitação e tudo mais, e conseguimos um apoio que foi feito o banco de semente, conseguimos mil reais de cimento da paixão, semente crioula que são cimentos sem agrotóxico e alguns e alguns dessas pessoas foram beneficiadas com alguns projeto do P1+2 né, que é cisterna de produção, cisterna-enxurrada, cisterna calçadão e barreiro trincheira, né porque é tão é tão é tão difícil assim a gente falar porque em 2018 a gente não tinha cisterna dentro da comunidade, a gente tinha tanque é porque cisterna mesmo para as organizações têm que ser de 16.000 litros e a gente conseguimos através de uma parceria com o PATAC né governo federal, foram as cisternas dentro do município que abrangeu todo o município, mas eu como a história que é do Quilombo, aonde a gente todo mundo do quilombo teve a sua primeira água, água de beber de beber e cozinhar.

**(Chico Abelha) Muito bem, de qualidade!**

**Edilene Monteiro:** De qualidade, de qualidade e um reservatório que é que nem eu falo é a troca de um pote pelo uma cisterna de 16.000 litros. Né e daí um ano seguinte a gente conseguimos o banco de sementes, e algumas famílias dessas né conseguimos um projeto que era beneficiado que ele, cada um recebia R\$ 1500 para investir na agricultura familiar aonde deu um salto importantíssimo dentro da comunidade

**(Chico Abelha) É além do PATAC, ai mais algumas atividades que você falou, que benefícios oficiais vocês tem pós é, oficializar o quilombo? Vocês conseguem verbas diretamente para aqui como é, como é que funciona isso?**

**Edilene Monteiro:** Isso é o que eu sempre digo é um trabalho coletivo, é antigamente se tinha muito de organizações e associações ser multada por que vinha verbas isso e aquilo outro. Mas isso aí ficou pra trás, né hoje em dia é mais o trabalho coletivo, aonde eu acho que é mais importante porque quebra aquilo de muitos querer fazer uma Associação e fazer e muita das vezes tomar a frente de muitos que realmente quer trabalhar.

**(Chico Abelha) as vezes é só no papel né!**

**Edilene Monteiro:** Só no papel, é exatamente.

**(Chico Abelha) Pra canalizar recursos!**

**Edilene Monteiro:** Isso mesmo, aí o quilombo a gente conseguimos muito pascerias, né começamos em 2018 com 2016 né, a gente começou em 2013 mas em 2016 conseguimos o aval né da Prefeitura e nos ajudar em algumas demandas do Quilombo tipo, o intercâmbio foi o PROCASE que, que fez mas a gente teve um grande parceiro do prefeito né, no tempo André que ajudou a gente a organizar isso aí e daí a gente começou a trabalhar a questão da saúde e educação porque a escola estava para fechar e através da gente dizer, o isso é uma comunidade quilombola, tomi, tamo quase sendo reconhecida é necessário que a escola esteja aberta e permanece até hoje né.

**(Chico Abelha) Muito bem.**

**Edilene Monteiro:** E através disso a gente começou lá em 2016 chegou em 2016 ainda com o PROCASE e o PROCASE ela foi, ele foi de suma importância como até hoje ele ainda tá trabalhando dentro da comunidade.

**(Chico Abelha) O que é o PROCASE?**

**Edilene Monteiro:** O PROCASE é uma organização aonde é tem, eles têm uma parceria com algumas organizações lá fora e ajuda e trabalha ajudando o agricultor, com projeto com intercâmbio com capacitações porque aqui a gente tem três poços no gotejamento que foi através do PROCASE através do projeto FIDA né e não só isso, eu acho que o PROCASE mesmo antes do projeto, o mais importante foi, foi ele nos mostrar que a gente tinha a capacidade de seguir em frente sem ninguém ter que nos usar.

**(Chico Abelha) Sem intermediários.**

**Edilene Monteiro:** Sem intermediários é, aí quando a gente chega em 2019 que o PATAC, 2018 conhecemos o PATAC, 2018 a gente conseguimos o banco de semente né tudo mais, e através disso aí foi chegando parcerias como, como se diz a Neo em 2019, maio de 2019 chegou uma empresa uma empresa privada que chama a Neoenergia aonde tava passando dentro do território quilombola e aonde se tem uma comunidade quilombola eles têm que vir fazer a pesquisa né dentro do município e quando se tem vai atrás da liderança que sou eu né, se eu era no tempo ainda e sou até hoje. E eles vieram conversar porque ia passar uma linha e através dessa linha vai gerar Impacto e até nisso aí a gente tinha aquele, aquele pouco de receio e a gente dizia que a linha ela não ia passar né mas ela sugeriu fazer um estudo componente aonde vieram vários equipes para dentro Quilombo e mostrar um pouquinho é através do, do Estudo Componente ele vai levantava algumas questões e foi muito importante esse estudo componente, porque muito se dizia né, oxe a comunidade quilombola mais num tem uma Senzala como é que é quilombo só porque é negro, não ser quilombola não é ser só negro.

**(Chico Abelha) Sei sendo questionado**

**Edilene Monteiro:** È agente sendo sempre questionado, Há qualquer dia eu quero entrar no quilombo, eu só queria ser negro pra entrar num quilombo, mais você ser negro num é obrigado a ser negro pra ser quilombola né, é necessário.

**(Chico Abelha) Tem que ter história, que provar, e.**

**Edilene Monteiro:** É necessário você ser descendente, né é necessário você ser descendente, então nisso ai a gente fez a arvore genealógica da comunidade né, a gente tem a

árvore genealógica do começo até a minha geração. A gente temos o levante dos pontos

históricos da comunidade, o resgate da cultura que é uma coisa que adormeceu quando eu falo da culturas das plantas da agricultura familiar eu trago o relato hoje que a gente tinha locceiras dentro da comunidade né, mas quando como era um trabalho que ela, que levava ao lombo de um jumento pra cidade para vender e muita das vezes não vendia trocava por mercadoria, eu creio que seria um trabalho muito difícil, seria não, é, porque pra fazer uma peça hoje é 21 processo 21 processo e através desse 21 processo ela não repassou para gente mas lá em 2013 eu dizia e falava pras meninas eu vou resgatar a cultura do Quilombo e quando chego em 2021 Olha o tempo que tudo é no tempo, eu sempre digo ser quilombo, ser quilombolas é um processo é um processo para você e desconstruindo você ir ocupando seus espaços pra, para você realmente ter pé firme no chão né e eu e eu digo sempre isso né eu quebrei vários protocolos né eu quebrei vários pensamentos várias preconceitos muitas vezes preconceito nivelado para eu chegar e o quilombo chegar até aqui.

**(Chico Abelha) Na verdade ainda existe a escravatura.**

**Edilene Monteiro:** Existe, existe.

**(Chico Abelha) Não só com os negros né.**

**Edilene Monteiro:** Não o preconceito ele, ele tem várias formas tem vários jeitos varias discriminação, mas eu digo eu sou uma negra que me firmei como mulher negra, quilombola, liderança Presidente e mostro para muitos que virão. “Eu sempre digo eu sou a neta e bisneta da negra que não puderam matar”. Então hoje eu tô aqui a frente desse trabalho é um trabalho coletivo, você não ganha nada mas não ganha nada em questão de dinheiro que muitos tão a frente para ganhar alguma coisa eu estou na frente para que meu passado presente e futuro possa ser visto e ouvido e que as crianças do Quilombo, os jovens do quilombo, a mulher, o homem, o agricultor e a agricultora possa ter dignidade né, dignidade possa ter a importância de ser valorizado.

**(Chico Abelha) Na verdade você não está buscando, é, lucros financeiros, você está buscando resgates, num é!**

**Edilene Monteiro:** Resgate, eu quero que meu passado ele seja ele seja visto e ouvido eu quero que meu futuro, eu quero ter grandes coisa no meu futuro então eu digo hoje né as crianças de hoje será um jovem de amanhã então quando a minha luta eu chegar a descansar que eu acho que é muito difícil porque, eu me dou todos os dias eu gosto disso aqui eu gosto de estar nas comunidades, eu gosto de estar em reunião eu gosto de viajar eu gosto de ir em busca de conhecimento.

**(Chico Abelha) De interação né**

**Edilene Monteiro:** Eu gosto de ocupar os meus espaços, quem me conhece sabe né e eu disse assim lá em 2013 Eu Quero resgatar a cultura da panela de barro e através da Neoenergia que quando se foi feito o estudo componente foi feito levantado vários impactos né, por passar dentro do território e eles diz, vem fazer uma visita e eu disse assim olha eu quero uma coisa que vai ser útil e agradável para todos nós. O quê? Eu quero uma sede, que a gente não temos um canto para se reunir a gente tinha o banco de semente que era onde a gente tava se reunindo. Mas como eu tenho um grupo de jovens, um grupo de mulher e de homem é muito era muita gente não podia caber, então jogamos a proposta para Neoenergias executar uma obra de uma sede dentro da comunidade e, e toda mobilhada e foi executada.

**(Chico Abelha) Bacana**

**Edilene Monteiro:** Hoje a gente tem, hoje até a sede, conhecida com o nome Maria

Aparecida é o nome de uma, uma socia da comunidade é, onde a gente perdendo ela né, coração ela no meio de 2020 foi muito difícil setembro de 2020 para gente né e eu disse nada melhor do que a gente colocar o nome dela, porque isso aqui foi uma doação da minha tia Maria Inês que doou esse espaço da sede a terra que deu pra gente fazer a sede, o roçado comunitário a horta comunitária e eu sou grata sabe, sou grata a ela porque eu vejo a importância da coletividade, e a importância da gente ter um espaço digno, um espaço que sirva para a geração de renda, é uma alimentação adequada né a segurança alimentar né, e conseguimos através desse projeto a gente conseguiu estruturar né compramos uma forrageira para questão do, da gente fazer silagem e tudo mais. A horta Comunitária aonde a gente trabalha com produtos sem agrotóxicos aonde eu tenho um trabalho bem amplo com as crianças dentro da comunidade e aonde quando a gente está lucrando a gente se organiza e doa na própria comunidade. Então o trabalho de segurança alimentar assim. Mas também a gente teve algumas capacitações, como o trabalho a questão do cuidado com o meio ambiente, tivemos também a capacitação de plantas medicinais, aonde é o resgate da comunidade aonde se trabalhar, se tinha a rezadeira Dona Didica dentro da comunidade e é uma coisa que eu disse é a questão do resgate que a gente nascemos e foi criado, que é nem porque a gente não tinha condição também, mas a gente foi criada se organizarem em tomar ou um xarope ou um chá, vou fazer um uma garrafada tudo das plantas medicinais do Quilombo. Então não é necessário a gente ir no mercado comprar então assim isso é um resgate que eu quis e ainda tô em busca mais de parcerias que possa, é eu tenho que fazer mais cursos né e a gente foi feito um curso dentro da comunidade através de uma quilombola Maria lá da comunidade lá de Areias que é do Quilombo Senhor do Bonfim né, e Fátima que vieram até aqui através da Neoenergia que pagaram pra elas vim dá um curso, e foi um curso bastante importante.

**(Chico Abelha) trazendo, é conhecimentos dos povos quilombolas, experiencias de lá trazendo pra cá como intercambio né.**

**Edilene Monteiro:** E resgatando o que a gente se tinha aqui, mas por falta de conhecimento de ter repassado pra gente, a gente vai adormecendo né, e começamos com um grupo de dez mulheres, semana passada através do PATAC a gente foi lá pra Nova Palmeira conhecer o trabalho de negra Lurde lá, muito importante o CENAP, muito importante menina eu Dona Lurde falando né a luta dela, pra ela chegar na idade que ela tá hoje o que ela alcançou, e eu me vendo no relato daquela mulher foi uma reunião muito bacana a gente foi as 10, as mulheres semana passada que é para lá, conhecer um pouco da história dela né e temos esse resgate e o mais importante também através do, da Neoenergia conseguindo o resgatar da panela de barro. fomos lá pras louceiras pra Serra do Talhado quilombo sabe talhado rural e lá a dona Gilvaneide, Dona Avani, Dona Marinalva e as 10 mais lá a gente fizemos um curso, e foi quatro integrado aqui do Quilombo eu, Rosilene; Maria do Socorro e Érica. Fumo passar três dias lá para aprender um pouco do resgate da panela de barro.

**(Chico Abelha) Muito bem.**

**Edilene Monteiro:** Né e de lá eu trusse conhecimento para ensinar um pouco as crianças, mas como agora tamo tendo aula de manhã e de tarde tá um pouco difícil da gente se reunir, Porque como está voltando à reunião mas a gente vai está repassando para eles né e já tô em busca de parceria com outras organizações que a gente começar concluir um curso mesmo dentro da própria comunidade e aqui os demais possa ter oportunidade de viver o que a gente viveu né porque era moldando as peças e a lágrima caindo porque pra gente, é dignidade.

**(Chico Abelha) É dignidade é resgate né.**

**Edilene Monteiro:** É dignidade, é dignidade porque resgatar uma, uma cultura tão difícil aonde muitos não dão valor e aonde muitos comeru, beberu né tinha uma alimentação adequada que era através da panela de barro.

**(Chico Abelha) da panela de barro, ou Edilene você já citou aí várias vezes o**

**PATAC, eu sei o que é o PATAC, mais muitos que vão ver esse vídeo não sabe, é faz aí um breve relato, bem rápido: o que é o PATAC que atua nessa região.**

**Edilene Monteiro:** O PATAC, é uma organização que ele existe há mais de 52 anos, aonde é uma organização sem fins lucrativos né, uma ONG que através de projetos que eles tem parceria com outras organizações e eles começa, eles executa o projeto dentro da comunidade. Um exemplo o PATAC ele tem um projeto com a juventude do quilombo Santa Rosa, aonde em setembro de 2019 foi lançada a proposta para trabalhar um fundo rotativo com a juventude eu tenho um grupo de 30 jovens, no tempo que eu tava com um grupo de 30 jovens da Juventude dentro do quilombo e a juventude muita das vezes é esquecida, é esquecido num tem uma visão diferenciada, e muita das vezes um jovem vai saindo de dentro do território ou de dentro da comunidade em busca. Não que ele não possa que ele tem todo direito e tem, e tem que ser feito isso, mas muita das vezes vão esquecendo a sua vida, a realidade de vida, então foi sugerida levar as provocações e o PATAC disse a gente vai trabalhar com o fundo rotativo dentro da comunidade. Aonde foi doada, a gente tem o grupo de 30, mas só 15 foi beneficiada, aonde foi doada 30 ovelhas cada jovem recebendo duas ovelhas. Né, sábado que vem a gente vai pro terceiro pro momento né, e foi muito importante, aonde Jovi recebeu duas ovelhas e um filhote, ou duas ovelhas e dois filhotes né, e assim com um ano e meio você recebe duas ovelhas, com um ano e meio devolve duas marran, pro outro grupo e assim vai repassando, e já vamo pro terceiro momento.

**(Chico Abelha) Humm, é um processo rotativo, fundo rotativo.**

**Edilene Monteiro:** É um fundo rotativo. E através disso o PATAC ele chega dentro da comunidade esse ano, com reflorestando semiárido aonde tem um trabalho amplo com os agricultor aonde tá a questão do reflorestamento que é uma coisa que a gente tem que se alertar e acordar que se cada pessoa se plantasse uma muda já, já tinha se, já se fazia toda a diferença né. E esse ano ele teve um trabalho dentro da comunidade com as crianças é um trabalho na escola e o quilombo ele foi beneficiado com o trabalho diretamente na escola com as crianças e foi de suma importância, muito importante e a gente tá começando a trabalhar e vamos começar a trabalhar aqui, não só aqui como em algumas comunidades dentro do município de Boa Vista, como o PATAC com coletivo com coletivo ele se trabalha com 12 municípios e Boa Vista tem as comissões que leva as provocações ou os impactos alguma ou vai em busca de projetos e eles começou a trabalhar dentro da comunidade aí a gente vai está trabalhando fundo rotativo agora com as mulheres, algumas vão receber ovelha, outras galinhas, outras vão em busca de tela e outro é a questão do cercamento dos seus quintais produtivo. E na minha casa foi feito o reuso de água, uma tecnologia muito importa né, que é onde a água do banho do, do da pia de tudo vai tudo vai tudo pra um reservatório, o reservatório que a gente guarda aquela água, liga uma bomba joga prum, reservatório e desse reservatório através de um gotejamento eu jogo tudo para minha palma. Então assim, você entra ao redor da minha casa você vai no meu quintal você vai ver várias pé de pranta num tamanho já muito grande através do reuso de água.

**(Chico Abelha) Através do reuso de água. Quantas família vivem aqui nesse quilombo, aqui nesse quilombo?**

**Edilene Monteiro:** No quilombo acho que eu tou na faixa de 40, 40 família.

**(Chico Abelha) Quais as atividades de sobrevivência que eles executam agricultura e mais alguma coisa?**

**Edilene Monteiro:** Não é só Agricultura Familiar né, que a gente se trabalha aquela questão de geração de renda né, a gente tamo indo em buscar agora da questão da panela de barro, que vai ser a questão da geração de renda, e a questão das plantas medicinais

**(Chico Abelha) O que é, que eles plantam pra sobreviver, da agricultura familiar**

aqui. **O que é milho, feijão, mais, relata aí o que é.**

**Edilene Monteiro:** É milho, feijão, jerimum, melancia, né a gente tem a questão da batata. Sim que a gente vem numa escassez muito grande de chuva, infelizmente né.

**(Chico Abelha) Por conta da chuva é, mas aí cria galinha, cria porco, cria bode?**

**Edilene Monteiro:** Sim galinha, porco, ovelha, algumas que tem bode mais é muito pouco, porque o bode dá muito trabalho né.

**(Chico Abelha) Isso compreende a agricultura familiar.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente tem a questão de quem vende o leite que tem as vacas.

**(Chico Abelha) Cria um gadinho.**

**Edilene Monteiro:** Cria um gado né, nem todo mundo, mais tem essa questão de geração de renda.

**(Chico Abelha) Esta cultura familiar, essa cultura dá sobrevivência, ela é oriunda lá atrás dos remanescentes do quilombo!**

**Edilene Monteiro:** Com certeza isso é uma cultura que já vem com a nossa ancestralidade né. A questão disso aí, a questão da guarda da semente a questão dos bichos, porque quando a gente fala de semente que semente crioula a gente num só quer dizer que só tem o milho e o feijão, a melancia e o jerimum. A gente quer dizer que a gente tem o porco, a gente tem ovelha, agente tem a cabra, a gente tem a galinha.

**(Chico Abelha) preservando as raças né**

**Edilene Monteiro:** Exatamente a gente tem a vaca, a gente é aquela, aquela coisa nossa, aquela semente nossa que a gente vem de geração em geração guardando né.

**(Chico Abelha) Certo.**

**Edilene Monteiro:** e a gente através disso aí, a gente tem um banco o banco de semente mas a gente tem o roçado comunitário, porque o roçado comunitário foi executada através da Neoenergia que eu sempre tive essa dificuldade, de todo ano de 2019 pra cá, a gente ter a semente qualidade plantavam mais a escassez da chuva a gente perdia as sementes então foi feito um roçado de multiplicação para que a gente possa plantar é, quando tiver um tempo de colheita que a gente retornar para o banco de sementes.

**(Chico Abelha) É como se o banco de sementes tivesse uma extensão, de produção, produz lá pra alimentar o banco de sementes.**

**Edilene Monteiro:** É, é tipo assim, no banco de sementes a gente tem todas as regras, é necessário ter os vinte sócios, mais pode ter mais. E através desse aqui tem o papelzinho, tem tudo a ficha de inscrição tem tudo certinho, eu vou lá pego dois litros de milho, eu tenho que devolver quatro porque é quatro porque é 100 por cento devolver para o banco de sementes. Então o banco de sementes, existe o banco familiar nosso que a gente já temos, né que é aquele que guarda sua semente em casa. E o banco de sementes gera, ser um banco comunitário. É um banco que graças a Deus desde que dentro do quilombo eu não tenho tanto trabalho. Tipo a gente não pode ter todo cuidado de pegar a semente no banco selecionada, de levar pra casa e depois de quando colher trazer, não misturar com outras sementes. Eu não posso plantar um milho aqui, é milho é semente da paixão aqui e comprar um milho no mercado, e plantar aqui eu não posso.

**(Chico Abelha) Qualquer uma semente que eu não posso plantar próximo.**

**Edilene Monteiro:** É se é uma semente mesmo que seja crioula e plantar um junto do outro, tem que ter todo esse cuidado

**(Chico Abelha) Porque ela acaba contaminando né.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente, tem vez que eu pranto aqui e o meu vizinho na parte de baixo ele pranta outro milho e faz transgenia com o meu.

**(Chico Abelha) É necessária uma conscientização coletiva né.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente isso é repassado dentro do Quilombo, há aqueles que não quer pegar mas tem o seu milho no seu banco familiar né, mais a gente tem esse repasse dentro da comunidade é muito importante né, a coletividade até nisso daí tem coletividade.

**(Chico Abelha) Ou Edilene vocês consegue, conseguiu segurar os jovens aqui dentro, evitando sair pra se aventurar em outras cidades, em outros empregos. Vocês estão conseguindo manter essa galera aqui dentro, esse pessoal.**

**Edilene Monteiro:** Olha a gente tem a gente tinha uma dificuldade muito grande porque muitos do Quilombo foram em busca de trabalho lá fora né E hoje a gente tomou vendo que muitos estão retornando ao Quilombo, por quê! Porque hoje temos dignidade né e melhoria de vida e a juventude nada impede que ele possa sair do território e ir em busca de uma, uma faculdade de um estudo de qualidade, mas que ele lembre dá onde ele veio.

**(Chico Abelha) Muito bem**

**Edilene Monteiro:** Que ele lembre das suas raízes que é isso que a gente tem que passar pros nossos filhos né. Que mais uma vez eu repito aqui **é passado presente e futuro** então assim é a gente temos que lembrar da nossa descendência do que pra eu chegar até aqui, para ele chegar até aqui teve uma luta muito grande a onde tinha quilombola que saia daqui pra ir pra Lagoa Seca e, em busca de alimento no lombo de um jumento três dias, né Barramina contava muito esses relatos.

**(Chico Abelha) Tempo dos matutos dos tropeiros né.**

**Edilene Monteiro:** Exatamente, e de fome mesmo, de muitas das vezes ter só uma peça de roupa, a gente passamos uma dificuldade muito grande dentro do quilombo, uma fome, uma fome imensa, aonde muita das vezes aqui tinha a questão da cachorra magra, não só no município como em vários municípios e muita das vezes a frente quem estava era a mulher. Se trabalhava o homem e a mulher, mais a mulher estava na frente e muita das vezes, naquele trabalho escravo, que eu digo que era um trabalho escravo, mais era o que se tinha e o que poderia se alimentar sua família no tempo, eles ganhavam vale e a li mesmo trocava por alimento, depois foi que começou a trocar o vale por dinheiro, né minha mãe estava à frente Maria do Socorro, estava à frente num trabalho dele que aonde se tinha uma cultura que, cavava barreiro, mais era pros grandes fazendeiros, essa era a realidade, e se cavava e quando se precisava beber água, não se podia, não se podia muitas das vezes tinha que sair daqui longe, uma légua, duas ou mais, em busca de água pra beber.

**(Chico Abelha) Tendo água aqui.**

**Edilene Monteiro:** Não, não tinha água aqui porque muitas das vezes se tinha era na casa de fazendeiro, num tinha num doava, tinha que buscar em outro local né, e minha mãe a frente de um trabalho desse, ela teve uma, uma hernia que estrangulou e naquele tempo ela saia

pra Campina Grande e passou uns quatro dias em Campina Grande a gente não sabia, ficamo sendo cuidado pelo uma tia que é especial e sendo alimentado por alguns da comunidade, e a gente não sabia ninguém sabia, porque naquele tempo não existia telefone, ambulância era muito difícil dentro do município então eu digo, isso sim é um trabalho escravo também e muito das vezes ninguém diz que é, quando eu sai da minha casa para trabalhar com oito anos de idade em casa de família né, pra mim eu não tive infância então assim é, tá eu não sei onde essa mulher busca tanta força né, não sei o que essa mulher busca que tá a frente disso e tantas humilhações é tanta, é tanta coisa muita, muita das vezes vai em busca de secretaria, secretaria fecha a porta muita das vezes é vista diferente como a comunista aquela mulher que tá na frente ou pra se aparecer, ou pra, ninguém entende que através dos meus passos para trás tive muita dificuldade eu sai da minha casa com oito anos de idade para trabalhar em casa de família, minhas irmãs saía a gente saia quatro, mais praticamente era três para ir a pé, quantos anos eu trabalhei em casa de família na cidade que eu saia daqui cinco, cinco e meia da manhã para chegar às 7:00 na cidade a pé passei muitos anos, indo e voltando a pé então assim é, é fácil muito criticar mas sem saber um pouco da nossa história, então a história do negro e da negra do quilombo foi de muita luta e muita dificuldade.

**(Chico Abelha) você está buscando de certa forma, Justiça não para você, mas para seus antepassados, que perderam tanto né, então você está resgatando de uma forma digna, trazendo essa dignidade aflorar aqui.**

**Edilene Monteiro:** É, eu digo assim sabe, eu uma vez, eu falei assim numa reunião enquanto tiver idoso e crianças na minha comunidade eu estarei batalhando, e eu me sinto muito triste por eu vou dar um exemplo: Barramina 99 Anos, Zé preto 99 anos, Dona Zefá 95 anos, quase é 95 anos, e a gente não, e eles não tiveram o que a gente tamos tendo hoje. Né e a gente ainda tem que ir ocupar muito nossos espaços a gente tem que ir em busca de muitas parcerias de muitos projetos e de muitas oportunidades que virão que eu creio. Mas eu, eu me sinto muito triste, porque os demais não tiveram, os demais foi massacrado, humilhado muita das vezes não tinha o que comer, nem tinha o que trazer para casa, então isso é uma humilhação muito grande, é necessário que o homem é para ele, ele muita das vezes quando eles si tá com dinheiro no bolso para ele, é dignidade né, e a gente sempre tivemos esse trabalho, trabalhava meio, meio a meio, ou trabalhar pros outros né porque a gente tem essa cultura de trabalhar em casa de terceiro, mas muita das vezes a gente não é reconhecido, essa é a realidade né então assim eu, eu creio que futuramente, eu quero que a juventude tenha a oportunidade e seja aquele jovem que, que realmente vai em busca de ajuda mesmo, sabe de trabalho isso e aquilo outro, eu digo a juventude olhe vocês hoje tem tudo fácil, no tempo da gente, ou a gente ia ou ia mesmo porque a gente não tinha decisão.

**(Chico Abelha) Não era opção, era sobrevivência.**

**Edilene Monteiro:** Não, não tinha, sobrevivência e hoje vocês têm dignidade, vocês têm alimentação, alimentação digna tudo. Eu saia para ir pra escola, muitas das vezes para me alimentar porque a gente se tinha um, num tinha uma comida em casa e quando se tinha era um feijão da cachorra magra que a gente colocaria colocava 5 horas da manhã chegava, onze horas em casa esse feijão ainda tava duro, dava uma hora da tarde e ainda tava duro para gente comer.

**(Chico Abelha) Pronto você falou na cachorra magra mais atrás, e eu tava doido pra ter uma oportunidade pra pedir a você para dizer o que é cachorra magra a gente aqui sabe mas, tem gente que não sabe o que é cachorra magra, nossa população do semiárido viveu tanto nos tempos de seca.**

**Edilene Monteiro:** A cachorra magra ela é um ela é um projeto e se atendia homem e mulheres e pegava a frente de um trabalho

**(Chico Abelha) Chamado frente de emergência, nera e aqui a gente chamava de cachorra magra, porque a coisa era tão ruim, tão misq.. tão minguada, que era comparado**

**com a cachorra magra.**

**Edilene Monteiro:** Com uma cachorra maga, exatamente né, porque eu creio que a fome também, eu acho que também tem um pouco disso aí né, e esses homens e mulheres ficavam a frente, aonde se limpava barreiro, fazia estrada, né tinha um trabalho bem pesado, muito pesado mesmo, e muita das frente mesmo que tinha muito grupo era de mulheres né, porque muitas precisava alimentar sua família e num tinha um emprego digno.

**(Chico Abelha) E o pagamento era uma ninharia, ninhariazinha.**

**Edilene Monteiro:** Uma ninharia porque muita das vezes pegava a aquele vale e trocava por alimento

**(Chico Abelha) De péssima qualidade.**

**Edilene Monteiro:** Dentro do próprio campo que era o arroz na palha, o feijão duro, a farinha era uma coisa muito pesada, mais era o que nos alimentava.

**(Chico Abelha) Era muito humilhante e a gente dava graças a Deus né.**

**Edilene Monteiro:** Dava exatamente, porque eu me lembro eu com oito anos de idade eu num pilão lá de fora batendo aquele arroz pra gente poder tirar aquela palha pra poder comer, e muita das vezes a farinha e feijão, o feijão chegava, butava 5:00 da manhã, uma hora da tarde não tava cozinhado, então muita das vezes que a gente fazia através do que a gente plantava dentro do roçado, se tinha o milho se fazia o Xerém ou se fazia o fubá e a gente também tinha questão da melancia do jerimum muito das vezes eu massacrava o jerimum para gente comer cum caldo de feijão né, e tinha um amigo meu que era de uma comunidade aqui perto e ele vinha estudar aqui e vinha a pé por dentro 6 Km ou mais de 6 Km e muita das vezes ele se alimentou na minha casa, de caldo de feijão e de jerimum, é e um dia desses eu relatando e conversando com ele, e eu disse Washigton quanto tempo difícil, ele disse: “Edilene Deus foi generoso com a gente” então hoje a gente tem a oportunidade de alimentar os nossos filhos diferenciado do que a gente passou lá atrás.

**(Chico Abelha) Quantos projetos existem aqui hoje, está sendo desenvolvido aqui hoje?**

**Edilene Monteiro:** Eu acho que passa de sete, sete projetos é ou mais, porque a gente temos a primeira água, a gente temos a segunda água, o banco de semente, é o reuso, a horta Comunitária, o projeto da sede, o projeto de multiplicação, o fundo rotativo da juventude, o fundo rotativo da gente que vai ser executado com as mulher, mais de nove né, bastante coisa.

**(Chico Abelha) Bastante coisa, essa comunidade compreende quantas hectares?**

**Edilene Monteiro:** Hoje em dia a gente tem 117 hectares.

**(Chico Abelha) Como é que funciona cada morador tem a sua propriedade ou é Coletiva?**

**Edilene Monteiro:** Como é uma, uma geração de família pra família, se um exemplo: A minha avó que foi a Damiana Alves Monteiro ela tinha um hectar que era 10, tinha um quadro de terra que era 10 hectares de terra é não só ela, como os irmão dela porque resgatou pegou do meu dos meus avós né meus avós Manoel Alves Monteiro e Maria né, então ficou um quadro de terra para cada filho, 10 hectares, e desses 10 hectares a gente vai fazendo uma casinha aqui, outra ali, ocupando nossos espaços.

**(Chico Abelha) Vamos dizer assim existiu cerca aqui dentro ou é tudo livre?**

**Edilene Monteiro:** Não, não é livre porque cada um tem o seu quintal produtivo, seu campo de palma, seu campo de roçado e tem que ser cercado né. Mais que cada um sabe o seu limite, cada um sabe onde é a sua terra num é, e muita das vezes é parte, é comunitário, porque tem terra que é em aberto e meu bicho pra lá o bicho de fulano tá lá a ovelha a vaca.

**(Chico Abelha) Existe alguma barragem dentro da comunidade?**

**Edilene Monteiro:** Temos sim, temos algumas barragens dentro da comunidade que querendo ou não foi de suma importância o por ser a única fonte de água que a gente temos porque a cisterna a gente é a tendida pelo município, e temos a questão da captação da chuva, mais muitas das vezes num é tão, num é tão pra muito tempo num é, então a gente temo...

**(Chico Abelha) Quebra um galho ali com a barragem né, pra bens.**

**Edilene Monteiro:** É exatamente o barreiro é de suma importância, porque num deixa de ser uma descendência de antigamente, a questão do guardar.

**(Chico Abelha) É a questão cultural né, tanque de pedra né!**

**Edilene Monteiro:** Não pedra a gente não temos aqui

**(Chico Abelha) Tem não?**

**Edilene Monteiro:** Temos não, eu sempre me apaixono né, ali pela viração aqueles canto ali, sempre aqui a gente não temos, aliás temo um aqui mais é particular, né mais assim aonde minha mãe antigamente, tanto lavava roupa como pegava água também mais é particular, já é num território é num outro território quilombola, mais não é um território que a gente ainda obteve.

**(Chico Abelha) Sim, aqui está localizado no município de Boa Vista?**

**Edilene Monteiro:** De Boa vista.

**(Chico Abelha) Então faça ai uma explanação é, e primeiro eu quero te agradecer por nos contar uma história tão brilhante, é eu fico impressionado, como vocês tem a história de vocês e a luta, e a desenvoltura a garra então parabéns por isso. E eu gostaria que você mandasse ai um recado pra tantas pessoas que hoje em dia, principalmente no nosso momento que estamos vivenciando no mundo e no Brasil. Aquelas pessoas que sofrem tanto e muitas vezes num tem forças para lutar por sua liberdade, isso é a mulher, isso é o negro, isso é o pobre, isso é o nordestino, isso é tantas pessoas que de repente vendo teu relato vai se sentir na, colocado no teu lugar vai sentir que tua, tu estás representando tantos outros não só a tua comunidade, através da tua luta, então manda aí um recado pra essas pessoas.**

**Edilene Monteiro:** É o que eu tenho que dizer primeiramente é a agradecer a você por ter chegado até aqui ao nosso território o nosso quilombo porque é de suma importância que os nossos relatos possa, chegar na casa de muitos né, saber um pouco da nossa luta da nossa dificuldade e do que a gente passou né. E é como eu sempre digo, passado, presente e futuro é necessário ser um conjunto. Mais o que eu deixo pra essas pessoas é que elas tenham força de lutar, porque eu como mulher negra eu Edilene Monteiro Fernandes, mulher negra liderança quebrei minhas correntes a muitos anos. Então é necessário a gente ir em busca né, ir busca de, de projetos de desenvolvimento da sua própria comunidade e a realidade, é que só quem vive

dentro da nossa comunidade é quem sabe das nossas lutas e das nossas dificuldades e das nossas limitações. Então vá em busca enquanto é tempo, veja talvez vocês pode até ter perdido a força né, de coletividade de caminhar, mais a sua, lembre dá questão das crianças dos jovens dos idosos dentro da comunidade que é necessário, necessário que alguma liderança da comunidade se acorde, né que nem a gente se acordamos lá em 2013 né que foram um grupo de 45 mulher mas como teve aquele contratempas de uma organização já querer montar uma diretoria para a gente aqui não era bacana porque não é uma certa, um CNPJ que ia fazer a gente seguir em frente e se tivesse eu digo direto se naquele tempo a gente tivesse é legalizado, talvez a gente não tinha caminhado então foi necessário a gente dizer não, 45 mulher os demais voltou pra trás mais as 12 permaneceu, mais se a gente tivesse ficado pra trás com as 45, a gente teria o que tem hoje dentro do quilombo, não. Então é necessário que a gente se dê a mão e vá em busca de desenvolvimento. Tá certo.

**(Chico Abelha) Muito bem parabéns!!**

**Edilene Monteiro:** Gente eu queria pedir para vocês que você se inscrever no canal né, é cultura e personalidade do Sertão nordestinos, porque através desse canal e você se inscrevendo vocês podem ter muitos relatos e muita história de comunidade ou de pessoas que necessita chegar né a uma divulgação de qualidade e personalidade e aonde através de desse canal né você se inscrevendo vocês vão saber um pouco da minha história da sua história e de muitos.

**(Chico Abelha) Muito Bem!!!!**

---

**ANEXO B - CHECKLIST – CONCLUSÃO DO PBA-Q**

**CRQ SANTA ROSA**

**A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Santa Rosa** declara que foram concluídas, de forma satisfatória, todas as ações do Projeto Ambiental Quilombola (PBA-Q) da LT 500 kV Santa Luzia II – Campina Grande III, de responsabilidade da **Neoenergia**, executado pela empresa de consultoria **Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente**, conforme demonstrado no quadro *Checklist* em anexo.

---

**Local / Data**

---

**Associação Comunitária Os Quilombos de Santa Rosa**

---

**Neoenergia**

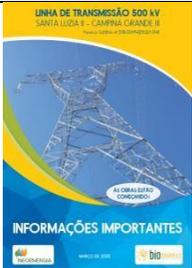
---

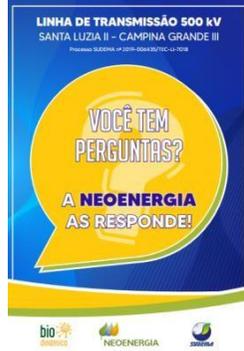
**Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente**

Checklist do PBA-Q – CRQ Santa Rosa

1. Programa de Comunicação Social Quilombola						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
1.1	Mobilização Equipe	Mobilização de equipe e coordenação do PBA-Q	Concluído	março/2020 (presencial)		
1.2	Reunião inicial nas CRQs	Apresentação de coordenação e plano de ações do PBA-Q.  Atividades de comunicação e educação ambiental.	Concluído	março/2020 (presencial)		

1. Programa de Comunicação Social Quilombola						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
1.3	Instalação de Ouvidoria/Agentes Locais	Disponibilização dos números de Ouvidoria 0800 e da Coordenação.  Escolha dos Agentes Locais de Comunicação e criação dos grupos de WhatsApp.	Concluído	março/2020 (presencial)		
1.4	Informar, com antecedência, sobre as oportunidades de trabalho oferecidas pelas obras da LT/currículos	Divulgação do perfil profissional e vagas para as obras da LT.  Oficina de elaboração de currículos aos interessados.	Concluído	março/2020 (presencial)		

1. Programa de Comunicação Social Quilombola						
Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ	
1.5	Reuniões da Comissão Local do PBA-Q	Formação da Comissão Local e reuniões periódicas.	Concluído	mensal (remota)		
1.6	Campanhas de Comunicação Social	2 (duas) campanhas ao longo das obras para informes gerais e 1 (uma) campanha ao final para informar sobre o momento da energização da LT.	Concluído	março/2020 (presencial) nov/2020 (remota) março/2021 (remota)		

1. Programa de Comunicação Social Quilombola						
Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ	
1.7	Confeção de materiais informativos (folders e cartilha sobre história e modos de vida)	Entrega de material gráfico.	Concluído	Início, meio e fim das obras		
1.8	Comunicação com público externo (trabalhadores e população entorno)	Atividades de comunicação com a população vizinha às CRQs, escolas e colaboradores do empreendimento. Terão interface com os Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental.	Concluído	março/2020 (presencial) nov/2020 (remota) março/2021 (remota)		

2. Programa de Educação e Gestão Ambiental Quilombola						
Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ	
2.1	Mobilização Equipe	Mobilização da comunidade para realização do DSAP e definição dos temas socioambientais de maior relevância local a serem abordados nas ações seguintes.	Concluído	março/2020 (presencial)		
2.2	Oficinas de EA	Atividades ambientais com ênfase em gestão resíduos, coleta seletiva, oficina de confecção de artesanato. Parceria com poder público para a instalação de coletores.	Concluído	abril/2021 (presencial)		

**2. Programa de Educação e Gestão Ambiental Quilombola**

Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
2.3 Oficina e Horta Comunitária	Instalação de uma horta comunitária na área da futura sede da CRQ Santa Rosa, com fornecimento de tela, sementes, ferramentas e capacitação.	Concluído	julho e agosto/2021 (presencial)		

**3. Programa de Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável**

Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
3.1 Mobilização Equipe	Contatos e parcerias profissionais para a realização das atividades.	Concluído	ao longo do PBA-Q		

3. Programa de Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
3.2	Cursos de Capacitação de apoio às atividades agropecuárias	*Ação substituída na CRQ Santa Rosa pela aquisição de máquina de silagem.	Concluído	maio/2021		
3.3	Assistência Veterinária e Agrícola	Assistência com profissionais qualificados em veterinária e agronomia.	Concluído	junho/2021 (presencial)		

3. Programa de Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
3.4	Fornecimento de caminhões-pipa	*Ação substituída por “Fornecimento de Ração”	Concluído	junho/2020		
3.5	Cursos Profissionalizantes (2)	Capacitação em duas áreas indicadas como de interesse pela CRQ Santa Rosa: cabelereiro afro e panela de barro.	Concluído	fevereiro/2021 (presencial – penteados afro) agosto/2021 (presencial – panela de barro)		

3. Programa de Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
						

4. Programa de Valorização da Cultura Quilombola						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
4.1	Mobilização Equipe	Contatos e parcerias profissionais para a realização das atividades.	Concluído	ao longo do PBA-Q		
4.2	Oficina sobre Licenciamento Ambiental e Direitos Quilombolas	Oficinas de capacitação *Ação substituída pelo cercamento da sede	Concluído	maio/2021 (cerca)		
4.3	Oficinas sobre Associativismo e Gerenciamento e Administração de Associações	Oficinas de capacitação *Ação substituída pelo cercamento da sede	Concluído	maio/2021 (cerca)		

4. Programa de Valorização da Cultura Quilombola						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
4.4	Oficinas para elaboração de Cartilha e Catálogo de Plantas Medicinais	Elaboração e distribuição de Cartilha e Catálogo	Concluído	setembro e outubro/2021 (presencial - oficina e catálogo)		
4.5	Rodas de Conversa sobre Identidade Quilombola	Valorização da identidade quilombola tentando fomentar o pensamento crítico e o protagonismo político e social.	Concluído	junho/2021 (presencial)		

4. Programa de Valorização da Cultura Quilombola						
Ações Propostas		Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
4.6	Apoio à Organização de Atividades Culturais	A serem discutidas e definidas com as CRQs a forma de apoio.  *Ação selecionada: parquinho e sistema de gotejamento	Concluído	junho a outubro/2021	 	
4.7	Construção da sede da Associação	Construção e fornecimento de mobília para a sede da Associação Quilombola.	Concluído	abril 2021 a janeiro/2022		

4. Programa de Valorização da Cultura Quilombola					
Ações Propostas	Detalhamento	Status	Realização	Evidências	Checklist CRQ
					

